



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO
DE DOIS MIL E TREZE.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes. Seguidamente foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, a Sra. Dra. Sónia Cristina Correia Martins e o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Aristides Gonçalves da Costa, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos pelos Sr. Sebastião Monteiro Soares, Sr. António Jorge Duarte Martins, Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo e pelo Sr. António da Silva Antunes, respetivamente.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa submeteu, à aprovação da Assembleia, a ata da reunião ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e doze. Efetuada a votação, a ata da reunião ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e doze foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

Submeteu, igualmente, à aprovação da Assembleia a ata da reunião ordinária de quinze de dezembro de dois mil e doze. Efetuada a votação, a ata da reunião ordinária de quinze de dezembro de dois mil e doze foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia, quero referir que as discussões que aqui se vão travando, naturalmente, preocupam a Mesa e o Presidente da Assembleia. Estou-me a referir em concreto àquela questão do pedido de esclarecimento de um membro do público que houve aqui na última Assembleia e que terminou um pouco atípicamente. Tentei saber das razões! Para informação desta Assembleia, quero dizer que na Felgueira foram feiras, já neste mandato, oito obras: Uma foi em conjunto (a Câmara e a Junta de Freguesia), quatro foram da Câmara e cinco foram da Junta.

No total, foram investidos na Felgueira sessenta e dois mil euros em obras, neste mandato. O que quer dizer que, se fizéssemos o mesmo nos oitenta e oito aglomerados



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitacionais que o Concelho tem, teriam sido investidos cinco milhões quatro centos e cinquenta e seis mil euros. Todos nós sabemos que, o Município não tem condições para isso.

Digo isto com algum desagrado porque, depois, no agudizado da discussão, aqui no Salão Nobre e fora dele, foi chamado de mentiroso ao Sr. Presidente da Câmara. Naturalmente, são situações que não se podem permitir e, como eu tenho alguma responsabilidade, quero ver se no futuro isto não acontece.

Mais uma vez, dentro do espírito dialogante e de tolerância que existe, aceitei, aqui, um pedido de esclarecimento genérico - dizia que era para se falar sobre a povoação da Felgueira.

O que a lei diz é que a pessoa tem que especificar aquilo que pretende ver esclarecido. Portanto, não estranhem, se num futuro próximo numa situação desse tipo, que eu não dê a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e que a resposta, depois, seja dada por escrito a esse munícipe.

Não dignifica a Assembleia nem os seus órgãos aqui representados, nomeadamente as Freguesias, cenas como temos assistido aqui nas últimas duas ou três sessões, que, naturalmente, por uma questão de diálogo e tolerância se foram aceitando, mas que, não se pode deixar que isso fique uma regra e não permitirei que isso aconteça. Ainda bem que hoje não há nenhum pedido de inscrição, mas, quero dizer à Assembleia que será essa a postura da Mesa no futuro.

Finalmente, e também dentro daquilo que é a minha tradição, queria felicitar o Sr. Eng.º José Vasco, porque, entretanto e desde a última Assembleia, anunciou a sua candidatura à Câmara. Do que todos conhecemos dele sabemos que será mais uma proposta a enriquecer o debate político que, como eu sempre disse, convém que seja vivo e acutilante. Também não terei grande dúvida que será feito da parte dele com a elevação com que tem sido aqui dentro. Eu, particularmente e pessoalmente, regozijo-me com essa candidatura, sem prejuízo de, depois na hora certa, termos que confrontar as nossas opiniões. Portanto, parabéns Sr. Eng.º.

A Câmara pede-nos para incluirmos mais um ponto na Ordem do Dia e por isso dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Mendes, que vos dará as informações necessárias.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes para apresentar o novo ponto a incluir na Ordem do Dia:

“O pedido da Câmara Municipal para a inclusão deste Ponto na Ordem do Dia chegou-nos após a reunião de Câmara da passada terça-feira. Está relacionado com uma candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa que posteriormente será explicado pela Câmara Municipal.

Proponha, e caso seja aprovada a sua inclusão, que este ponto, por uma questão de organização, fosse o número dois da Ordem do Dia.”

Seguidamente foi colocado à votação a introdução de mais um ponto na Ordem do Dia da presente reunião da Assembleia Municipal, que foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Ratificação da assunção de compromisso quanto ao carácter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 1ª Revisão ao Orçamento para 2013.

IV - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da atribuição de subsídio à Obra de D. Josefina da Fonseca de Proteção à Criança e Formação Doméstica.

V - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente do Contrato de Manutenção do Elevador instalado na Casa da Criança Sarah Beirão, em Travanca de Lagos.

VI - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, previstos na alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

VII - Análise da proposta da CCDRC relativa à nova configuração das NUT III.

VIII - Análise da Proposta de Lei nº 122/XII que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

IX - Análise da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante na Lei nº 22/2012 de 30 de maio.

X - Análise da proposta de Agregação das Escolas do Concelho pelo Ministério de Educação e Ciência no âmbito do disposto no Despacho nº 5634-F/2012, de 26 de abril.

Dando-se início do Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu pedia que nos tentássemos cingir aos cinco minutos. É desagradável para a Mesa tirar a palavra às pessoas. Tem que haver alguma disciplina porque senão ficamos aqui a noite inteira e penso que isso não é do interesse de ninguém.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve, tal como o Sr. Presidente da Mesa pediu.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trago aqui somente três assuntos que gostaria de referir: Questiono o Executivo de quais as *démarches* que foram feitas por parte da Câmara Municipal junto das Estradas de Portugal para resolver o estado lastimoso da EN17. Toda a gente se queixa. Aquela estrada, como toda a gente sabe, passou a ter muito mais movimento do que tinha anteriormente e por isso a estrada está a degradar-se cada vez mais.

Todos nós sabemos que as questões financeiras, hoje, servem de desculpa para tudo, mas, de qualquer forma, não se pode continuar a ter, no meu entender, uma via daquelas e com o tráfego que hoje tem naquele estado de degradação.

Não sei se há algum *feedback* das estradas de Portugal ou se já está prevista alguma intervenção.

Quero congratular-me com o início, de uma vez por todas, era uma questão que já era levantada e foi levantada e já andava em programa já há vários anos aqui nesta Câmara Municipal, do arranque das obras de requalificação do Mercado Municipal, a construção da Nova Central de Camionagem e a requalificação, também da Av. Dr. Carlos Campos.

Acho que, de uma vez por todas, a cidade vê ou vai assistir ao arranque daquelas obras e penso que a cidade de Oliveira do Hospital vai ser e vai ficar mais rica com a requalificação daqueles espaços ali naquela zona.

Congratulo-me, também, como Ervedalense e como Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira com o início das obras, num espaço que já é mais que centenário, já ultrapassou os cem anos, numa das mais emblemáticas salas deste Concelho e, por ventura, desta zona, o Teatro da Sociedade Recreativa Ervedalense em Ervedal da Beira.

Penso que era um problema que afligia não somente as direções que ultimamente passaram por aquela casa como também toda a gente ou, pelo menos, aquelas pessoas que se aperceberam, há já algum tempo, do estado de degradação que aquela casa estava a ter particularmente a nível do telhado e de toda a estrutura que suporta o telhado daquele edifício.

Penso que em boa hora o Presidente da Câmara conseguiu arranjar um financiamento para deitar mãos à obra. A obra está a decorrer. Como Ervedalense e como Presidente da Junta regozijo-me pelo início daquelas obras. Seguramente, vai nascer ali ou vai continuar a ser mas com outras condições e com outras comodidades que irá permitir às pessoas estarem numa sala de espetáculos condignamente como, aliás, existem outras no Concelho.

Penso que foi em boa hora que o Presidente da Câmara, que também é um Ervedalense e como também conhece aquela casa, e já por lá passou, e conhece bem as tradições e os pergaminhos que aquela casa tem particularmente a nível da prática do Teatro.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Aproveitando a realização da Feira do Queijo ou da Festa do Queijo Serra da Estrela em Oliveira do Hospital vinha mais uma vez lembrar, sugerir, que se avançasse, de uma vez por todas, se não neste Quadro Comunitário pelo menos que preparassem as coisas para o próximo Quadro Comunitário, com um Museu ou com um Centro Interpretativo do Queijo Serra da Estrela.

O nosso Turismo, o Turismo do Concelho, precisa de âncoras e essa era, de certeza absoluta, uma grande âncora para o Turismo do Concelho. Claro que, tinha que ser uma ação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em conjunto com duas importantes organizações ligadas ao queijo, que é a ANCOSE e a Confraria do Queijo Serra da Estrela. Tenho a certeza que iria trazer muita gente ao Concelho, se fosse uma coisa bem feita. Interativo, até com partes desse mesmo Museu ao vivo e aproveitando todas as novas tecnologias que existem, podia-se fazer uma coisa muito interessante.

O nosso Turismo, e esta questão do queijo, não pode estar só alicerçado em ações, que têm muita importância e têm vindo a crescer a sua importância, e também, desde já aqui deixo um voto para que a Feira/Festa do Queijo seja mais uma vez um sucesso, mas, o nosso turismo não pode estar só alicerçado em ações isoladas. Um investimento desse género, em que a Câmara deveria ser o promotor, teria, de certeza, grandes mais-valias para o Concelho.

Como nós já cá temos a sede da ANCOSE e como temos cá também a sede da Confraria do Queijo Serra da Estrela fazia todo o sentido que aqui ficasse um grande espaço relacionado com o Queijo Serra da Estrela. Aqui queria deixar essa proposta.

Eu sei que isso já foi várias vezes falado, mas, o que é certo é que, não se avançou e, provavelmente, neste Quadro Comunitário já deve ser difícil avançar, mas, podiam-se preparar as coisas para avançar no próximo Quadro e em grande. Fazer uma coisa como deve ser.

Todos sabemos, embora seja um investimento privado, o quanto é importante, por exemplo para Seia, o Museu do Pão. É um investimento privado e ainda agora teve mais um investimento onde aumentou o seu espaço, e traz ali muita gente.

Um espaço destes, relacionado com o Queijo Serra da Estrela, uma coisa bem feita. Falou-se na altura em fazê-lo aqui no centro da cidade. Isso é completamente descabido porque não tinha espaço para isso.

Uma coisa bem feita era muito importante para o Concelho. Não era obrigatório que fosse a Câmara a geri-lo. A Câmara podia passar, depois, a gestão a terceiros ou à própria Confraria ou outros. Associado a um restaurante ou a um bar, associado a uma lojinha de venda de produtos da terra.

Hoje alguém que chegue aqui a Oliveira do Hospital tem alguma dificuldade em comprar um Queijo Serra da Estrela DOP, por exemplo, ou uma manteiga de ovelha ou um requeijão. Há à venda em alguns supermercados, mas, um sítio específico para este tipo de produtos não temos.

Gostava muito que esta Câmara, ainda nesta mandato, independentemente de quem vier a seguir, desse os passos para avançar com uma coisa em grande relacionada com este tema.

Mais uma vez, faço votos para que tudo corra bem na Feira do Queijo. ”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Deputada Arq^a. Élia Sofia Duarte Feiteira, que fez a seguinte intervenção:

“Pretendo com esta intervenção na Assembleia Municipal, como é meu apanágio, contribuir de forma positiva e construtiva para o debate político, ora criticando, ora sugerindo, ora recomendando, mas também elogiando, como é democrático fazê-lo.

Relevo por isso o investimento pela nossa Câmara Municipal na melhoria, de facto, da qualidade de vida das pessoas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quero com isto dizer que tenho orgulho em pertencer a um Concelho que recentemente criou uma Unidade Móvel de Saúde para prestar cuidados de saúde a quem está mais distante da cidade e, quem vive nas Freguesias mais periféricas ou desprovidas de médico de família. É uma medida positiva, positiva porque estava no programa autárquico do PS, positiva porque já é hoje uma realidade para servir as nossas populações, especialmente os mais idosos, os mais isolados e os de mais baixos recursos.

Por isso, também uma justa palavra de reconhecimento para o Hospital da Fundação Aurélio Amaro Diniz, que teve o engenho e a arte de avançar com este projeto, naturalmente ancorado no apoio do Município.

Quero realçar também, porque é justo fazê-lo, que somos um Município onde a Câmara Municipal investe cinquenta e um mil euros em Bolsas de Estudo para que os nossos jovens possam estudar e qualificar-se. Esta é uma medida de grande sensibilidade social e alcance político. Sou dos que acreditam que o melhor investimento é, sem dúvida, na educação e na formação.

Quero realçar que pertencemos a um Município que tem um Programa de Apoio à Natalidade. Sim, em Oliveira do Hospital investe-se na regeneração demográfica e no combate ao envelhecimento da população. Precisamente aquilo que o Estado Central deveria fazer em grande escala.

A Câmara Municipal proporcionar através de regras claras e transparentes um incentivo de setenta e cinco euros por mês, até aos três anos de vida da criança; Dinheiro a aplicar na compra de bens e serviços úteis à criança é, sem dúvida, uma medida louvável. Trata-se de investir nas pessoas, no caso, em três anos uma família recebe do Município para cuidar de uma criança dois mil e setecentos euros.

Mas, Sr. Presidente preocupa-me a mim e a muitos jovens o desemprego.

Mas, não posso deixar de referir, aqui, que para ajudar a combater este flagelo que afeta a Europa e todo o país, jovens e adultos, pessoas de todas as idades, o Município de Oliveira do Hospital criou o Programa ATIVOSOCIAIS que, ao que ao que pude apurar, já ajudou a criar no Concelho de Oliveira do Hospital sessenta postos de trabalho, a sessenta jovens residentes em Oliveira do Hospital. Isto apenas em seis meses de vigência.

Termino, dizendo que, todas estas políticas e instrumentos são positivos e servem o mais nobre da política: Servem as Pessoas! Ajudam a resolver problemas!

Em particular, este Programa de apoio à criação de emprego, o referido ATIVOSOCIAIS, tal como a criação do Gabinete de Inserção Profissional, são valiosos instrumentos de combate ao elevado desemprego no Concelho de Oliveira do Hospital.

Caros colegas deputados, Sr. Presidente, por isso é que temos que ser mais construtivos e propor mais soluções, porque ter mil e duzentas pessoas desempregadas no Concelho de Oliveira do Hospital, é um flagelo enorme, que nos obriga a assumir o combate ao desemprego como a nossa grande prioridade coletiva. Aqui e no país!

E para este problema, todos temos que ser parte da solução. E sei que este executivo tem sensibilidade social.

Obrigada pela vossa atenção.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Câmara, venho colocar-lhe duas ou três questões para saber qual era o ponto da situação:

Acerca de ano e meio foi, aqui nesta sala, anunciado que a Câmara estava a fazer um estudo para tratamento dos efluentes das queijarias. Gostava de saber qual o ponto da situação porque as descargas continuam, como já foi noticiado pela comunicação social.

Também gostava de fazer aqui uma chamada de atenção porque já começaram a desaparecer placas direcionais nas Freguesias. No cruzamento de Meruge onde indica Meruge, Nogueirinha e no cruzamento do Poeiro e Lajeosa, as placas e os sinais de aproximação de estrada com prioridade já desapareceram, inclusivamente dentro da própria localidade os sinais começaram a desaparecer.

Solicito à Câmara para que em junto com as autoridades tentem resolver o problema porque trata-se de investimentos que são feitos com o dinheiro de nós todos e temos que os preservar porque são importantes para quem vem e para as pessoas que nos visitam.

Também gostava de saber - andam a fazer as ligações técnicas, estão a fazer as estações elevatórias - há uma parte que a Câmara tem que fazer que é as ligações aos coletores e o saneamento entre Meruge e Nogueirinha. Gostava de saber se a Câmara já providenciou alguma empresa para fazer esse trabalho.

Foi efetuada pela Câmara uma candidatura para eletrificações agrícolas. Gostava de saber também como é que está essa situação?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Todos nós sabemos que, neste mundo onde vivemos, hoje, vivemos tempos difíceis e de grande incerteza.

Todos os dias ouvimos nas nossas televisões, e na comunicação social, que isto não está bem, que está complicado e que os tempos que aí vêm não são os melhores nem as perspetivas que vamos ter no futuro são aquelas que nós pretendíamos. Vivemos nos recentes tempos, praticamente dois anos de oportunidades perdidas, de promessas não realizadas, de incumprimentos de toda a ordem.

Naturalmente que há promessas que foram cumpridas: Temos mais défice, temos mais dívida pública, temos mais desemprego e também temos mais impostos.

E, surpresa das surpresas! Negou-se o fazer um conjunto de coisas e agora pretende-se fazer esse conjunto de coisas. E o que é que se pretende fazer? Alargar o prazo para pagar a dívida, pedir mais tempo aos credores e dar mais tempo aos Portugueses para minimizar os impactos.

Há aqui uma negação daquilo que se pretendeu fazer.

Querem mais moratórias. E, surpresa das surpresas! Hoje, se olharam para as televisões, podem ver que é pretendido mais investimento público. Hoje, segundo o que ouvimos do Ministro da Economia, foi assinado um contrato publico e privado, embora a maior parte do capital seja público, de renovar o Terminal de Cruzeiros de Lisboa e também o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminal, se assim o podermos chamar, de Barcos de Recreio. Mais investimento público. Agora pretende-se o TGV, chamam-se às estradas, agora, vias de proximidade.

O TGV pode não passar em Oliveira do Hospital mas os dinheiros desse investimento também são nossos.

Durante dois anos o atual Governo negou o investimento público. Hoje já entende que o investimento público é também o motor da economia.

Lanço o desafio a nós todos, se vamos ter mais investimento público, então, meus amigos, unamo-nos todos e pugnamos para que o investimento público aqui às nossas portas se concretize que é o IC6 e o IC7.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu queria voltar a chamar a atenção para o artigo 17º, nº 1, do Regimento desta Assembleia, que é muito claro.

A nossa função aqui é cingir-nos às questões do Concelho porque, como sabemos e já o dizia antes, na Assembleia da República, quinquenalmente, o Sr. Primeiro-ministro vai lá prestar contas. Todos os partidos que estão aqui têm lá representantes e, portanto, não os devemos tentar substituir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de começar esta minha primeira intervenção de hoje por congratular todos os participantes na primeira edição do Orçamento Participativo, que teve recentemente lugar, pese embora o número reduzido de proposta que foram apresentadas, o que revela, Sr. Presidente, que se deve repensar uma melhor divulgação desta iniciativa que, de facto, é positiva mas, que carece de uma melhor divulgação em futuras edições.

Gostaria ainda de felicitar e agradecer aos vinte e cinco jovens estudantes do Ensino Superior, elementos do grupo missão país de Coimbra, que durante uma semana realizaram, tanto quanto me foi deixado entender, um trabalho extraordinário com várias ações, nomeadamente de acompanhamento dos utentes da Fundação Aurélio Amaro Dinis e da Casa da Obra.

Nestes tempos que vivemos em que a falta de valores e referências são cada vez mais notórios é de louvar este trabalho de voluntariado em prol dos outros.

De assinalar, ainda, a chegada ao nosso Concelho do Sistema de incentivos e apoio às micro e pequenas empresas. Espero que possa servir, de facto, como uma levada de ar fresco nestes tempos difíceis para as nossas empresas. Parece-me que do ponto de vista do interesse superior do Concelho, um programa absolutamente fundamental.

Congratular, ainda, todos os participantes, e um cumprimento especial para os vencedores, do concurso de ideias de negócio *entrepreneur+*, esperando que este seja, de facto, uma alavanca para as suas ideias, para que possam ser postas em prática e, fundamentalmente, virem a ser num futuro próximo uma mais-valia para o tecido empresarial do Concelho de Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Felicitar, ainda, todas as coletividades e associações que participaram no Carnaval e que embelezaram este pese embora o tempo que se fez sentir. Mas, relativamente ao Carnaval, Sr. Presidente, não posso deixar de lamentar o facto de ter dado tolerância de ponto nesta época. Na minha opinião, foi um anúncio pouco feliz, tendo em conta as circunstâncias difíceis e sérias que o país vive, com um grau de exigência cada vez maior. Na minha opinião, penso que apenas quis ser populista e, como tal, foi um mau sinal que transmitiu. Penso que podemos muito bem promover o Carnaval sem tolerâncias de ponto.

Gostaria também de dar uma nota sobre um assunto que foi abordado na última Assembleia e que tem a ver com o estado lastimável em que continua a Estrada da Beira. Gostaria de lhe perguntar, Sr. Presidente, qual o ponto de situação sobre as reuniões e diligências que fez e que tem feito. Gostaria de saber quais são os avanços que teve sobre esta matéria.

Gostaria, também, de saber, Sr. Presidente, qual a possibilidade de ser feito algo no sentido de minimizar os riscos como forma de prevenção, enquanto este problema permanecer, a colocação de sinalização vertical, visível, como forma de alertar os automobilistas para a existência das ditas “crateras” nesta estrada, nomeadamente, para aqueles que percorrem aquela estrada pela primeira vez.

Finalmente gostaria de dizer o seguinte: Foi lançado aqui em tempos um desafio, por mim, para que se crie uma marca aqui para Oliveira do Hospital, um símbolo, para que a população a nível nacional consiga, de facto, associar esta marca a Oliveira do Hospital. Têm sido feitos alguns esforços nesta matéria mas tudo de uma forma muito desgarrada e sem grande pensamento estratégico de futuro.

Tendo em conta que se está a chegar ao final do seu mandato, Sr. Presidente, sem que esse objetivo fosse felizmente alcançado venho, aqui, hoje fazer uma proposta esperando que esta ainda venha a tempo, para que o Município de Oliveira do Hospital, juntamente com as entidades parceiras, elabore uma candidatura à rede das cidades *Slow Cities* e que seja a primeira cidade portuguesa na Região Centro a aderir ao clube das *Slow Cities*.

Não sei se tem conhecimento desta rede, mas, com certeza que o Sr. Vereador que tutela a área do turismo, que tem obrigação de o conhecer, deve estar informado sobre esta.

Esta rede tem como objetivo principal a preservação das tradições locais e a promoção de qualidade de vida. Visa a promoção dos estilos de vida saudáveis e a fixação de pessoas e indústrias com talento.

É uma rede criada há mais de dez anos e que já conta com cerca de cento e cinquenta e cinco cidades de países como a Espanha, Reino Unido, França, Noruega e Alemanha e que são bastante procuradas por turistas.

Entre outros critérios, as cidades *Slow Cities* têm que ter menos de cinquenta mil habitantes, uma vida sem *stress* e comprometer-se a elevar a qualidade de vida dos seus habitantes e preservar as tradições destes locais. Critérios nos quais o Concelho se enquadra perfeitamente.

Existem outros requisitos mais exigentes mas que podem vir a ser considerados como problemas que devem merecer especial atenção em intervenções futuras, que venham a ter lugar no nosso Concelho, em termos de política ambiental, infraestruturas e tecnologias condutoras de qualidade de vida urbana.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Já aqui, em tempos, tive oportunidade de dizer que nestes tempos de exigências difíceis que nos encontramos, nomeadamente, em termos financeiros, temos de saber fazer o mesmo ou mais com menos dinheiro, mas, para tal, é necessário alguma imaginação e sermos diferenciadores. É precisamente isso, no meu entender, que tem faltado neste Executivo.

Aqui fica este meu modesto contributo esperando que num futuro próximo o Executivo possa fazer os esforços possíveis para uma candidatura a esta rede e criar, deste modo, uma marca para Oliveira e, assim, contribuir e constituir uma atração especial para Oliveira.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Depois de várias intervenções que focaram aqui o IC6 e o IC7, tenho aqui um trabalho que é para todos. Vou começar a ler a Moção: “Venho em nome do Grupo de Eleitos pelo PS nesta Assembleia Municipal apresentar a seguinte Moção Política, que desde já, convidamos a que seja subscrita por todos os colegas membros eleitos desta Assembleia, quer dos vários Grupos e Partidos, quer pelos Senhores Presidentes das vinte e uma Juntas de Freguesia.

Moção: Em defesa da continuidade do IC6 e do IC7.

A presente Moção pretende ser uma nova tomada de posição política, assumida de forma construtiva para alertar o Governo de Portugal e a respetiva tutela (Secretaria de Estado das Obras Públicas e Estradas de Portugal), da necessidade prioritária de se resolver, de uma vez por todas, o problema das acessibilidades rodoviárias a Oliveira do Hospital e à região da Serra da Estrela.

A presente Moção parte da constatação do facto, tornado público pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, que o Governo de Portugal aposta nas estradas para relançar a economia, e que para tal está a preparar “*um plano de investimentos de proximidade em estradas e em ferrovia*” que tem por base o crescimento económico. O objetivo, tal como foi divulgado pelos órgão de comunicação social, é que as intervenções a concretizar – que irão “*ser realizadas um pouco por todo o país*” – eliminem constrangimentos às empresas.

Ou seja, politicamente o Governo retoma a tese que os investimentos em obras públicas podem alavancar a economia regional e nacional.

Talvez por esta, agora reconhecida, razão, o Governo de Portugal investe em ferrovia e retoma o Projeto do TGV, evitando perder fundos comunitários.

Talvez por esta, agora reconhecida, razão, o Governo de Portugal retoma o Projeto da construção de um novo aeroporto, tal como tem sido noticiado.

Como Oliveirenses, de momento, concentremo-nos na declaração de que o Governo de Portugal “*pretende preparar um plano de investimentos de proximidade em estradas*”.

Posto isto, cabe-nos lembrar que se existe uma verdadeira “*estrada de proximidade*”, essa estrada é o IC6 e o seu prolongamento até à A25, ou seja, o IC7. Estas são verdadeiras estradas de proximidade, para estes concelhos e para as nossas empresas, conforme está subjacente às intenções do Governo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Empresas que, note-se são maioritariamente empresas do setor exportador, ou seja: vendem no estrangeiro bens e serviços que ajudam criar riqueza para o PIB nacional, e que, como todos reconhecemos, utilizam preferencialmente o transporte rodoviário.

Estas estradas são estradas que servem um vasto território do interior, mas, onde ainda existe atividade económica e empresarial. Referimo-nos a Oliveira do Hospital, a Arganil, a Tábua, a Seia, a Gouveia, até Fornos de Algodres, enfim, até à A25, como referimos atrás, e depois até à fronteira com Espanha.

A opção pela conclusão do IC6 e o arranque sequencial do IC7, devem ser assumidas pelo Governo de Portugal como prioritárias no referido “*Plano de Investimentos de Proximidade*” a ser “*realizadas um pouco por todo o país*” - assim foi referido, e com certeza, e no imediato, eliminarão o referido conjunto de constrangimentos às empresas, uma vez que é dito que “*entre as metas a atingir contam-se a melhoria das condições de escoamentos de produtos e a criação de acessos que serviam instalações industriais*”.

Consideradas as evidentes razões expostas, lança-se o desafio a esta Assembleia para que seja aprovada a presente Moção, a enviar ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Economia e ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, no sentido de reivindicarmos a inclusão prioritária da conclusão do IC6 e o arranque do IC7 até à A25, no Plano de Investimentos em Obras Públicas, a lançar pelo Governo de Portugal.

Todos temos a noção que foi um erro político a suspensão da Concessão Rodoviária da Serra da Estrela, que apesar do tempo perdido, agora poderá ser compensada com estas novas medidas, que desde já se aplaudem.

Como tantas vezes aqui afirmámos, o IC6 não tem cor, é um Projeto que a todos nos une. Como tantas vezes aqui afirmámos, a conclusão do IC6 é mais que uma questão de coesão territorial, é uma questão de justiça nacional.

Obviamente que debatendo em matéria de acessibilidades rodoviárias no eixo Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia, não podemos esquecer a mais que urgente reparação da Estrada Nacional 17.

A Estrada da Beira está, como todos têm noção, em estado caótico. Triplicou o seu tráfego, especialmente de camiões TIR, mas também se multiplicam, diariamente, os buracos, as fissuras, as crateras no pavimento e a destruição das bermas que a tornam numa estrada traiçoeira e verdadeiramente perigosa, especialmente para quem circula à noite.

Em suma, esta Moção pretender alertar e reivindicar junto do Governo e da tutela para a imperiosa necessidade de se concluir o IC6, de se avançar com o IC7 até à A25, e que se promova a imediata reparação da EN17.

De outra maneira, Oliveira do Hospital e esta região, não irão compreender uma decisão em contrário.”

Agradecia que quem quisesse subscrever esta moção, que o fizesse.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Por uma questão de coerência e correndo o risco de depois também lá passar ao caixote do lixo, não é só agora que têm o risco de lá ir ter, já o tinham antes, mas, de qualquer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma, é um dever regimental e, portanto, eu pergunto quem é que se inscreve para discutir a Moção. Se, de facto, tiver interesse.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Eu subscrevo a Moção e isso é aquilo que eu essencialmente quero destacar. Subscrevo.

Mas, não posso deixar de dizer o seguinte: É, na minha opinião, um dos mistérios que ficou por desvendar, porque é que o atual troço do IC6 acabou ali, naquela altura, no meio da mata?

Já aqui disse uma vez que quando os Aquinos precisaram tiveram o IC6. Aliás, o ex-Ministro Sócrates esteve nos Aquinos pelo menos duas vezes. Agora que o ex-Ministro Sócrates - dizem - regressou ao trabalho, faço votos que não nos “trabalhe” a nós, e só espero não o ver a vender estofos.

Nós, não podemos esquecer que, em dois mil e sete e em dois mil e oito, o então Secretário de Estado das Obras Públicas prometeu, duas ou três vezes, o IC6. E o IC6 parou ali! Nós, não podemos pôr o conta-quilómetros a zero. Isto não é honestidade política nem sequer intelectual.

Dizer que, o mais antigo projeto estruturante, em termos de vias de comunicação do nosso Município, é aquele que, de facto, devia ser feito, ainda primeiro do que o IC6 e o IC7, porque é o mais antigo, que era a linha do caminho-de-ferro. Não é o TGV!

Vocês riem-se porque, de facto, desconhecem.

Ouçam!... Pensem!...

Quais são as mercadorias que o nosso Município e a região mais produzem? Sabem quais são?

Madeiras, granitos. As mais pesadas!

Sabem por onde é que isso circulava bem? Pelo caminho-de-ferro. E não andávamos aqui a estragar as estradas com os camiões carregados com isso e esse é o mais antigo projeto, aqui, de toda a terra chã, desta região, que nunca foi concretizado e que, de facto, devia ser concretizada a linha férrea.

Não era mais do que aquele troço de autoestrada, que corre a trezentos metros, ali na região de Aveiro, foi feito um pelo PS e o outro pelo PSD. Metade desse dinheiro dava para fazer aqui e era muito mais bem aplicado.

Mas voltando ao essencial. Eu subscrevo essa Moção porque, de facto, é estranho, é inadmissível que aquilo tenha parado ali no meio do pinhal.

Não sei é se não vamos fazer uma marcha lenta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu na realidade subscrevo quase na íntegra esta declaração. Digo declaração porque não percebi onde é que começa e acaba a Moção.

Eu acho, e era o desafio que eu lançava ao Deputado Carlos Mendes que fizesse uma súmula sobre o IC6 e o IC7, que não colocasse lá esses considerandos político-partidários do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

TGV e do aeroporto porque considero que nos devemos concentrar exatamente nessa reivindicação que tem todo o sentido de ser feita. E com base nas declarações do Sr. Secretário de Estado parece-me oportuno e tenho todo o gosto em subscrever essa Moção apresentada pelo PS, na pessoa do Carlos Mendes, mas, sem esse considerandos e de uma forma concentrada por forma a percebermos exatamente onde é que começa e acaba.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Prof. António Morgado Ferreira Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que eu aqui venho dizer e o que eu pretendia dizer, um pouco, já foi dito, em relação a este assunto.

Não me interessa e não nos deve interessar hoje, aqui, o ontem. O ontem passou, já não conta e pouco interessa para o futuro.

Prometeu-se! Não se fez! Agora também já não o vão fazer. Por isso, acho que devemos estar unidos nesta preocupação de querer desenvolver um Concelho que por razões várias tem ficado preterido no rumo ao futuro. Eu próprio associarei e assinarei essa Moção.

Também na sequência que disse o Abrantes, e eu fazia tenção de o dizer, era bom que se fizesse uma súmula porque ninguém vai entender todo esse jogo de palavras e de conceitos que o Senhor aí propõe.

Faça uma súmula, bem feita, e dirigida ao essencial. Dizer aos indivíduos que queremos o IC6 e o IC7 e não queremos palavreado. Não quero dizer com isto que o Senhor tenha aí palavreado. Porque eles depois agarram nisso e atiram com isso para o lixo. Veem aí tantos papéis e tanta coisa que nem têm tempo de ler isso nem ninguém vai ler isso.

A minha preocupação, ainda, mais do que isso, é que eles não leiam aquilo que pretendemos enviar-lhes.

O que eu pretendia é que isso fosse, de facto, dirigido em curtas palavras: Meus Senhores, nós continuamos na mesma. Não temos acessibilidades, não temos meios de escoamento da nossa indústria, não temos progresso, não temos vias de comunicação.

O que queremos é que os Senhores cumpram e se não cumpriram que agora se proponham dar resposta aos anseios deste Concelho, ou melhor, desta região e deste Concelhos que bem precisam, em termos de futuro e em termos de progresso para criarmos aquela situação que há pouco se falou aqui, temos desemprego, pois temos. A indústria não vem? Porque é que não vem? Temos que nos interrogar por essas situações todas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Peço imensa desculpa, mas, se não pusesse cá estes dois parágrafos que eu pus entre comas também não era politicamente correto da minha parte.

Claro que isto não pode esquecer o passado. Isto precisamente fala do passado, do presente e do futuro que é o que nos interessa.

Acho que acolhemos todas as informações e os pedidos de redução e reinventar a Moção dentro daquilo que aqui está. Uma Súmula. Penso que a maior parte da Moção está mais em termos de demonstrar os porquês do que em termos políticos. Em termos políticos estão aqui as duas frases que se deitam fora, que é a do TGV e é a do aeroporto. Elas já aqui



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão quase para se porem de fora. Mas, Sr. Deputado Rui Abrantes tinha que ser dito. Peço imensa desculpa mas tinha que ser dito. Acho que podemos compor isto de maneira a que seja um bocadinho mais pequenina mas com as ideias todas. A ideia essencial é demonstrar as necessidades do nosso Concelho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho a propor o seguinte: Se estivessem de acordo, depois ou se reunião aqui o Sr. Rui Abrantes, a Dra. Luísa Vales e o Carlos Mendes como proponente e faziam aí depois um texto final a enviar. Aprovávamos ou não, em princípio vamos aprovar o objetivo, o IC.

Fixamo-nos no IC e arranjamos uma redação consensual. Vinham aqui um dia, ou se fazia e depois vocês liam de forma a isto ficar consensual.

Eu também acho que sim. É essa a minha luta. Que nos cinjamos ao essencial e nos deixemos de “berliques” que às vezes só dão para criar... Eu lembro-me que quando andava na vida artística que estavam de acordo com o comunicado só não podia ter no fim as palavras organizados venceremos.

Temos aqui uma coisa mais ou menos parecida.”

Terminadas as intervenções a Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção - Em defesa da continuidade do IC6 e do IC7, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com o compromisso do Sr. Deputado Carlos Mendes, depois, tentar conciliar uma redação e também com o Sr. Deputado João Dinis, que também é representante de uma força política.

Depois de efetuadas as correções propostas por todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, a Moção: Em defesa da continuidade do IC6 e do IC7 passou a ser a seguinte:

“Moção: Em defesa da continuidade do IC6 e do IC7.

A presente Moção pretende ser uma nova tomada de posição política, assumida de forma construtiva para alertar o Governo de Portugal e a respetiva tutela (Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Estradas de Portugal), da necessidade prioritária de se resolver de uma vez por todas o problema das acessibilidades rodoviárias a Oliveira do Hospital e à região da Serra da Estrela.

A presente Moção parte da constatação do facto, tornado público pelo Senhor Secretario de Estado da Obras Públicas que o Governo de Portugal aposta nas estradas para relançar a economia, e que para tal está a preparar um “*plano de investimentos de proximidade em estradas e em ferrovia*” que tem por base o crescimento económico. O objetivo, tal como foi divulgado pelos órgãos de comunicação social, é que as intervenções a concretizar – que irão “*ser realizadas um pouco por todo o país eliminem constrangimentos às empresas*”.

Ou seja, politicamente o Governo retoma a tese que os investimentos em obras públicas podem alavancar a economia regional e nacional.

Como oliveirenses concentremo-nos na declaração de que o Governo de Portugal “*pretende preparar um plano de investimentos de proximidade em estradas*”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posto isto, cabe-nos relembrar que se existe uma verdadeira “*estrada de proximidade*”, essa estrada é o IC6 e o seu prolongamento até à A25, ou seja o IC7. Estas são verdadeiras estradas de proximidade, para estes concelhos e para as nossas empresas, conforme está subjacente às intenções do Governo.

Empresas que, note-se, são maioritariamente empresas do setor exportador, ou seja: vendem no estrangeiro bens e serviços que ajudam a criar riqueza para o PIB nacional, e que, como todos reconhecemos, utilizam preferencialmente o transporte rodoviário.

Estas estradas são estradas que servem um vasto território do interior, mas, onde ainda existe atividade económica e empresarial. Referimo-nos a Oliveira do Hospital, a Arganil, a Tábua, a Seia, a Gouveia, até Fornos de Algodres, enfim até à A25, como referimos atrás, e depois até à fronteira com Espanha.

A opção pela conclusão do IC 6 e o arranque sequencial do IC7, devem ser assumidas pelo Governo de Portugal como prioritárias no referido “*Plano de Investimentos de Proximidade*” a ser “*realizadas um pouco por todo o país*” - assim foi referido, e com certeza, e no imediato, eliminarão o referido conjunto de constrangimentos às empresas, uma vez que é dito que “*entre as metas a atingir contam-se a melhoria das condições de escoamento de produtos e a criação de acessos que sirvam instalações industriais.*”

Consideradas as evidentes razões expostas, lança-se o desafio a esta Assembleia para que seja aprovada a presente moção, a enviar ao Sr. Primeiro Ministro, ao Sr. Ministro da Economia e ao Sr. Secretário de Estado das Obras Publicas, no sentido de reivindicarmos a inclusão prioritária da conclusão do IC6 e o arranque do IC7 até à A25, no Plano de investimentos em obras públicas a lançar pelo Governo de Portugal.

Todos temos a noção que foi um erro político a suspensão da Concessão Rodoviária da Serra da Estrela, que apesar do tempo perdido, agora, poderá ser compensada com estas novas medidas, que desde já se aplaudem.

Como tantas vezes aqui afirmámos o IC6 não tem cor, e é um Projeto que a todos nos une. Como tantas vezes aqui afirmámos, a conclusão do IC6 é mais que uma questão de coesão territorial, é uma questão de justiça nacional.

Obviamente que debatendo em matéria de acessibilidade rodoviárias o eixo Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia, não podemos esquecer a mais que urgente reparação da Estrada Nacional 17.

A Estrada da Beira está, como todos têm noção, em estado caótico. Triplicou o tráfego, especialmente de camiões TIR, mas também se multiplicam, diariamente, os buracos, as fissuras, as crateras no pavimento e a destruição das bermas que a tornam numa estrada traiçoeira e verdadeiramente perigosa, especialmente para quem circula à noite.

Em suma, esta Moção pretende alertar e reivindicar junto do Governo e da tutela para a imperiosa necessidade de se concluir o IC6, de se avançar com o IC7 até à A25, e que se promova a imediata reparação da EN17.

De outra maneira, Oliveira do Hospital e esta região, não irão compreender uma decisão em contrário.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Venho trazer aqui duas ou três questões positivas. Neste tempo ainda se fazem algumas coisas boas e eu queria dar conta, aqui, de duas ou três situações que me parecem bastante positivas.

Já foi aqui referido, mas, começava por felicitar a Câmara pela criação deste Projeto de Incentivo à Natalidade que nos vai permitir contribuir um bocadinho para que não haja tanta desertificação e que haja mais jovens futuramente.

Queria felicitar a escola de Lagares da Beira pela vitória na Sessão Distrital do Parlamento Jovem. Participaram sessenta e seis deputados em representação de vinte e duas escolas do Distrito.

Acho que é uma iniciativa muito boa porque isto permite aproximar os jovens da vida política e desperta-los também para serem cidadãos mais ativos, e isto foi conseguido. A escola de Lagares foi a vencedora de um projeto de recomendação nesta Sessão Distrital do Parlamento Jovem.

Queria também felicitar a organização do Carnaval Beira Serra de Lagares da Beira. Mais um ano e neste tempo de crise permitiu-nos, também, alguns momentos de boa disposição e de bom humor. O tempo não ajudou muito! Mas, contribuí, também, para ajudar ao Carnaval a tolerância de ponto que a Câmara decidiu fazer e isso permitiu, realmente, aos comerciantes fazerem mais algum negócio.

Estas situações são sempre boas e são de louvar.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a minha intervenção quero destacar dois aspetos: O primeiro, e sei que vou voltar a ser chato.

Nós, Socialistas, não nos basta selo também temos que parece-lo.

Mais uma vez relembro que andámos quatro anos a batalhar para que as Assembleias Municipais fossem realizadas ao sábado e continuamos a realizá-las à sexta. Acredito que haja motivos de força maior que assim o obriguem mas pedia que tivessem atenção e que tentassem realizá-las ao sábado;

O segundo aspeto é em relação ao apelo do Deputado Carlos Inácio para que todos nos unamos na defesa dos superiores interesses de Oliveira do Hospital e dos Oliveirenses.

Para mim isso é um desejo que eu espero que se concretize e que não continuemos a assistir, a quem quer assaltar o poder autárquico, ainda nem sequer candidato é, e a primeira obra que faz é iniciar por destruir a escola pública e agregar os agrupamentos escolares como foi feito recentemente.

Já todos percebemos que o assalto perpetrado pelo atual Governo PSD/CDS aos Portugueses com os aumentos gigantescos que levou a cabo nos impostos diretos, não levou a qualquer descida no *deficit*, pelo contrário, ao diminuir o poder de compra dos cidadãos, originou que o consumo descresse a níveis nunca vistos.

Acresce ainda o aumento de um dos impostos menos justos que existe dado que todos são aqui tributados em igual valor não havendo qualquer discriminação em razão dos rendimentos, o IVA, que associado àquele aumento de impostos, mais contribuiu para que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consumo interno dos Portugueses fosse reduzido ao mínimo indispensável, nomeadamente em bens de primeira necessidade, no comércio e na restauração.

E não o digo por dizer, digo-o por conhecimento de facto, em Lisboa por exemplo, e acredito que seja um espelho do resto do país, quer o pequeno quer o grande comércio estão vazios, os restaurantes que sobreviviam das refeições diárias nomeadamente almoços, e que antes estavam cheios com pessoas a comer de pé, agora, os que ainda não encerraram, encontram-se vazios, e que necessariamente fecharão portas brevemente.

Estas políticas do governo PSD/CDS são já responsáveis por centenas de milhares de novos desempregados em Portugal, aos quais acrescem os cerca de duzentos mil Portugueses que já se viram obrigados a seguir os sábios conselhos do Sr. Primeiro Ministro, e viram-se obrigados a emigrar.

Este aumento já se percebeu, teve repercussões muito negativas na vida da grande maioria dos consumidores domésticos e também na competitividade e sobrevivência de muitas pequenas e médias empresas.

Neste momento em que o atual Governo PSD/CDS aumenta de forma disparatada o IVA para a restauração e setor do turismo - um exemplo claro da austeridade irresponsável - o Estado não arrecada mais receita porque a atividade dos setores retrai.

Nenhum Português precisa ser um bom aluno de economia para perceber que mais austeridade leva a mais recessão, como apontam desde logo as novas previsões

E é neste tempo, em que os trabalhadores, os comerciantes, os empresários da restauração e da hotelaria fazem muitas e complexas contas à vida e mesmo assim não conseguem ter fundos para pagar aquilo que são as suas responsabilidades, que a Autarquia de Oliveira do Hospital liderada por José Carlos Alexandrino, percebendo que esta é uma austeridade estúpida imposta pelo Governo PSD/CDS, e que o necessário e urgente é conciliar o emprego e o crescimento económico, evitando a destruição daquilo que são ainda atividades que conseguem garantir emprego como é a restauração e o pequeno comércio, não se tem poupado a esforços, e tem levado a cabo e fomentado diversas iniciativas que todos devemos saudar como são o caso:

- Do evento “1º Compre Local” destinado a promover o comércio local oliveirense que já decorre no silo até ao próximo domingo, o qual pretende ser uma ajuda aos empresários locais do setor, procurando promover o comércio local, devolvendo-lhe vitalidade num momento de grandes dificuldades, e atrair mais consumidores locais e da região;

- A presença do Município de Oliveira do Hospital em *stand* conjunto na Bolsa de Turismo de Lisboa - BTL, com a ADIBER e com os municípios de Arganil, Góis e Tábua, destinado a promover a nossa região junto dos agentes do setor, naquela que é a maior feira do género que se realiza no país, para que esta, a nossa região, se possa vir rapidamente a transformar como um destino turístico de referência e de qualidade no contexto nacional, aproveitando quer os nossos produtos endógenos quer as características naturais únicas da região, e tentar dessa forma conseguir captar novos turistas e investidores, potenciando a criação de riqueza e consequentemente mais postos de trabalho, condição necessária para a fixação da população, principalmente das camadas mais jovens;

- A requalificação do Mercado Municipal que se apresenta como uma possibilidade para uma nova forma de olhar para a produção local, para que os produtores e comerciantes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenham condições condignas para escoarem os seus produtos e para que não se repitam notícias de lojistas que anunciam ser altura de fechar as portas;

- A BLC3 e a anunciada candidatura a cerca de onze milhões de euros de fundos comunitários são a prova de que a inovação e a tecnologia, tão defendidas pelo anterior governo, são não só um caminho viável como são uma fonte geradora de riqueza.

Os autores Duaibili e Simonsen Jr. distinguem os conceitos de criatividade e inovação afirmando que *“a criatividade é a faísca, a inovação é a mistura gasosa. A primeira dura um pequeno instante, a segunda perdura e realiza-se no tempo.*

É a diferença entre inspiração e transpiração, a descoberta e o trabalho”. Felizmente, em Oliveira do Hospital, aconteceu esse momento extraordinário de criatividade que permitiu perpetuar a inovação. A BLC3 que tem consigo quinze parceiros de seis países da União Europeia é um claro sinal de que estamos a traçar um rumo diferente daquele que nos querem dar como inevitável.

O Executivo Socialista Municipal em permanência, revela assim um enorme sentido de solidariedade e responsabilidade num momento particularmente dramático na vida dos cidadãos e das empresas não se escusando a dar respostas, a encontrar alternativas, a combater o pessimismo.

Para bem de todos os Oliveirenses o Executivo Socialista em permanência não compactua com este Governo no assalto aos portugueses e, pelo contrário, recusa ser um lacaio na destruição do país.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu ia fazer aqui um exercício porque começo a estar politicamente muito preocupado também na área autárquica.

Em minha opinião, a democracia está, hoje em dia, em constante plano inclinado.

Estamos outra vez a ser vítimas do Estado centralizador, antidemocrático e prepotente. A prova é que nós estamos nesta Assembleia, aliás, hoje está a acontecer isso, e tem acontecido nos últimos dias em todo o país, a lutar contra o Estado. É o que vamos ver hoje na nossa Ordem de Trabalhos quando devíamos estar todos, os eleitos, a defender e preocupados com os problemas das populações e a exercer o poder democrático, o que pelos vistos, nalguns casos, não o estamos a fazer. Estamos, quase e só, a defender-nos dos ataques do Estado.

Se dermos uma vista de olhos à Ordem de Trabalhos de hoje, vamos falar: da Lei dos Compromissos que condiciona fortemente o exercício financeiro das autarquias; da nova configuração das NUT que limita fortemente o cálculo aos índices de desenvolvimento económico; do novo regime financeiro das autarquias locais que vai estrangular ainda mais o exercício do poder local democrático; da lei da reorganização administrativa que já abateu, no nosso caso, cinco freguesias; da agregação das escolas do concelho num único agrupamento para já não falar na diminuição dos financiamentos do QREN, da redução das transferências financeiras para o município, das dificuldades de contratação de pessoal, das carreiras e, do que aconteceu esta semana, com uma desmotivação generalizada de todos os funcionários públicos com o corte que tiveram.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há comportamentos da Administração Central, do Governo, que estão a tentar cercar a democracia local como se nós fossemos uns irresponsáveis e que não soubéssemos da coisa pública.

Isto é, têm que vir uns Senhores de Lisboa controlar os nossos gastos, abater as nossas freguesias, dizerem-nos como é que havemos de gastar o dinheiro. Os Senhores do Governo pensam ser qualitativamente mais responsáveis que nós.

Nós somos uns irresponsáveis, temos que ser metidos na ordem.

Isto é uma atitude política sobranceira e antidemocrática e é historicamente conhecida e por isso eu acho que nós temos que lutar contra isto.

Queria recordar-vos que a Constituição de 1822 deu-nos a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Se nos deu a liberdade é porque se acreditava no valor e na capacidade das pessoas e dos povos organizados. Aliás, se, se recordarem toda esta questão foi teorizada nos séculos XVII e XVIII pelo iluminismo e pelas luzes e este Governo está a fazer tábua rasa disto.

Depois, a Constituição de *Weimar* de 1919 que esteve por detrás da nossa Constituição de 1976 deu-nos os direitos sociais de segunda geração, deu-nos o regime democrático e deu-nos autonomia autárquica. Aliás, a própria etimologia de autarquia quer dizer isso mesmo, autonomia. É esta autonomia que está a ser posta em causa.

O Estado está a intrometer-se vergonhosamente na gestão municipal, para não falar, já, da longa tradição da autonomia oriunda dos forais. Como sabem, para o ano Oliveira do Hospital fará quinhentos anos que tem o foral. Tudo isto tem estado a ser posto em causa.

O artigo 6º da Constituição da República diz-nos que o Estado respeita os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração.

Mas, o Estado e este Governo estão a tirar-nos a liberdade e autonomia e a centralizar as decisões.

Deixei-me só ler-vos o que diz a Associação Nacional de Municípios, que não consta que estejam por ali perigosos esquerdistas, sobre a Lei das Finanças Locais. *“Entende-se que as linhas fundamentais da proposta de lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais acabam por ser a criação de limitações à autonomia municipal violando princípios constitucionais fundamentais e afetando a capacidade de gestão das autarquias locais.*

Tal acontece desde logo, em diversos casos em que no entendimento da Associação Nacional de Municípios se propicia à intervenção ilegítima e em gerência por parte do Estado conferindo ao Governo poderes para exercer uma tutela política que não é admissível. Introduzindo normativos que possibilitam uma intervenção na atividade municipal retirando a esta a flexibilidade que é o seu apanágio tradicional.”

Nós podemos concluir, e vamos ver na Ordem de Trabalhos de hoje. Há uma governação, profundamente ideológica, traumática para as autarquias. Há, de novo, um centralismo nas decisões, a aproximar-se da ditadura.

Veja-se os cortes nas pensões; veja-se os cortes nos contratos dos funcionários públicos. E não nos digam que não há dinheiro ou que nós estamos à beira da banca rota porque, como sabem, o dinheiro não foi tirado de circulação. Se virem, o perímetro do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro que estava em circulação, há cinco anos atrás, é o mesmo. O dinheiro está é mal distribuído. Está nas mãos dos banqueiros.

Estas medidas são ideologia e disso não há dúvida nenhuma.

Como sabem, não gosto de falar sobre isto, mas, eu fui Diretor Geral do Tesouro durante oito anos, primeiro com o PS e depois com o PSD, e sei bem para onde é que vai o dinheiro.

Vai para honrar avales da Madeira, como sabem, o Sr. Alberto João Jardim contraía dívidas, com o aval do Estado, e depois não as pagava e o Estado pagava-as.

Vai para os credores do BPN, a maior parte deles ex-Secretários de Estado ou Ministros do Prof. Cavaco Silva.

Porque é que não se cobram estes créditos? Se o BPN emprestou milhões às empresas do Dr. Arlindo de Carvalho, Se emprestou milhões às empresas do Dr. Dias Loureiro porque é que não se cobram estes créditos?

Porque é que não se cobra, também, a contribuição especial de solidariedade aos cento e setenta e cinco mil euros do Sr. Jardim Gonçalves?

Retiram-se poderes às autarquias, ao mesmo tempo diminui-se as pensões dos aposentados e nós estamos aqui, essencialmente, a lutar contra isto.

Mesmo com todas estas limitações dos nossos poderes enquanto autarcas, com todas estas reestruturações das NUTS, das freguesias, dos agrupamentos, com todos estes cortes no orçamento e meios humanos nas autarquias. Aliás, com todas estas medidas que o Governo está a tomar, nomeadamente os aumentos dos impostos, oxalá me engane, mas estou convencido de que vamos chegar ao fim deste ano muito pior do que estamos. Com mais recessão, com mais pobreza, com mais desemprego. Isto vai-se medir, objetivamente, com números e portanto não é uma questão de opinião.

Podemos voltar a falar desta questão mais tarde. Esta história dos cinco minutos limita-nos um bocado.

Mas, vejam bem, isto é uma sugestão que eu deixo. Vejam bem a natureza das medidas que vamos aqui discutir hoje, que constam da Ordem de Trabalhos, e no fim digam-me qual é, uma delas, só uma, que venha em benefício das populações em nome das quais fomos eleitos.

As atividades das Assembleias começam a ser defender-se das tropelias do Estado, o que é para mim inadmissível.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por dizer que subscrevo esta intervenção do Dr. Rodrigues Gonçalves.

Mas, também, quem aqui esteve nestes últimos anos, ouviu-me, ao longo de anos, a pregar. A pregar que em 1997 o então Governo do Eng.º Guterres, do Partido Socialista, assinou o Pacto de Estabilidade na União Europeia. Assinalar que o Governo do PS, com o Eng.º Guterres, disse que o euro era a chave de toda esta brincadeira e constitui o núcleo duro da situação, a causa da situação, que nós estamos hoje a viver é, exatamente, termo-nos amarrado ao euro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu pergunto aqui àqueles que têm menos de sessenta anos que economias é que conseguiram fazer desde que o euro entrou em circulação?

E agora porque é que a gente está amarrada nisto?

A Argentina, e a diferença é essa, é que a Argentina não teve problemas nenhuns de um momento para o outro entrou em banca rota e resolveu o problema quatro anos depois.

Nós temos um problema acrescido. É o euro! De facto, amarraram-nos!

E para que entendam, vejam como é o estado da economia e da finança alemã?

A Europa está em crise. Agora vêm reconhecer que afinal isto do Pacto de Agressão, que o Governo do Partido Socialista fez com a troica, não fui eu nem nenhum de vocês!

Não se fala do passado? Era o que faltava!

A gente absolve as causas e os causadores e perdemos a memória! Era o que faltava!

Eu tenho autoridade para estar aqui a dizer isto hoje! PS e PSD a mesma luta! Nos Governos onde têm estado. O PEC-I, o PEC-II, o PEC-III, lembram-se o que é que isso foi? Quem é que tomou essas medidas todas?

E portanto aqui estamos!

Chegámos a uma situação em que o Governo não aprovou a candidatura da Câmara Municipal à renovação da água e dos esgotos em Vila Franca da Beira e, portanto, quando se diz que a gente está a falar e que não tem nada que falar. Tem que falar sim Senhor! Desta situação e de todas. Porque isto são as pessoas concretas que sofrem as consequências dessas políticas nacionais, europeias e mundiais.

Uma das consequências desta situação é que Vila Franca da Beira não tem o projeto de renovação da água e do saneamento porque não há dinheiro!

Mas há dinheiro para o BPN! E para o BPP!

Quem é o Diretor do Banif que há pouco tempo “mamou” mil e cem milhões de euros do nosso dinheiro? Sabem quem é agora? Foi o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sócrates!

A gente também não pode esquecer-se disto! É para aí que está, de facto, a ir o nosso dinheiro. E cada vez mais!

Isto não é mais um ano ou menos dois anos. Há um corte de quatro mil milhões de euros! Mas afinal levaram-nos a camisa e estão-nos a arrancar a pele! Mas o que é que falta quererem-nos arrancar? Mas está tudo doido ou estão só alguns?

Aquilo que é preciso fazer é, de facto, rasgar estes acordos, correr com estas políticas e naturalmente com os governantes que as têm aplicado. Sobre isso santa paciência! Não há por onde fugir!

A situação do nosso Município neste momento perante a empresa Águas do Zêzere e Côa, porque isto implica com as estações elevatórias em Vila Franca da Beira e é um assunto que temos discutido ultimamente, mas eu gostava de saber exatamente qual é a situação? Como é que está?

Vejam bem ao que nós chegámos! Vão ler o que é que eu disse quando aqui se votou a concessão! Depois é porque um “gajo” é bruxo? Não! Isto não é por um “gajo” ser bruxo! É porque um “gajo” simplesmente procura ser informado e procura ter, de facto, posições naquilo que é o interesse das pessoas, naquilo que é o interesse coletivo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E depois, é pá, a gente não pode falar do passado! Temos que falar no passado sim senhor! E temos que responsabilizar os causadores e as políticas que eles preconizaram e que eles aplicaram. O PS, o PSD, o CDS-PP. E aqueles que aqui dão a cara por esses partidos. Não têm nenhuma necessidade? Ou têm? Será que têm necessidades pessoais para continuarem a assumir o ónus que esses partidos a nível nacional colocam os seus eleitos, os seus representantes, e têm o direito de o ser, em muitos maus lençóis. Por exemplo, aqui nesta Assembleia Municipal, quando a gente falou das Freguesias, quando a gente vai falar dos Agrupamentos. Mas cada um assume a sua responsabilidade. Cada um é do partido que entende.

Eu já aqui referi isto, as marcações no asfalto da estrada, ao fundo de Fiais da Beira e o rio Seia fazem muita falta ali. O Sr. Presidente já disse que a estrada não é municipal. Eu sei é que do lado de Tábua estão as marcações feitas!

Eu constatei aqui, por experiência própria, um agravamento de cento e vinte por cento quando se deixa passar o prazo de pagamento da fatura da água e do saneamento. Cento e vinte por cento de agravamento! Isto, eu acho que, é demais! Eu quase que me atrevia a dizer que isto é extorsão.

A proposta que eu aqui deixo é de que a Câmara reveja. Um agravamento com uma penalização de cento e vinte por cento é brutal!

Como está a situação da construção das novas instalações das extensões de saúde de Ervedal da Beira e Avô? O que pensa o Sr. Presidente da Câmara fazer para forçar a execução destas obras? Aliás, havia o protocolo com a Direção Regional de Saúde!

A ambulância especial, que está sob gestão da Fundação com o apoio do Município. Vila Franca da Beira reafirma a sua candidatura ao serviço dessa ambulância.

Já aqui foi falado da Eletrificação Rural. Há um projeto aprovado há já uns meses. Há gente a quem está a fazer muita falta a Eletrificação Rural. Quando é que isso avança? Como é que isso está?

Já aqui foi falado dos esgotos das queijarias. É um problema magno em termos da pastorícia, do ambiente, do Queijo da Serra. Andamos a fazer tanta festa da Queijo da Serra e um dia destes não há Queijo da Serra ou pelo menos não há pastores e depois faz-se Queijo da Serra da Estrela com leite vindo da Holanda. Aliás, não sei se já não se estará a fazer? Pelo menos com leite de Espanha!

Bom! Mas, há aí um outro problema neste momento que de repente pode causar aí, outra vez, uma situação crítica, que é a falta de sanidade animal. Dito de outra maneira, o Governo deve aos produtores pecuários, às organizações de produtores pecuários e portanto àquela que à própria ANCOSE gere deve-lhe dinheiro de dois mil e doze. Todo o ano. Participação pública. A nível nacional são cerca de dez milhões de euros. Dois mil e treze, nem se sabe como é que vão ser financiados, nem qual é o modelo. Sabe-se é que quem quer sanidade animal, já é como na saúde das pessoas, tem que a pagar. Os produtores pecuários se quiserem têm que a pagar. Ora bem, eles não estão com capacidade financeira, a grande parte deles, e dos nossos pastores, para fazerem isso. E portanto ou rapidamente se tomam medidas ou vamos ter aí novamente um surto de brucelose. Eu não estou aqui a ser bruxo! A brucelose é endémica. Com as consequências que isso depois trás para o Queijo da Serra. E não é só este o problema, infelizmente! Daqui a um bocado alguns municípios já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão a ir socorrer os produtores pecuários a subvencionarem os municípios da própria sanidade animal. Coisa que não é propriamente legal nos termos dos regulamentos comunitários, para quem os quiser tomar como dogmas absolutos, os regulamentos comunitários.

Eu quero aqui dizer que na página 18 do Boletim Municipal se diz: “*Vila Franca da Beira – Águas e Saneamento. Substituição e execução de infraestruturas de água e saneamento em Vila Franca da Beira. Em curso.*” Este é, presumo, o projeto que não foi aprovado. Presumo que o Município não está na disposição de gastar lá oitocentos ou novecentos mil euros, sozinho, neste projeto. Não quer dizer que esteja de acordo se o Município disser que não. Compreendo a situação. Posso é não estar de acordo com ela. Mas que seja, pelo menos, esta execução a execução das estações elevatórias daqueles esgotos que drenam a céu aberto em Vila Franca da Beira.

Também vem aqui uma relação das obras, apoio nas coletividades e eu continuo a dizer que a União Desportiva e Tuna Vila Franquense já tiveram um compromisso assumido com o Sr. Presidente da Câmara que ainda não foi executado.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Antes de mais, e faço-o também como cidadão, gostaria de apresentar publicamente as mais sentidas condolências ao Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD e em seu nome a toda a família pelo falecimento do seu pai. Nestes momentos outros valores se elevam.

Como forma de dimensionar a nossa oferta turística com a mais valia de termos ainda ativa uma arte secular nesta Freguesia e Concelho, que até há bem pouco tempo, diminuta relevância lhe era dada, venho aqui, hoje, mais uma vez, relevar a arte do cobre e latão sita na Catraia de São Paio, que em tudo considero ser esta mais uma potência por valorizar, a vários níveis, principalmente no que toca à criação de uma marca turística para este concelho, região e país. “Catraia de São Paio Capital do Cobre e Latão”. E Porque não, e até indo de encontro à intervenção feita neste âmbito pelo Eng.º José Vasco, complementar esta arte com a nossa riquíssima gastronomia local. Daí, também, já eu desde algum tempo defender a criação do Museu do Cobre e Latão apoiado com um restaurante assente na nossa gastronomia local.

O Queijo Serra da Estrela é já sem dúvida uma referência turística deste concelho, mas, também de outros. O cobre e o latão ainda ninguém teve a iniciativa de o fazer nem Oliveira do Hospital, nem Oliveira de Azeméis, nem Vieira do Minho principais zonas do país no ativo desta arte. Daí que concluo que é importante pensarmos e agirmos rápido sobre estas mais valias antes que alguém se antecipe. O primeiro é, e será sempre, o primeiro e geralmente torna-se o único.

Congratular-me pelo já há muito e desejado arranque da construção da nova Central de Camionagem e, em complemento, do novo Mercado Municipal.

Aguardamos agora pelo arranque da requalificação quer da Avenida Dr. Carlos Campos, quer da Rua Dr. Virgílio Ferreira que em tudo necessitam, principalmente esta última, no que toca à segurança de peões, de serem o rapidamente requalificadas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por fim, quero salientar, porque já há muitos anos e até hoje nunca foi resolvido, e está aqui a poucos metros, chamar à atenção para este imóvel onde se encontram duas empresas abertas ao público diariamente.

Em termos de segurança com o passar dos dias cada vez mais se nota a degradação do mesmo até para quem passa na via pública mesmo não entrando nos ditos estabelecimentos comerciais, e penso que já deveria ter havido outro tipo de atuação por parte do Município relativamente a este edifício sito aqui no Largo Ribeiro do Amaral onde se encontram as empresas Café Portugal e Copiarte porque em nada beneficiam quer esteticamente quer depois em termos de prevenção e segurança dos peões. Penso que já é tempo demasiado e vejo o Município, quer este executivo quer o anterior inativo sobre este assunto.”

Terminadas as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Queria regozijar-me porque hoje a nossa Assembleia não se tornou um circo como aconteceu anteriormente. Estamos todos a debater ideias para o concelho. Com críticas umas positivas outras negativas mas é com esse trabalho construtivo dos políticos com o trabalho de todos e com a vossa participação e por isso queria registar este facto.

Quero também, e num gesto de humildade, dar aqui uma palavra ao Prof. Fabrício dos Santos. Quero dizer-lhe, Prof. Fabrício, que se se, sentiu ofendido nas minhas palavras e na disputa política eu peço-lhe aqui desculpa porque não foi essa a minha intenção. De qualquer maneira, às vezes no calor da discussão saem coisas menos próprias. Devemos ter humildade quando sabemos que erramos e por isso neste momento quero apresentar-lhe essas desculpas.

Começo por um assunto bastante importante para o Concelho que é a Estrada Nacional 17. Acho que este assunto é demasiado importante.

Na sequência do pedido de reunião urgente e da reivindicação enviada às Estradas de Portugal vou ler-vos o ofício que recebemos, não vos vou ler o ofício todo para não vos maçar. Dizem eles que:

“... no troço em análise foi objeto de avaliação no âmbito das vistorias técnicas realizadas a nível nacional pela Estradas de Portugal, de que resultou a sua inclusão no conjunto de vias com necessidade de intervenção.

Atendendo ao atual enquadramento financeiro e à necessidade de definir prioridades, foi estabelecida uma Estratégia de Priorização de Intervenções de Conservação Periódica, decorrente de critérios traduzidos na urgência técnica da intervenção e na adequação do investimento face à procura, ou seja, ao tráfego existente.

Com base naquela estratégia, a intervenção da Conservação Periódica naquele troço foi selecionada como prioritária, pelo que foi incluída na lista das atividades do Plano de Investimento de Conservação Periódica da Empresa para 2013/2014, encontrando-se a decorrer a elaboração o projeto de execução para uma intervenção de reabilitação.

Até lá e sempre que necessário, serão executadas intervenções no âmbito da Conservação Corrente por Contrato.

Sem prejuízo deste esclarecimento, ficamos à disposição de V. Exa. para o agendamento da reunião solicitada, caso a considere pertinente.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Telefonei e pedi por escrito uma reunião com as Estradas de Portugal, depois até foi ele que me devolveu a chamada. O Sr. Presidente do Conselho de Administração das Estradas de Portugal, António Ramalho, ligou-me a dizer que iria agendar esta reunião.

Esta reunião é muito importante não só para reivindicar as condições de circulação e de segurança da EN17 mas porque as Estradas de Portugal também têm pareceres em relação ao próprio relançamento do IC6 e do IC7.

Esta reunião é com o Presidente das Estradas de Portugal, não vou lá falar com os vogais nem com técnicos, vou falar com os homens que determinam as políticas das Estradas de Portugal.

Esta reunião é importante e gostaria que fosse esta semana porque vou ter oportunidade de estar com alguns ministros na BTL. Vou estar pelo menos dois dias desta semana em Lisboa e dar-me-ia jeito para não estar sempre a ir para Lisboa.

Esta Moção que hoje aqui aprovaram faz todo o sentido, eu não me quis meter, porque é um papel da Assembleia.

Gostaria de vos ler algumas declarações que o Sr. Secretário de Estado fez numa reunião onde estive juntamente com os Senhores Presidentes dos Municípios de Gouveia e de Seia, onde o Sr. Secretário de Estado se comprometeu a incluir estas obras quando houvesse obras de investimento. Isto vem no Jornal de Negócios de terça-feira.

Já discutimos este assunto na reunião de Câmara de terça-feira. Esta pode ser uma notícia que todos juntos devemos aproveitar.

Isto não é um problema do Presidente do Município é um problema dos interesses do nosso Concelho e por isso todos devemos lutar e eu congratulo-me quando as pessoas votaram por unanimidade a Moção em defesa da continuidade do IC6 e IC7, achando que não haveria mal da proposta ser reformulada, na minha opinião.

“Governo aposta nas estradas para relançar a economia.” Isto é, o Governo acha que agora é outra vez altura de fazer alguns investimentos e *“Executivo prepara plano de infraestruturas de proximidade focado no desenvolvimento económico”*.

E o que é que eu fiz? Fiz uma coisa extremamente simples. Eu não tenho estado nesta luta isoladamente como Presidente do Município.

Há aqui três Municípios para os quais é fundamental para o seu desenvolvimento estratégico este IC. Que é o Município de Seia, e o Município de Gouveia. Nós não queremos autoestradas!

Em conjunto solicitámos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas. Que já nos recebeu.

É a altura para fazermos força, até porque são obras que podem ter participação do Quadro Comunitário. Percebemos que o tempo é de dificuldades e que o IC6 que deriva para a Covilhã é uma estrada de montanha caríssima, e que talvez não se possa fazer agora, eu admito isso, e não é uma questão de falta de ambição. Era bom se nós ligássemos à Covilhã mas temos que ver as prioridades e o dinheiro que há.

Esta estrada estava orçamentada em cerca de cento e cinquenta milhões de euros até ao IC6. O IC6 passa Oliveira do Hospital e depois começa o IC7 numa entrada entre Fornos e Celorico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta obra poder ter participação do Quadro Comunitário de oitenta e cinco por cento ou até de noventa por cento. Haverá um investimento mínimo à volta de quinze milhões de euros do Governo Português.

Eu acho que é a hora de todos nós, de todas as pessoas para fazer um tráfico de influências políticas para se conquistar esta obra que tem muito a ver com o desenvolvimento estratégico destes três Concelhos até em relação aos nossos próprios empresários que não competem em igualdade.

Tenho feito o meu trabalho. Tenho feito o meu papel e também não poderia ser de outra maneira porque não estou cá para outra coisa porque as condições da Estrada da Beira são miseráveis.

O problema da sinistralidade é um problema grande e tem havido vários acidentes. Tenho tido essas queixas.

Espero que haja uma grande intervenção nesta estrada e que se resolva este problema. Mas, as coisas estão neste ponto e gostava de vos dar conta disso.

Ao Eng.º Carlos Artur, quero falar-lhe sobre o Teatro da Sociedade Recreativa Ervedalense e dizer-lhe que esta obra também foi discutida na reunião do Município.

Sou Ervedalense mas no desempenho do meu cargo eu sou de todas as Associações do meu Concelho.

Às vezes acham que eu faço muitas obras na minha terra. O que não é verdade. Mas dá jeito à oposição dizer essas coisas. Nós percebemos o que é!

A Sociedade candidatou-se ao PRODER e teve um financiamento de 60%, como tiveram outros.

Da parte do Município foi votado por unanimidade que déssemos uma participação para ajuda dessas obras. O Teatro do Ervedal, e aqui numa perspetiva completamente independente, foram até palavras do Prof. Mário Alves que disse quando votou favoravelmente que *“era uma casa única no Concelho”*.

Por isso, todo este apoio não se deve ao Sr. Presidente do Município mas deve-se a todos os elementos da Vereação da Câmara Municipal e do trabalho da candidatura ao PRODER que subsidia 60% das obras.

Ao Sr. Eng.º José Vasco eu também não deixaria de lhe dar uma palavra. Terei muito prazer que o Senhor seja meu adversário na discussão política. Quero dizer-lhe que para mim será uma honra porque também sei que o Senhor é um homem leal e é capaz de discutir projetos e sei que não discute pessoas. Há pessoas que para discutirem política discutem pessoas e não discutem projetos nem discutem ideias.

Sabe que tem tido da minha parte e do Executivo em permanência um tratamento de grande lealdade em relação à CAULE. Trabalhámos em conjunto em vários projetos. Nunca houve nenhum boicote à sua Associação e aos projetos e, por isso, na minha opinião, acho que é salutar para a democracia quando há projetos alternativos onde as pessoas podem escolher. Esta é a essência da democracia.

Como disse o Sr. Presidente da Assembleia lá nos debateremos. Teremos ideias contrárias sobre muitas coisas e da forma de organizar o Concelho, mas, essas ideias vão valorizar o Concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E até diria mais: Gostaria que o Senhor fosse eleito como Vereador. Mas isso são contas de outro rosário e mais para a frente falaremos sobre isso.

Pensei que o Eng.º José Vasco hoje falasse aqui da limpeza das margens dos rios até para respondermos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia porque decorrem neste momento os concursos para dois troços, aquilo tem que ser concurso a concurso.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge citou aqui quando apareceram as limpezas das margens dos rios: Ó Sr. Presidente então e o Cobral ficou de fora? E eu disse-lhe: Olhe que você tem razão porque o Cobral ficou mesmo de fora!

Pois Sr. Presidente da Junta de Meruge o Cobral já tem sessenta e tal mil euros, perto de setenta mil euros para a limpeza das margens como têm os outros. Fizemos a candidatura, trabalhou-se politicamente e a candidatura está aprovada também para o Rio Cobral e havemos de lançar a obra como estamos a lançar agora as outras.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira questionaram o Projeto das Eletrificações Rurais.

Eu gostava de esclarecer este assunto porque é transversal para todas as Freguesias.

As Eletrificações Rurais andarão à volta de trezentos e cinquenta mil euros. Tem que ser um concurso público. Tivemos hoje uma reunião com o Diretor Operacional da EDP que era o Eng.º Pina Prata e que foi substituído e tivemos hoje uma reunião de transferências.

Neste momento a EDP está a fazer todos os projetos. Nós fizemos a candidatura já com orçamentos da EDP mas agora eles estão a fazer os projetos para se lançar um concurso público nacional que tem que ter visto do Tribunal de Contas porque ultrapassa os trezentos mil euros.

Depois não será a EDP serão outras empresas como o Socorreias e outras, com certeza, que irão a estes concursos, mas como eu digo, será um concurso público e tenho alguma prioridade que isto ande depressa porque as coisas na administração nem sempre andam muito depressa, muitas vezes andam muito devagar.

Também ao Eng.º José Vasco quero dizer o seguinte: Esta ideia do Museu do Queijo Serra da Estrela quero dizer-lhe que nós há tempos, talvez há um ano, tivemos um privado, era uma pessoa com capital, que pretendia fazer um grande investimento e ele até veio cá ver terrenos mas entretanto as coisas não têm corrido como nós queremos.

Acredito que no próximo Quadro Comunitário de 2014/2020 não vai haver muito dinheiro para estas obras físicas vai haver mais dinheiro para investimento reprodutivo, isto é para produtos de exportação.

Na CIMPIN estão a ser criadas algumas linhas estratégicas. Criámos um conselho, constituído por umas cinquenta pessoas de diversas áreas e onde entram algumas pessoas do Concelho de Oliveira do Hospital que se destacaram, e está uma empresa a fazer um plano estratégico para todas estas zonas. Ainda está na CIMPIN.

É verdade que o Turismo não pode viver de ações isoladas. Se nós fizéssemos cair aqui em Oliveira um meteorito como foi agora na Rússia, sem estragar nada, criávamos aqui uma marca e tornávamo-nos um polo atrativo. Isto para dizer que isto das marcas tem que se lhe diga.

Hoje a Feira do Queijo tem um grande impacto em Oliveira do Hospital e as pessoas não podem desvalorizar esse impacto. Temos já mais de quatro mil pessoas inscritas que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

querem vir à Feira. Vai ser um grande sucesso. Deus queira que não esteja a chover e que esteja um bom tempo.

Agora parece-me que relativamente ao turismo, hoje os portugueses estão a baixar o consumo brutalmente, as pessoas pensam duas vezes. Como até na restauração. As pessoas hoje já não vão ao restaurante como iam há um tempo atrás. Não podemos exigir algumas coisas e não perceber que há um conjunto de fatores que se modificou em termos estruturais e financeiros nas famílias. Todos temos que ter consciência disso. Não podemos ficar parados e temos que agir mas percebemos que não podemos analisar as coisas com a mesma perspetiva de antigamente.

Oliveira do Hospital não é diferente dos outros Concelhos. Tenho aqui uma notícia que gostava de vos mostrar. Isto é mau! Eu gostava que estas notícias fossem no sentido contrário!

É uma notícia do Expresso *on line* de hoje e que diz isto: “*Desemprego dispara, défice derrapa, dívida cresce e crescimento encolhe*”.

Meus caros amigos, há aqui coisas que se estão a modificar, percebam isto. Eu gostaria é que estas notícias fossem todas ao contrário.

O que eu gostava era que o desemprego diminuísse e que o défice diminuísse. Era isso que eu queria! Mas há aqui uma realidade financeira.

E digo-vos mais, um homem, ainda há pouco tempo, disse uma coisa que todos temos que ter noção clara. O candidato pelo PSD/CDS, o Dr. Fernando Seara, aquando da assinatura do acordo disse, e que também eu concordo. Ele disse “*meus caros amigos, o próximo mandato autárquico é de cariz de Ação Social*”, isto foram palavras do Dr. Fernando Seara que é um homem que tem experiência da vida e também como é Presidente do Município sente o pulsar das populações.

Em Oliveira do Hospital, essa política que ele está a dizer que vai fazer se ganhar as eleições para a Câmara, já se está a realizar.

Nós temos que estar muito concentrados nas políticas, sobretudo, de ajuda às pessoas. Todos nós temos que ter consciência que muitas famílias, como eu já aqui disse uma vez ao Eng.º Rafael, eu esta quarta feira foi capaz de ter recebido sessenta pessoas. E sei do que é que elas me falam! Muitas falam-me de sérios dramas. E não me venham dizer que estas sessenta pessoas não querem trabalhar. Há muitos que nunca tinham estado no desemprego. Mas agora têm cinquenta e dois anos e não arranjam emprego e muitos deles casais.

Hoje trago aqui alguns dados para partilhar convosco sobre o desemprego. Penso que foi a Sra. Arq.ª Élia Sofia que abordou este problema do desemprego.

A Unidade Móvel de Saúde é um investimento de cem mil euros que foi participado pelo PRODER.

Qual é que é a ideia deste investimento?

Houve aqui uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta. As Juntas de Freguesia vão ter que se candidatar, todas aquelas que não têm médicos nas suas freguesias, e aquelas que são mais periféricas. Aquilo não é uma ambulância é uma Unidade Móvel de Saúde. Tem alguns equipamentos, nomeadamente faz eletrocardiogramas e um conjunto de outros exames.

Nós temos que chamar à responsabilidade porque a área da saúde é da competência do Governo Central, contudo, o Município também está disponível para colaborar mas deve



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haver um acordo tripartido entre a Fundação, eu já falei com o Dr. José Tereso, o Presidente da Administração Regional de Saúde e falámos sobre algumas coisas e é possível nesta prestação de saúde, o Município também entrar com alguma coisa mas entrar com o menos possível essa é que é a nossa obrigação e colocarmos a viatura onde as pessoas não têm acesso à saúde para que todos os nossos Municípes tenham cuidados nessa área. Devemos também fazer esse esforço. E por isso é que todos devemos ter a noção onde é que queremos o dinheiro dos nossos impostos. O Município de Oliveira, neste momento, tem menos dinheiro. As receitas caíram. E já vamos ver porque é que caíram.

Sobre as Bolsas de Estudo, quero dizer à Arq.^a Élia que pela primeira vez fizemos uma coisa completamente diferente. Não fizemos só Bolsas para carenciados. Pela primeira vez, este Município aprovou na última reunião de Câmara Bolsas de Mérito para alunos que têm uma média elevada. Para esses alunos bons nós criámos incentivos independentemente das suas condições económicas. Apoiarmos o mérito penso que também é importante.

Defendo o seguinte, e há aqui várias pessoas que me conhecem bem e sabem que em minha casa éramos quatro irmãos e só eu é que estudei porque os meus pais não tinham possibilidades e eu não quero que esse tempo volte. Nós temos jovens no Concelho que têm capacidades e não podemos permitir que por falta de dinheiro não estudem. O Município tem obrigação de apoiar esses jovens porque as famílias hoje passam muito mal. Há famílias que têm os filhos a estudar e os pais estão desempregados. Nós temos estados a apoiar esses jovens e é essa a nossa obrigação!

Percebam qual é a diferença! Não se pode pensar só em obras. As obras são boas, mas, quando temos pessoas em dificuldades e temos que dar estas ajudas a minha prioridade são estas pessoas.

Estas Bolsas de Mérito são um trabalho fantástico da minha Vereadora. Foram aprovadas este ano cinquenta e tal mil euros para Bolsas de Estudo e se for preciso reforçamos esta verba. Se for preciso gastar cem mil euros com alunos que tenham capacidade e que as famílias não tenham possibilidades para lhes pagarem os cursos eu acho que o Município tem a obrigação de apoiar estas famílias.

Sobre o Apoio à Natalidade: O Apoio à Natalidade foi também aprovado em reunião de Câmara e foi aprovado com propostas de todos os Vereadores e neste momento estamos a fazer os primeiros processos que nos dão um grande orgulho.

Este Apoio à Natalidade não é para os pais comprarem garrafas de vinho, ele está muito bem estruturado no seu regulamento. É preciso apresentar as faturas no final do mês para depois receber o apoio no mês seguinte.

Este dinheiro, que são há volta de cento e cinquenta mil euros de acordo com as nossas estimativas para os nascimentos, vai ser injetado na economia local.

Onde é que os pais podem gastar este dinheiro sem ser dentro do Concelho? Se os pais tiverem que ir a uma consulta particular, por exemplo em Coimbra, e trazem os recibos e nós faremos o respetivo pagamento é a única exceção porque todos estes cento e cinquenta mil euros vão entrar no negócio de Oliveira do Hospital. Os pais têm que apresentar as faturas referentes às despesas. Nós informámos as lojas aderentes, que são quase todas as lojas de Oliveira do Hospital. Se alguém faturar fraldas e se nós viermos a descobrir que foram garrafas de vinho ou que foram outras coisas essa empresa ou essa loja não fornecerá mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para este programa. Temos o programa muito bem delineado e ninguém nos ensina nada na área social, não é que nós não gostássemos de aprender mais.

Sobre o Desemprego: A Arq.^a Élia, disse na sua intervenção que eram mil e duzentos os desempregados no Concelho mas não são mil e duzentos.

Em janeiro a 31 de dezembro nós tínhamos mil cento e cinquenta e sete desempregados: quinhentos e setenta e cinco homens e quinhentas e oitenta e duas mulheres. Em relação ao mês de dezembro houve um aumento substancial de novecentos e trinta e nove para mil cento e cinquenta e sete. É um número duro.

Eu acredito que em fevereiro e março é possível que estes números possam diminuir porque está neste momento uma empresa que é a Olijeans que vai abrir nas antigas instalações da Fábriconfex, temos trabalhado muito neste projeto, e vai empregar sessenta pessoas.

Mas há mais! Gostaria de anunciar hoje aqui. E quero desafiar os Sr. Presidentes de Junta. Há um projeto neste momento, é a primeira vez que falo nisto. Ontem tive acesso a um conjunto de medidas de empregabilidade que o Governo vai lançar. E bem, muito bem!

As Juntas de freguesia em parceria podem empregar uma pessoa licenciada ou até sem ser licenciada que não necessita de estar inscrita no Centro de Emprego, só precisa de se inscrever no dia anterior, e pode a junta de Freguesia, com o Estado a pagar na totalidade, fazer um contrato de um ano.

Qual é que é a minha ideia? E a minha ideia não é nova porque alguns Municípios já o fazem. É desafiar algumas Juntas de Freguesia a contratarem estas pessoas. A Junta de Freguesia e o Município terão que pagar há volta de cem euros.

O Município estará disponível. Nós íamos contratar e selecionar dezoito, vinte ou vinte e duas pessoas porque por exemplo nas localidades maiores poderíamos colocar uma pessoa.

A ideia era aproximar o Município das pessoas.

E como? Não era para fazer concorrência às Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia têm lá as suas competências. Estes jovens teriam ações de formação durante quinze dias aqui na Câmara Municipal nos diferentes serviços para que pudessem tratar qualquer assunto do Município lá na aldeia ou na Freguesia.

Tenho-me deparado com algumas pessoas mais idosas que estão assustadas porque nunca fizeram nenhum IRS e agora são obrigadas a apresentar o IRS. Estes jovens também teriam formação na área do IRS para que pudessem auxiliar essas pessoas com dificuldade. Também teriam a possibilidade de redigir algum documento ou uma carta a quem necessite.

É aproximar, realmente, o Município das pessoas. Acho que este projeto é positivo e será gratuito para as Juntas de Freguesia. Como disse, estou a referir-me a este projeto em primeira mão. Este projeto até só entrará em vigor no dia 28 de fevereiro.

Temos ajudado muita gente, e pelo menos, temos ajudado muita gente a não ficar em casa sem fazer nada. Temos ajudado muita gente dentro das nossas possibilidades. As pessoas recebem subsídio de deslocação, de alimentação e uma bolsa, tal como as Juntas de Freguesia também o têm feito.

Nestes projetos há agora três novas linhas que são benéficas. Muitas vezes encontramos situações dramáticas e fazemos com que as pessoas recorram ao RSI para depois as podermos ajudar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta ideia ainda não a discuti, mas, vão haver mecanismos que estão para ser publicados e que eu já tive cesso e nós podemos dar aqui um forte contributo em termos de empregabilidade e ajuda às pessoas que estão desempregadas. O problema não se põe quando as pessoas têm o subsídio de desemprego o problema é quando acaba o subsídio de desemprego.

Era importante dizer isto e não é uma questão de orgulho bacoco. O Programa dos Ativos Sociais neste momento penso que são sessenta jovens que com a colaboração das IPSS, são sessenta jovens que estão a trabalhar. Isto é muito importante para nós! Este deve ser o nosso grande combate.

É suficiente? É claro que eu acho que não é suficiente. Mas como eu digo e como se vê ali, isto não se pode modificar repentinamente porque Oliveira sofre as influências das medidas a nível nacional. Não somos o oásis, nem somos uma ilha.

Quanto ao furto das placas direcionais, quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Aníbal Correia, que não é a primeira vez que acontece. Na estrada do Moinho do Buraco e quando tínhamos acabado de pôr umas placas de cem em cem metros e o que aconteceu é que as roubaram todas. Nós também não temos um polícia para guardar cada placa. Isto vai acontecendo contudo podemos alertar e fazer um ofício à GNR para fazer uma fiscalização mais direcionada.

Sobre o tratamento dos efluentes das queijarias este é um problema que está na Plataforma e acho que é preciso um novo modelo, na minha opinião.

Sobre as ligações técnicas de saneamento isto hoje é um drama. O João Dinis tem razão.

Mas reparem no seguinte: O Município hoje faz as estações elevatórias com dinheiro de todos nós, e temos assumido alguns compromissos, para depois engrossar a fatura que nos manda as Águas do Zêzere e Côa. Este é o drama e nós não podemos continuar. Isto é um problema!

Respondendo agora ao Eng.º Rafael. Sobre a sinalização vertical na EN17 eu não vou fazer isso porque isso compete às Estradas de Portugal.

Quero dizer ao Eng.º Rafael que gosto de críticas e não tenho problemas porque lido bem com elas. Até gosto de pessoas e de jovens inteligentes e acredito que o é.

Mas às vezes, e quero dizer-lhe, olhos nos olhos, que o Senhor aqui a falar tem uns tiques de arrogância que não lhe ficam bem. Isto não é nenhuma crítica mas tem uns tiques de arrogância na forma como fala. Quero dizer-lhe que algumas propostas são vazias de conteúdo e eu gosto mais de propostas com alguma substância do que de algumas teorias.

Eu registei também os seus elogios à nossa política. Mas sobre a tolerância de ponto eu quero dizer-lhe o seguinte: Os problemas do país não se resolvem por não haver tolerância de ponto no dia de Carnaval em Oliveira do Hospital. Quero dizer-lhe que houve cento e oitenta e seis concelhos que deram tolerância de ponto no dia de Carnaval. O Governo decretou retirar alguns feriados mas quando foi pelo Natal e pela Passagem de Ano deu duas tolerâncias de ponto: Uma no Natal e uma no Ano Novo.

Oliveira do Hospital deu uma tolerância agora e, digo-lhe que, enquanto eu for Presidente do Município e houver Carnaval em Lagares da Beira haverá sempre tolerância de ponto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste dia de Carnaval juntaram-se milhares de pessoas em Lagares e isto trás também investimento para o Concelho.

Sobre a possibilidade de candidatura à rede das cidades *Slow Cities* nós também vamos estudar isso e depois veremos.

Ao Dr. Francisco Garcia, e sobre as Assembleias Municipais eu quero dizer-lhe que a maior parte das Assembleias Municipais nos nossos concelhos vizinhos reúnem até durante a semana como por exemplo em Tábua e em Arganil. As reuniões até são à tarde.

Sobre as extensões de saúde, eu, como já disse, tenho pressionado ainda há pouco tempo estive com o Dr. José Tereso.

Sobre as promessas à União Desportiva Vilafranquense penso cumprir essas promessas.

Sobre a arte do Cobre e do Latão, e para responder ao Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, Nuno Filipe, também acho que é uma boa ideia na qual todos nos devemos empenhar e acho que a Catraia de São Paio tem condições para isso. Há um projeto que tem que ser desenvolvido.

Também quero dizer ao João Dinis e relativamente aos 120% de agravamento no pagamento da fatura de água fora do prazo quero dizer que não é uma medida do Município mas é uma medida do Código do Processo Tributário é a informação que me chegou aqui.

Sobre o edifício do Café Portugal quero dizer ao Nuno Filipe que tem toda a razão. Agora, pela primeira vez fez-se alguma coisa. Nós notificámos os proprietários para fazerem as obras mas os proprietários não têm respondido às diferentes notificações porque são um conjunto de herdeiros. Uns não querem fazer, outros dizem que fazem.

Pela primeira vez o Município está a fazer um projeto, mas não é um projeto de recuperação do Café Portugal. Tem só a ver com as questões de segurança e com o telhado. Neste Momento está a ser desenvolvido um projeto aqui pelos Serviços Técnicos do Município para nós intervirmos. E nós vamos intervir. Vamos lançar a obra e a seguir vamos pedir às pessoas para pagarem aquilo que se gastar lá. Se as pessoas não pagarem nós vamos para tribunal e penhora-se o bem. Tem que ser assim porque há ali questões de condições de segurança e eu estou preocupado com elas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Vou ser muito breve mas não podia deixar esta oportunidade para defender a minha honra.

Relativamente à arrogância: É a sua opinião vale o que vale e fica com ela. Eu não lhe admito é que, arrogância é uma palavra muito forte para adjetivar apenas uma simples intervenção, contributos que eu pretendo aqui dar. Se os quiser acatar, tudo bem. Se não quiser, tudo bem na mesma.

Relativamente ao vazio de conteúdos das propostas simplesmente lhe quero dizer o seguinte: Você apenas se contradiz a si próprio porque em Assembleias Municipais anteriores apenas louvou essas mesmas proposta e, como tal, até pretendeu acatar algumas e acatou algumas. Gostava-lhe era de ver, por exemplo, acatar esta proposta das *Slow Cities* porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acho que é uma proposta interessante. E gostava era de ter ouvido isso e não ouvi. Quanto ao resto acho que é lamentável a sua intervenção. Mas é a sua intervenção.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“O Sr. Presidente da Câmara há bocado tocou num assunto que eu acho pertinente e ainda mais porque há aqui uma coisa que é importante relevar.

Principalmente as pessoas idosas, por causa da entrega das declarações de IRS relativas ao ano económico anterior. Além da obrigatoriedade da entrega, e porque aumentaram o número de pessoas a ter que entregar essas declarações principalmente em termos de reformados e pensionistas, há aqui um pormenor que é importante relevar. Se esses idosos não entregarem as declarações de IRS, pessoas que estejam isentas de taxas no SAP e de usufruírem de mais valias em termos de saúde perdem o direito e daí que até nós, na Junta de Freguesia, já tínhamos pensado em abrir um balcão na Junta de Freguesia para apoiar nesse preenchimento. Só que, aqui também há um problema, quando o Sr. Presidente fala em jovens, é que nem toda a gente sabe preencher as declarações. Se calhar a única hipótese era fazer uma avença com Gabinetes de Contabilidade. Mas isto era importante saber porque os idosos vão ter que entregar as declarações senão perdem o direito às isenções na saúde.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de terminarmos o Período de Antes da Ordem do Dia eu queria fazer o registo que foi o pedido de desculpa do Sr. Presidente ao Sr. Prof. Fabrício. Efetivamente, às vezes aqui no calor da discussão e às vezes porque não nos ocorre o termo certo, penso que foi o que acabou de acontecer agora com o Sr. Eng.º Rafael Costa. O Sr. Presidente poderia ter dito que era uma sobrançeria ou que era um pretensiosismo. Não deixava de ser muito diferente mas, de facto, acabou por ser um bocadinho forte.

Eu penso que também temos que relevar um pouco isto. De qualquer forma, o meu pedido era que efetivamente e dentro da elevação com que mais ou menos têm decorrido sempre aqui os trabalhos, tirando uma ou outra situação, que, de facto, houvesse algum cuidado porque o que nos aqui trás é tentar defender os interesses do Concelho e, de facto, essas coisas são dispensáveis. Mas também às vezes tem que haver alguma tolerância. Às vezes sai. Se calhar não era bem isso que o Sr. Presidente queria dizer mas não lhe ocorreu outro termo. Mas o Sr. Eng.º Rafael já defendeu a sua honra e fez muito bem. Mas o Sr. Presidente também disse e registou o contributo das propostas. Eu não tenho que me pronunciar muito sobre isso mas globalmente o Sr. Eng.º Rafael traz propostas não é uma nem duas e que enriquecem o debate e dá o seu contributo.

Houve aqui também um pequeno ruído quando o Sr. Presidente disse que esperava que o Sr. Eng.º José Vasco fosse eleito Vereador. Também não queiram que ele lhe oferecesse já a cadeira. Vamos lá com calma!”

Entrou-se, depois, no Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação aos mapas que acabaram de vos ser distribuídos relacionados com este ponto I. No primeiro quadro temos a evolução da dívida registada à data de 31 de janeiro. Eu volto a frisar que é sempre o momento de reporte da informação que vos é enviada e, portanto, temos a dívida a 31 de janeiro de 2010, 2011, 2012 e 2013.

De reter que entre 2012 e 2013, há data de 31 de janeiro, descemos a dívida em cerca de um milhão e cem mil euros. Portanto, ela está com uma trajetória claramente descendente.

Abstive-me de fazer a execução orçamental e a das GOP à data de 31 de janeiro porque estamos a falar do mês de execução orçamental que não é relevante em termos de informação financeira.

Depois, em anexo têm dois documentos que acho que também já em outras oportunidades vos foram distribuídos. Um que tem a comparação da receita e o outro da despesa até 31 de dezembro.

Eu quero frisar que estes documentos têm caráter provisório porque as contas ainda não estão encerradas. Como sabem, decorrem tarefas de verificação e análise até março e, portanto, estão todos os documentos a ser verificados e pode haver pequenas regularizações que alterem, não substancialmente, julgo eu, aquilo que aqui está retratado.

Como notas importantes e que estão visíveis: Redução dos custos com o pessoal, tem um valor no mapa da despesa, começa logo nos encargos com o pessoal, na página 1, que tem uma redução, de 2012 comparativamente a 2011, na ordem dos quatrocentos e sessenta e quatro mil euros.

Só quero ressaltar: Vão-me dizer que tem a ver com o corte no subsídio de férias e de Natal. Não. O valor do corte atingiu duzentos e trinta e três mil euros e portanto a redução nos custos com o pessoal é do dobro.

De salientar também que, foi operada uma redução no valor das horas extraordinárias e ao longo de 2013 essa redução ainda se vai acentuar mais, não só por causa do valor hora mas porque também há uma clara intenção do Sr. Presidente da Câmara, e muito bem na minha opinião, em reduzir estas horas extraordinárias.

Salientar, quebra de receitas, de 2011 para 2012, em dois milhões cento e sete mil quinhentos e um euros, e portanto, é um valor muito significativo que foi acompanhado de uma redução, também, das despesas em valor até superior. Isto deixa-nos alguma tranquilidade.

O que quer dizer que conseguimos fazer acompanhar esta quebra de receitas com a quebra de despesas.

Vão-me dizer que foi à custa do investimento em capital. Como é lógico teria de ser de alguma forma e há uma componente da despesa que é sempre mais rígida e apesar de todos os esforços que nós não conseguimos reduzir tão drasticamente.

Se retirarmos, eu fiz aqui umas contas muito simples, se repararmos o valor da execução da despesa de 2012 é de catorze milhões setecentos e noventa e oito mil duzentos e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos e temos uma receita executada de catorze



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões cento e trinta mil euros. O que quer dizer que tivemos de utilizar saldo transitado de seiscentos e sessenta mil euros para pagar despesa.

Mas, se nós retirarmos aos catorze milhões setecentos e noventa e oito os encargos com amortizações de empréstimos contratados em períodos anteriores verificamos que temos um equilíbrio quase perfeito entre as receitas do ano e as despesas líquidas do ano, que é isso que se pretende.

Em termos de dívida aponta-se para uma redução final da dívida, 2011/2012, na ordem dos quinhentos e vinte mil euros, pelas minhas contas, mas vamos aguardar pelos documentos finais para confirmar todos estes dados. Como já disse estão a ser verificados e portanto é apenas um resultado provisório.

Estou à vossa disposição, se assim o entenderem, para qualquer esclarecimento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Com certeza, quem pegou nas contas verificou, e até estou admirado que o meu amigo Esteves não tenha vindo cá fazer essa pergunta porque ele não costuma deixar passar. O que está em dívida nas faturas de fornecedores e o que está na dívida de fornecedores. Há uma dívida às Águas do Zêzere e Côa muito elevada de trezentos e setenta e nove mil euros.

A dívida em si é relativamente pequena se retirássemos esta dívida.

Esta dívida é referente aos meses de outubro, novembro e dezembro. Como sabem há uma série de diferendos entre a Empresa Águas do Zêzere e Côa e os Municípios e por isso temos vindo a protelar os pagamentos dentro dos limites temporais mas de acordo com a Lei dos Compromissos.

As Águas do Zêzere e Côa queriam que nós pagássemos apenas 80% das faturas. Isto é, eles próprios admitem que nos estão a faturar a mais. Há um acordo com o aval da Sra. Ministra que tutela esta área das águas. Mas os restantes 20% ficavam em dívida. O que no nosso entendimento nos parece que não é muito legal.

As Águas do Zêzere e Côa e a sua tutela pediram um parecer jurídico para ver como é.

Os Municípios entendem que isto não é legal. Pagamos 80% e ficamos a dever 20 % e depois a Lei dos Compromissos, quando passar os noventa dias? A tutela das águas de Portugal enviaram-nos um parecer jurídico sobre esta matéria que defendia só o pagamento dos 80%.

Mas, nós achamos que aquele parecer jurídico é um bocado encomendado para resolver este diferendo entre as Câmaras Municipais e as Águas do Zêzere e Côa. Por isso as Câmaras Municipais remeteram ao gabinete jurídico da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento da Região Centro para nos darem um parecer para ficarmos mais descansados e para não termos problemas quando vêm as inspeções.

O que é assustador para um Presidente de um Município é, neste momento, a fatura brutal que temos de água e saneamento.

A água, o saneamento e os resíduos sólidos são o principal problema em termos financeiros desta Câmara. Não vale a pena escondermos isto!

Aquilo que se cobra aos nosso munícipes é menos de metade do que aquilo que pagamos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Andamos com faturas mensais à volta de duzentos e cinquenta mil euros. Basta chover muito e haver aumento das águas pluviais para que a fatura do saneamento aumente brutalmente. É preciso fazermos qualquer coisa nisto.

Desde que eu sou Presidente e este Executivo em permanência nunca tocámos nestes preços devido às dificuldades económicas com que as pessoas estão. Mas temos consciência que quer seja eu ou outra pessoa vai ter que ter coragem para mexer nestes preços. É preciso haver um equilíbrio financeiro entre a despesa e a receita. Hoje estamos muito longe desse equilíbrio.

O dinheiro que poderia ir para obras hoje subsidia a água e o saneamento. Nós vendemos no 1º escalão a água mais barata do que a compramos.

Também percebemos que esta altura é muito difícil e que as famílias estão sem dinheiro e atravessam graves dificuldades e por isso teremos que fazer alguns reajustamentos mas também defendo que esses reajustamentos não podem ser feitos de repente. Este reajustamento tem que ser progressivo e tem que ser sensível também para as pessoas e até isentando algumas pessoas com mais dificuldades. Quero ser sincero não farei este reajustamento neste mandato. Mas seja eu ou seja outra pessoa que esteja cá vai ter que fazer este trabalho. Nós temos estudos e estamos a participar em várias conferências sobre estas matérias. É preciso percebermos que hoje há um défice brutal quando a fatura chega aos duzentos e cinquenta mil euros por mês e quando temos transferências do FEF à volta de quinhentos mil euros.

Todos os Municípios, e numa posição de força, entendem que a partir de janeiro ninguém vai pagar. É um acordo entre todos os Municípios para obrigar a tutela a vir negociar de forma diferente.

Eles mandam-nos a fatura com o total e depois querem que só se pague 80%. Mas depois temos aqui 20% que fica em dívida e depois infringimos a Lei dos Compromissos e ficamos sujeitos às consequências.

Vamos ver agora o que é que a CCDR nos diz sobre o parecer jurídico e se na opinião deles pode ser assim. Porque se realmente tivermos só que pagar 80% nós teríamos que reaver muito dinheiro. Porque neste momento só há dois Municípios que não têm contas em atraso que é Oliveira do Hospital e Aguiar da Beira. Há muitos municípios que fizeram ajustamentos financeiros que foram ao PAEL- Programa de Apoio à Economia Local, e vão pagar essas despesas.

Este é o maior problema financeiro para o Município porque retira dinheiro que poderia ir para outras coisas.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quando o Sr. Vereador Paulo Rocha diz que a receita é igual à despesa está a incluir aí a amortização da dívida ou a amortização está de fora?

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Se for retirada a amortização dos empréstimos contratados anteriormente o nível de receita cobre o nível de despesa executada. Se não o retirarmos, a despesa sobe nessa proporção. E também é nessa proporção que nós temos que utilizar o saldo transitado para a pagar.

O que eu me quis referir é que, é lógico que, estão contratados e sabemos que temos que os pagar, tenha sido o Executivo anterior, seja o próximo Executivo a contratá-lo, ou este ainda, se o entender. O que eu digo é que se nós retirarmos isso o nível de receita e de despesa é equilibrado ou quase perfeito. O que nos dá esse conforto sabermos que estamos a ir no bom caminho. Sabemos é que temos de pagar as amortizações dos empréstimos.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Estou esclarecido. A curto prazo ou teremos que recorrer ao empréstimo ou teremos que cortar na despesa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta situação financeira do Município verificam-se duas tendências: Há a diminuição da receita e há a diminuição da despesa.

Diminuição da receita que, também era bom ser dito, resulta muito dos cortes a que os Municípios e as Autarquias têm estado a ser sujeitos. Nos últimos três anos o não cumprimento da própria Lei das Finanças Locais representam cortes superiores a mil e quatrocentos milhões de euros. Em três anos.

Os Governos Centrais, este e o anterior, só nos últimos três anos roubaram aos Municípios mil e quatrocentos milhões de euros. E nós continuamos a aceitar pacificamente, muitas das vezes, sem sequer “espirrar” perante uma situação deste tipo porque de roubo em roubo é até ao roubo final. Se agente permitir!

Depois, na despesa há aqui um aspeto que o Sr. Presidente destacou que é o problema da água e do saneamento da empresa Águas do Zêzere e Côa.

Assinalar que o Presidente do Município que mais devia dinheiro é hoje o Presidente das Águas de Portugal. O que ele lá deve estar a fazer, e o que eu fazia se fosse Presidente da Câmara, era: Ensine-me lá como é que eu não pago. Já que agora o Senhor que era aquele que mais devia, o Município do Fundão, está agora Presidente das Águas de Portugal, então diga-me como é que eu não vou pagar! E não pagava!

Eu não sei se ele é Presidente ou se é Vice-Presidente mas é quase o mesmo.

Antigamente os Vice-Presidentes de Câmara eram, de facto, aqueles que mais mandavam nas Câmaras. Antes do 25 de Abril o Vice-Presidente era o cargo da nomeação do Regime, da confiança do Regime, era o Vice-Presidente da Câmara.

Em Oliveira do Hospital o Vice-Presidente da Câmara antes do 25 de Abril era simultaneamente o comandante da Legião Portuguesa, aqui. E não estou a falar de cor! Nem gosto de apagar a memória do passado! Era o que faltava!

Não percebo como é que os Municípios e o nosso em especial ainda não puseram em tribunal a Empresa das Águas do Zêzere e Côa, porque, e isto é intolerável, dizer que nós



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vínhamos sobre algum pretexto seja do Município ou seja do Governo e das Águas de Portugal duplicar o preço da água. Não venham cá com a treta do pagador poluidor porque se for assim os vigaristas do BPN do BPP, do Banif, os maiores vigaristas desta país, já tinham que ter pago, com o património, pelo menos com vinte e cinco anos de prisão. E agora é aqui o desgraçado que tem que andar sempre a pagar! Era o que faltava!

O Contrato da concessão não prevê nada disso.

Qual é o preço que foi concessionado?

Então rompe-se a concessão. Há motivos jurídicos suficientes para isso. Eles estão a querer aplicar o preço que teríamos que pagar em 2020 ou em 2030. Então! E aceita-se isto assim pacificamente? Também por isso e a pretexto algum não venham cá com a conversa de que as pessoas têm pagar. Duplicar, triplicar pagamentos de água! Mas como? Vão pagar como? As pessoas deixam é simplesmente de pagar. Ainda vão é fechar os fontanários públicos como fizeram ali em Tábua! Depois se forem corridos à pedra, admirem-se!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero destacar aqui um esclarecimento às contas que o Dr. Paulo Rocha não destacou.

Este Executivo tem feito um esforço enorme para apresentar estas contas. Tem-se feito um trabalho de planeamento e uma grande gestão na despesa e tem havido cortes.

Eu penso que já disse isto aqui uma vez. Falta aqui uma verba a rondar os duzentos e cinquenta mil euros.

Como sabem o Centro Escolar de Nogueira teve uma comparticipação de 85% e nós tínhamos há volta de trezentos e tal mil euros pagos devido à falta de visto. A CCDR veio dizer-nos que nós não tínhamos direito a essa comparticipação por causa da falta do visto do Tribunal de Contas.

Nós recorremos da decisão e a CCDR veio dizer-nos de seguida que sim Senhora, que quando a lei veio vocês já tinham feito a despesa dos trezentos mil euros. Por isso neste momento devem-nos, e isso está na CCDR, duzentos e cinquenta mil euros do Centro Educativo de Nogueira. Quer dizer que mesmo aquele défice dos quinhentos mil euros dos empréstimos seriam só neste momento duzentos e cinquenta mil euros.

Enquanto eu for Presidente do Município o caminho é este. Ninguém tenha dúvida disso. O caminho é de rigor e só se pode fazer se tivermos dinheiro. Hoje com a Lei dos Compromissos isso está muito subjacente. Mas não tenham dúvidas que quando sair daqui as contas estarão equilibradas como estão hoje. Isso é uma vitória nestes tempos de dificuldade. Como disse o João Dinis, e bem, com os cortes brutais que tivemos nas transferências do Estado e com estes problemas todos.

O meu Executivo apanhou, de certeza, a época mais difícil para governar o Município quer a nível financeiro quer a nível social porque não há dinheiro.

O João Dinis tem toda a razão. Por exemplo, nós candidatámos para Travanca o projeto da Quinta da Tapada e já nos vieram dizer que não têm financiamento. Por isso nós temos que fazer algumas opções. Também em Travanca no Rio Seco essas obras não vão ter financiamento e têm uma dimensão mais pequena.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu não pude enganar o João Dinis e disse-lhe que o Município não tem capacidade para lançar neste momento a remodelação da rede de água e saneamento de Vila Franca da Beira porque ela está orçamentada em oitocentos e tal mil euros. Se esta obra tivesse participação!

Eu acredito que vai haver participação para a obra da Moita, Formarigo e Carvalha. O que é bom para nós porque estamos a fazer a obra sem participação e entretanto vamos ali buscar algum dinheiro que nos vai ajudar a fazer essas obras que nós temos lançadas em termos de saneamento e que já estão adjudicadas.

O drama em relação a estas obras de saneamento é nós sabermos que as estamos a fazer para meter mais caudal na rede de saneamento e depois teremos que pagar uma maior fatura. Isto é uma coisa inacreditável mas são obras que têm a ver com a qualidade de vida e com o ambiente e por isso não podemos olhar para trás.”

Entrou-se, depois, no Ponto II - Ratificação da assunção de compromisso quanto ao carácter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte esclarecimento:

“Isto tem a ver com uma candidatura que a Câmara apresentou ao Programa Operacional de Fatores de Competitividade.

Depois de entregue a candidatura o Gestor do Programa veio solicitar uma declaração em como esta candidatura ou este processo se reveste de carácter estratégico e é prioritário na sua implementação.

Isto tem a ver com um projeto que nós elaborámos aqui para a autarquia de Modernização Administrativa e de Implementação de Atendimento Multicanal - telefone, internet e presencial.

Tem a ver com investimento em *hardware*, *software*, em mobiliário e equipamento, implementação de um Sistema de SIG - Sistema de Informação Geográfica que muita falta faz a esta autarquia e aos munícipes também.

É um investimento total de quatrocentos e setenta mil euros que poderá ter uma participação do FEDER de quatrocentos mil euros e determinará, caso seja aprovado com estes valores, uma participação da autarquia na ordem dos setenta mil euros.

A Gestão do Programa pretende é que a Assembleia Municipal enquanto órgão máximo político no Concelho assuma por um lado que este investimento é estratégico em relação à melhoria da qualidade do serviço que iremos prestar e que caso venha a ser aprovado assume um carácter prioritário. E isto tem a ver com a racionalização dos meios, ou seja, o que eles dizem é o seguinte: Se vocês apresentam a candidatura terão que assumir depois que vão ter meios para assegurar a contrapartida nacional.

Só a título de curiosidade, podem achar os setenta mil euros exagerados em termos de gastos nesta área, mas, isto é um projeto para dois anos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No ano de 2012, sem qualquer tipo de financiamento, a Câmara Municipal gastou, internamente, quinze mil e quatrocentos euros em *hardware*, vinte e cinco mil euros em *software* e mais nove mil euros em equipamento.

O que quer dizer que gastámos mais de quarenta mil euros sem nenhum tipo de financiamento. Se viermos a gastar setenta mil euros, em dois anos, com a possibilidade de executar quatrocentos acho que é de certeza um bom negócio para a autarquia e será de melhor tom ainda para o munícipe que irá ser o alvo do benefício deste projeto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui outra coisa que eu penso que é relevante e que gostava de ressaltar.

A Câmara Municipal, quando eu partir daqui, não será igual àquela que eu recebi. Ela hoje tem uma dinâmica muito mais moderna e penso que este projeto é demasiado importante até porque possibilita que as pessoas na sua própria casa possam tratar dos seus assuntos sem ter que se deslocar aos serviços. Por isso é importante a aprovação deste projeto.

O outro projeto que nós desenvolvemos e que custou à volta de quatrocentos mil euros não teve nenhum financiamento e na minha opinião deveria ter tido.

Esta modernização dos serviços é um segundo passo. O primeiro já foi dado com a criação e implementação do Balcão Único e com um conjunto de serviços mais modernizados.

Com este projeto, “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, de setenta mil euros concretizaremos o resto deste projeto que eu acho que é fundamental para que a Câmara tenha uma nova forma de atuar e que esteja mais perto do Munícipes.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto II - Ratificação da assunção de compromisso quanto ao carácter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 1ª Revisão ao Orçamento para 2013.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este ponto tem a ver com a necessidade imperiosa de reinscrever nas Grandes Opções do Plano um projeto que tinha sido retirado nas opções do Plano para 2013 - Tinha a ver com as ligações técnicas de saneamento no Seixo da Beira - e portanto a previsão era de liquidarmos todas as faturas que estavam em dívida até 31 de dezembro e portanto o projeto poderia ser tirados das GOP.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por força de circunstâncias adversas tivemos que efetuar outros pagamentos relacionados com o PCHI - Programa de Conforto Habitacional para Idosos e outras faturas porque temos, também, de respeitar a ordem cronológica nos pagamentos ou tentar respeitá-la. Portanto, não foi possível proceder à liquidação destas faturas até 31 de dezembro.

Já se encontram pagas. Eram na ordem dos quarenta e cinco mil euros. Mas, para as podermos pagar tínhamos que voltar a inscrever o projeto para ele constar das GOP. Como sabem não o podemos fazer sem que conste dos documentos previsionais. A justificação para a revisão e para a sujeição a ratificação da Assembleia Municipal é apenas essa.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 1ª Revisão ao Orçamento para 2013, que foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu lembro os Senhores Deputados e Membros da Assembleia que é preciso assinarem esta alteração como acontece com o Orçamento. Portanto não podem ir embora sem assinar estes documentos.”

Entrou-se, depois, no Ponto IV - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da atribuição de subsídio à Obra de D. Josefina da Fonseca de Proteção à Criança e Formação Doméstica.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Como tem vindo a ser habitual isto é apenas para solicitar autorização da Assembleia para a repartição de encargos porque este subsídio assume um carácter plurianual.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto IV - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da atribuição de subsídio à Obra de D. Josefina da Fonseca de Proteção à Criança e Formação Doméstica, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto V - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente do Contrato de Manutenção do Elevador instalado na Casa da Criança Sarah Beirão, em Travanca de Lagos.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“É novamente uma questão relacionada com autorização para um encargo plurianual. No caso é o contrato de assistência e manutenção no elevador da Casa da Criança Sarah Beirão, em Travanca.

Este contrato ainda não foi assinado porque estávamos a aguardar.

Na situação anterior a Câmara já pagou a primeira prestação do subsídio à Obra D. Josefina da Fonseca, mas está no seu direito de o pagar até dezembro e portanto aquilo que se vem requerer à Assembleia é que o possa continuar a pagar.

Nesta caso o contrato ainda não foi celebrado. É já no âmbito do processo desenvolvido pela CIMPIN que fez uma consulta ao mercado para esta questão da manutenção dos elevadores. É um preço muito bom dentro daquilo que são as condições de mercado.

O que se solicita à Assembleia é a autorização para o encargo plurianual.

Vão perguntar se na altura da elaboração das GOP já não tínhamos assumido projetos plurianuais. De facto assumimos mas, os projetos eram para dois anos, e se repararam o contrato de assistência do elevador é de três anos e, por isso, foge a esse âmbito e temos que o trazer à vossa autorização.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Prof. António Morgado Ferreira Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não tenho uma objeção a apresentar sobre isto.

Só queria saber um pormenor. É que aparecem aqui dois contratos: Um com o preço mensal inicial de vinte e oito euros e outro de oitenta euros. Por isso é que eu quero saber qual é a razão e porque é que há uma disparidade tão grande entre dois preços, embora, um seja por três anos e o outro por cinco anos. Logicamente o de cinco anos até poderia ser mais barato do que o de três.

O Contrato de oitenta euros é para cinco anos?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“O contrato de oitenta euros é referente ao contrato de manutenção completa e não é para cinco anos mas para três anos.

A nossa opção é da manutenção completa no valor de oitenta euros. Os contratos celebrados pela Câmara devem ser, no máximo, de três anos.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto V - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente do Contrato de Manutenção do Elevador instalado na Casa da Criança Sarah Beirão, em Travanca de Lagos, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VI - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, previstos na alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nos casos seguintes:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui o que se pretende é resolver estes problemas que temos vindo a ter com os compromissos plurianuais.

Havia um entendimento inicial sobre esta mataria em que a Assembleia não se podia pronunciar genericamente.

O entendimento tem vindo a mudar, como tudo acontece na vida, e portanto aquilo que é defendido é que, de facto, a Assembleia deve autorizar genericamente para evitar este tipo de situações. Até porque o que nós temos vindo a trazer à Assembleia muitas vezes são ratificações da decisão tomada pela Câmara quando aquilo que a lei diz é autorização prévia. Portanto, nós não sabemos se não estamos aqui no limiar da legalidade ou da ilegalidade.

Numa ação de formação recente em que estive presente coloquei esta questão e aquilo que me foi dito é que o entendimento atual é que de facto pode ser processado assim e deve ser processado desta forma.

Aquilo que nós tencionamos fazer, e é o que está aí escrito também, é remeter à Assembleia Municipal um relatório ou um documento que enuncie quais foram as situações em que, de facto, existiu repartição de encargos para que a Assembleia tome conhecimento. Vai tomar conhecimento à posteriori, mas também, na maior parte dos casos é aquilo que tem vindo a fazer, com um limite de, em moeda antiga, de vinte mil contos.

Este documento é um documento tipo que já foi utilizado por vários Municípios no país e foi adaptado às nossas circunstâncias.

Tem uma vantagem. Se reparam houve o cuidado na sua redação de tentarmos cobrir qualquer falha que tenha existido por parte da Câmara na comunicação à Assembleia e da questão da ratificação em vez de autorização prévia da Assembleia.

Isto poderá ser um argumento na defesa se algum dia viermos a ter algum tipo de problemas nessa matéria.

Se houver alguma explicação a dar estou à vossa disposição.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto VI - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, previstos na alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Que foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entrou-se, depois, no Ponto VII - Análise da proposta da CCDRC relativa à nova configuração dos NUT III.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Isto tem pouco para dizer por uma razão extremamente simples é que quem decide isto é o poder. Esta é a proposta da CCDRC ao Governo para posteriormente ser votada na Assembleia da República.

A posição da Câmara Municipal é diversificada, nem todos estamos de acordo. Há quem entenda que deveríamos ficar nesta região de Coimbra e há quem entenda, dentro do Executivo, que por determinadas razões não deveríamos ir para Coimbra. Não fizemos votação nenhuma porque este assunto ultrapassa as nossas competências.

Posso dizer-vos qual é a minha proposta, e não há mal, porque há aqui pessoas do meu Executivo que têm uma ideia completamente diferente da minha.

Por uma questão de unidade de território com Tábua, Arganil e Góis, municípios que têm a ver com a ADIBER, eu acho que deveremos pertencer à região de Coimbra. Esta é a minha opinião. Mas, como eu digo, a Assembleia até está aqui à vontade e isto não é unânime entre os meus companheiros e nos Srs. Vereadores. Analisámos isto mas não tomámos nenhuma posição. Esta é a proposta da CCDR.

Fiquei contente porque percebi que havia um conjunto de Municípios que também não queriam que entrássemos em Coimbra.

Têm uma perspetiva diferente. Achem que estes territórios, Coimbra e Figueira da Foz, podem vir a ser discriminados positivamente com a junção destes municípios com rendimento *per capita* mais baixo por isso isto não foi do agrado de alguns. Têm medo que lhes fiquem com alguns dinheiros.

Foram algumas coisas positivas que foi aprendendo durante as reuniões quando vi o posicionamento de um conjunto de Presidentes.

Na minha opinião eu estou virado para Coimbra.

A Assembleia poderá fazer uma proposta. Mas na minha opinião nós estamos muito mais ligados a Coimbra nomeadamente na área da educação e também na área da saúde.

Há quem diga que Coimbra nunca nos deu nada.

Numa recente reunião eu disse que nós tínhamos alguma desconfiança para entrar com Coimbra porque nunca nos trataram bem e Oliveira do Hospital sentiu-se muito discriminada. Para eles, Coimbra vem só até Penacova.

Percebi também que muitos Presidentes se pudessem deixar Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil de fora deixariam.

Para mim isso foi um ponto positivo até porque e há aqui um aspeto positivo que é o caso do SIALM - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, que é mais dirigido para o interior e não para o litoral.

Estas candidaturas ao SIALM não contemplam os concelhos do litoral. Só se podem candidatar os concelhos do interior.

Esta é a minha opinião. Vale o que vale!”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto e aquilo que se nota aqui nesta posição sobre esta proposta e pelos comentários que foram feitos pela Vereação da Câmara e pelo Sr. Presidente, realmente, aqui há opiniões diferentes.

Mas, há aqui uma opinião que perpassa um pouco por todos aqueles que se pronunciaram. Todos reconhecem, sem exceção, que de Coimbra não temos nada. Antes pelo contrário. Só nos vêm é cá buscar coisas.

É tudo muito bonito. Falar com o coração e dizer que gostamos muito de Coimbra.

Eu também gosto! Também lá andei a estudar. Tenho lá muitos conhecidos e amigos.

É muito bonito porque manda-mos para lá os nossos filhos, para a Universidade. Aquilo é uma cidade muito gira e tudo isso.

Mas isso é a nossa parte sentimental a falar. Aquilo que está em causa é outra coisa. E aqui não pode haver partes sentimentais. Esta é a leitura que eu faço deste assunto.

Nós estamos a falar e ainda agora tivemos recentemente a renegociação ou a negociação do novo Quadro Comunitário de Apoio e o que nós sabemos é que o Governo de Portugal não soube defender os interesses do país nesta negociação. Por isso, nós vamos ficar com menos 15% dos Fundos Comunitários no próximo Quadro Comunitário de Apoio. É muito dinheiro! Mas, o Sr. Primeiro-ministro parece que ficou satisfeito! Ele lá saberá a satisfação que teve nisso!

A leitura que eu faço nisto é que foi, efetivamente, uma má negociação.

Isto é tudo muito bonito. Apesar de se dizer que é preciso fazer cortes, é muito bonito, e a tal solidariedade europeia para com os países mais fracos. As tais medidas de coesão. Tudo isto é uma filosofia muito bonita só que na prática, efetivamente, nós não vemos que isso acontece.

E não aconteceu com Portugal! E vamos ter menos dinheiro!

Por outro lado, a leitura que se faz disto, e mais uma vez, já tivemos o caso das Freguesias, temos este caso agora, vamos ter o caso que será objeto de discussão num ponto mais à frente da questão, na área da educação, dos Mega-agrupamentos.

Este é, pura e simplesmente, o Governo mais antidemocrático que existe desde que nós temos democracia neste país.

Tudo isto não é negociado.

Dizem-nos e fazem-nos querer e dizem na comunicação social: “*Nós andamos a discutir, nós andamos a analisar localmente com as pessoas, com os Municípios, com as Associações de Municípios, com toda a gente*”.

Dando uma imagem de uma democracia extrema. Quando, efetivamente, não é isso que se passa. É só ação de propaganda. Mais nada!

Ao que nós assistimos é a uma imposição de tudo e de todos os assuntos que nos dizem respeito. Este é mais um!

É mais um, também, por outro motivo: É que nestes NUT que o Governo criou contrariamente àquilo que acontecia até aqui onde os Presidentes das Câmaras tinham assento e resolviam os seus problemas e falavam entre eles e decidiam estrategicamente os investimentos. Não havia contas a pagar. Não havia custos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estes NUT é uma forma deste Governo, porque nós vamos assistir a isto, é a criação destes NUT é simplesmente também para colocar uns *boys* que por aí há espalhados que vão ser ex-Presidentes de Municípios do PSD e ainda os vamos ver, nós vamos estar cá para ver, para colocar com vencimentos chorudos essa gente. E nós vamos assistir a isso, meus amigos! Isto vai servir para isso também.

Mas passando exatamente para aquilo que nos interessa, que é dinheiro. E isto tem a ver com dinheiro, não tem a ver com sentimentalismo. Isto tem a ver com dinheiro e com desenvolvimento futuro. Com desenvolvimento estratégico das regiões e dos Municípios. É disso que estamos a falar.

Eu não tenho qualquer espécie de dúvida! E já vos digo porquê. O Sr. Presidente da Câmara tem outra opinião e a minha é divergente.

Eu não quero e não gostaria de ir para Coimbra porque nós vamos ser “comidos” pelo litoral. Ao litoral não diz nada, e desculpem-me o termo, e estão-se “borrifando” para a Região de Turismo da Serra da Estrela e estão-se pura e simplesmente “borrifando” para o Queijo da Serra e para outras coisa que nós aqui temos. Eles querem é outra coisa. Querem praia. E têm outros interesses e nós não temos a ver com isso. A não ser quando vamos de férias.

Mas os nossos interesses locais e das nossas populações são outros e não são esses.

Vai ser criado, não é dito aqui porque não aparece aqui, porque vai aparecer um programa daqui a algum tempo a nível comunitário em que vai haver um programa para investimentos nas zonas fronteiriças dos países, concretamente, Espanha e Portugal. E nós vamos apanhar investimentos, não através deste mas de outros programas.

Portanto, eu digo que é de toda a conveniência que Oliveira do Hospital, tanto mais que nós concretamente no Turismo, e falando somente em turismo, em Serra da Estrela, se nós formos para o NUT da Guarda, interior das beiras, Oliveira do Hospital pode ter benefícios. Estou a falar em interesses comuns e não é só um Município ou dois a fazer força. São Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Fornos e Celorico em que há aqui interesse comum que tem a ver com o Queijo da Serra da Estrela. Isto é um interesse comum, de cinco Municípios, e que nada tem a ver com Coimbra nem com o litoral. Nem eles querem saber disso para nada.

Também em termos de turismo, para além destes cinco Municípios ainda existe mais um que é a Covilhã, que é o Turismo da Serra da Estrela.

Vamos pensar bem nisto.

E depois com outra vantagem, no meu entender. É que esta região, esta zona que abrange este NUT é uma região das mais desfavorecidas do país e tem que haver políticas, e vai seguramente haver, políticas de coesão, de investimentos para estas zonas mais desfavorecidas.

Coimbra e os Municípios do litoral, hoje, têm e são considerados com rendimentos *per capita* superiores àqueles que nós, em Oliveira do Hospital, temos e também todos os Municípios aqui à nossa volta.

Há que, efetivamente, investir em termos de coesão nos Municípios que têm estes rendimentos mais baixos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, nós sabemos, pela prática, que os Municípios do litoral e particularmente o polo da cidade de Coimbra tem-nos levado tudo e não nos têm dado nada. É esta a realidade. Vamos pensar bem nisto!

Quando se diz: Isto já está decidido!

Eu não sei se está? Contudo parece-me que está! Porque isto vai ser uma proposta política de um nomeado político que pertence à CCDR depois de reunir com os Presidentes da Câmara. Mas dando já isto como uma proposta final.

No entanto diz aqui que pode ser alterado em sede da Assembleia da República.

Isto no meu entender não é um processo fechado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não tenho mais informação do que aquela que a Assembleia Municipal nos forneceu. O que me assola neste momento é um conjunto de dúvidas e interrogações. Não tenho tantas certezas para estar de um lado ou do outro.

Eu gostaria de ter, para poder emitir uma opinião claramente balizada, um conjunto de respostas. Qual é a lógica dos NUT? O que é que está por detrás disto? Que questões públicas? Que ligações a organismos ou entidades e outros? Que dados foram utilizados para decidir ou para nós decidirmos? Quais os indicadores é que estão por detrás desta decisão?

Eu não posso dar uma opinião ou decidir algo quando não tenho conhecimentos.

Na minha lógica pessoal, familiar e até a nível de amizades, também numa lógica económica e social, eu tenho muito mais ligação a Coimbra e globalmente no conjunto de pessoas com quem me relaciono do que propriamente com a Guarda.

Assim, de ânimo leve, diria que deveríamos ir para o NUT de Coimbra e não para o NUT da Guarda. Agora eu não sei qual é a lógica disto?

Isto está por detrás da Reorganização Administrativa do Território ou não?

Neste momento como todos sabem eu não resido em Oliveira do Hospital, venho cá assiduamente mas não vivo cá. Mas uma pessoa que viva aqui que, por exemplo, tem que tratar de uma questão administrativa e vai a onde?

Se o Carlos Medes tem mais conhecimentos porque está aí a abanar com a cabeça então esclareça-me porque provavelmente tem outro tipo de informação.

Outra questão que eu acho aqui é que quem fez isto. Em Coimbra parece o antigo Distrito de Coimbra. Este NUT III de Coimbra parece o antigo Distrito. A Guarda também mais ou menos o Distrito. Viseu igualmente. Nos restantes há aqui uma partilha.

Gostaria também de contestar estes indicadores populacionais. Isto está mal feito. E para distribuir, por exemplo, situações de apoios *per capita*, etc. E por isso acho que devíamos discutir isso. Se virmos aqui, por exemplo a região da Beira Baixa tem uma população que nem chega às cem mil pessoas. Mas temos Coimbra com quase meio milhão. Depois como é que é calculado o valor da importância, rácios e etc..

Pode haver aqui um conjunto de circunstâncias. Por isso na minha opinião é Coimbra, mas faltam-me aqui um conjunto de situações.

Qual é, também, a nossa capacidade, ou não, de influenciar o quê e quem para decidir?”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto à alteração do NUT eu acho que a Câmara Municipal devia ter feito uma análise pragmática, do Deve e do Haver, com a mudança, ainda que, à base das perspetivas.

De outra forma, nós poderemos aqui optar, se optarmos, muito na base do abstrato e de algumas sensações. Parece-nos que!... E parece-nos que!...

Essa análise objetiva, a Câmara de veria fazê-la e proponho que a faça.

Pessoalmente, eu acho, a gente já anda nisto há muitos anos, e portanto, às vezes, “gato escaldado de água fria tem medo” e, desconfia da fartura.

Mas porque é que eles vão mudar?

O que é que estava mal? Mas o que estava mal podia aperfeiçoar-se!

Porquê a mudança? É para o nosso bem? Eu duvido, sinceramente!

Dada a experiência. Acho, por isso, que nos devíamos manter na Serra aqui nesta terra chã que nos molda.

Entretanto há este acordo de princípios do Conselho Europeu para o Orçamento da União Europeia para o período de 2014/2020, em que para Portugal e dentro daquilo que está previsto, e as coisas ainda estão para piorar, entretanto, mas dentro daquilo que está previsto constitui uma derrota para o nosso país. O acordo feito.

Perdemos três mil milhões de euros entre fundos estruturais e fundos para a agrícola comum. É seguramente mais uma derrota. Aliás, como tantas outras idênticas circunstâncias que depois os outros governantes e estes transformam em vitórias e vêm cantar vitórias cá para dentro e a gente depois paga a fatura.

São cortes brutais, nomeadamente nos fundos de coesão e nos fundos de convergência, para além da política agrícola comum. E particularmente também no nosso país e nos países periféricos menos desenvolvidos em que também neste processo se está a ver a falta real de solidariedade desta União Europeia e este embuste de que os países, e que a gente dá cobertura, os bons alunos dos países ditos contribuintes líquidos para o Orçamento da União Europeia tipo Alemanha. Pela primeira vez o orçamento baixa, abaixo de 1% do PIB de cada país. Mas, a Alemanha! A França! Dão alguma coisa a alguém? Eles investem! Investem também aqui para virem lucrar ainda muito mais. É ver como é que está a economia da finança Alemã à nossa custa. Eles é que financiam, diz a Merkel. Eles é que estão a viver à grande e à francesa à nossa custa. Ao roubo que me está a ser feito ao meu salário!

Inventaram agora as regiões em transição. À pala dessa invenção a Bélgica foi buscar mais dois mil milhões de euros neste Orçamento. E também à pala disso parece que o Governo também conseguiu mil milhões de euros para a região da grande Lisboa e para a Madeira. Embora agora também digam que podem vir a adequar mais internamente.

É aqui neste Orçamento de 2014/2020 que pode haver algum interesse em que a gente pudesse ir para Coimbra.

Só que, meus amigos, quando uma panela de barro bate numa panela de ferro. É sempre a de barro que se parte.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Acerca desta proposta da Reorganização Territorial eu tenho uma ideia muito própria.

Daquilo que eu já ouvi do colega de Bancada, o Eng.º Carlos Maia, concordo com muitos aspetos do que ele fala. Sou da mesma opinião.

Mas precisava de saber para ficar esclarecido acerca desta Reorganização Territorial dos NUT-III: Foi aqui dito que isto é um assunto consumado e que foi feito pela CCDRC.

Eu pergunto: Foi o Conselho Regional da CCDRC que decidiu que Oliveira do Hospital ia para a região de Coimbra?

Foi o Presidente da CCDRC que disse: Oliveira do Hospital fica aqui ou não fica de outro lado?

Não houve uma reunião do Conselho Regional?

Não houve uma tomada de posição do Município representado pela Câmara Municipal nesse sentido? De encaminhar o Concelho de Oliveira do Hospital para a Região de Coimbra?

A proposta está feita e vai ser encaminhada para a Assembleia da República. Mas, não é a Assembleia Municipal ou a Câmara Municipal que tinha que decidir ou que tem o poder de decisão acerca de para onde é que o Concelho de iria integrar?

Eu estive a ler umas coisas e acho que não podem ser outros a decidir por nós. Tínhamos que ser nós a decidir para onde queríamos ir.

Eu comungo da posição que Oliveira do Hospital não deveria ir para a Região de Coimbra mas sim ser integrada na Região da Beira da Serra da Estrela. Por alusões que já aqui foram feitas com as quais eu concordo plenamente.

Este Orçamento para 2014/2020 vai contemplar, acho eu, as regiões mais desfavorecidas. Ora, se nós estivermos numa Região em que o rendimento *per capita* seja inferior ao rendimento de outra Região que seja superior, eu acho que, o Concelho de Oliveira do Hospital tem interesse em estar lá porque vai beneficiar porque deve haver o equilíbrio entre as mais desfavorecidas e entre as mais favorecidas.

Ou seja, Oliveira do Hospital poderá beneficiar nesse sentido. É nesse sentido que, eu acho, que nós não nos devemos posicionar na Região de Coimbra mas sim na Região das Beiras e da Serra da Estrela.

É com essa região principalmente com os Concelhos limítrofes de Seia, Gouveia e inclusivamente a Covilhã que nós nos identificamos mais. Porque nós temos aqui um traço comum que é a Serra da Estrela. A Serra da Estrela tem uma influência bastante grande sobre nós sobre o nosso Concelho e é nesse aspeto que nós deveríamos pugnar para que Oliveira do Hospital pudesse ser integrada nessa região das Beiras e Serra da Estrela.

Era esta a posição que eu queria aqui deixar ficar vincada.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu vou só aqui ler um parágrafo.

Não entro nesta discussão por uma razão muito simples. De facto, e na sequência do que eu disse inicialmente, o que eu ponho em causa é todo este processo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vou só ler este parágrafo sobre este assunto como qual estou de acordo: *“Sobre este assunto interveio o Vereador Mário Alves na reunião de Câmara, na sua opinião fez-se aquilo que já era habitual, ou seja, ouviram-se os Municípios mas na verdade já está tudo decidido. Disse entender que a audição foi uma mera ação de discussão para entreter as pessoas porque o que agora foi anunciado já estava feito antes de se fazer esta audição.”* Isto diz tudo.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Bem, eu neste momento aconselhava as pessoas que não leram a ata que lessem a minha intervenção que vem na página 82 e 83 da Ata de quinze de dezembro em que eu já falava nisto.

Já lá vão quase três meses e na altura, por acaso, tínhamos vindo de uma reunião da CIMPIN em que me tinha sido facultada a proposta da CCDRC que era uma proposta completamente diferente.

Efetivamente, havia duas propostas, que estão aqui, e esta que nos foi apresentada é a terceira proposta e portanto quando foi apresentada a outra proposta era manter na mesma situação que estava, com o Pinhal Interior mas que deu o “berro” por duas razões:

Em primeiro lugar, porque as pessoas começaram a pensar que era pequena demais e não tinha capacidade em termos reivindicativos;

Em segundo lugar porque dois Presidentes de Câmara que iam deixar de ser Presidentes de Câmara sentiam-se mais realizados em Coimbra do que no Pinhal Interior. O caso de Miranda e o caso de Vila Nova de Poiares.

Portanto a partir desse momento isso começou a esboroar-se tudo.

Depois começou cá em baixo Ansião e Figueiró que queriam ficar cá em cima. Ninguém queria ir para a zona de Leiria.

Nessa altura eu pensei, bem vamos estar no sítio que gostaríamos de estar.

Mas, antes de mais, eu queria posicionar-me: De minha casa à Figueira da Foz são cento e vinte quilómetros; De minha casa a Vilar Formoso são cento e vinte quilómetros.

Nós estamos, como eu costumo dizer sempre e vão-me desculpar, somos o “cu” do Distrito de Coimbra, nós estamos perifericamente quer de uma maneira quer de outra.

Se pertencermos à Região de Coimbra, e ainda por cima com o nome Região de Coimbra que ainda me custa mais a engolir, estamos fora, completamente, do eixo, se formos para a Serra da Estrela ou para as Beiras e Serra da Estrela também estamos numa ponta. Estamos aqui mesmo no meio, encaixados, no meio disto tudo. Somos neste momento a coluna vertebral da discussão.

A minha opinião foi sempre, precisamente essa: Coimbra, e eu estou aqui há tantos anos que já estou farto de Coimbra. Coimbra é a minha cidade foi onde eu estive é para lá que desce o rio é para lá que nós corremos. Mas, de qualquer das maneiras Coimbra nunca nos deu nada, efetivamente. Tentaram-nos tirar tudo. Tentaram tirar-nos o Politécnico, tiraram-nos isto. Tiraram-nos aquilo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas, isto não tem nada a ver com a Zona Administrativa. Isto tem a ver apenas com fundos do QEC-Quadro Estratégico Comum, é assim que se vai chamar penso eu. Isto tem a ver como disse o Carlos Artur com o Cheque.

Nós vamos fazer com que a zona de Coimbra seja mais pobre e vai-se aproveitar, e vão-se aproveitar de nós.

A minha sensação era ir precisamente para a Serra da Estrela porque é aí que nós temos, inclusive temos a Moção de há bocado a Moção do IC6 e do IC7. Seja, Fornos de Algodres, Gouveia.

Agora, há aqui outra posição. Se foi uma posição tomada por obrigatoriedade, eu ainda não tenho bem a certeza que tenha sido assim até porque isto ainda não foi votado. Vai ser votado na Assembleia da República até ao final deste mês e portanto poderá ou poderia haver alguma alteração.

Agora, o que me espanta é que nós não fomos chamados para nada. Não fomos chamados a discutir para onde é que nós queríamos ir. Qual era a nossa identidade. Quais eram as nossas comodidades. O que é que nos unia.

Quer dizer, nós quando entrámos para o CIMPIN quem cá estava há onze anos veio a esta Assembleia pedir autorização para entrarmos.

Quando se acabou com a antiga Associação dos cinco Concelhos, fomos lá nós para acabar com ela, foi preciso vir à Assembleia, e já fomos nós para acabar com essa Associação.

Agora fazem o que querem de nós. Mandam-nos para onde querem e não sei o que é que vai acontecer a seguir. Esse é que é o grande problema.

Temos aqui outro problema. É que, efetivamente, existe uma coisa que eu não sei se, se, pode falar ou não, se vem ou não vem, que são as chamadas ITIS. Que serão zonas que se podem juntar e neste caso o Presidente juntou-se, e muito bem, com a ADIBER tentando fazer com a própria ADIBER uma zona musculada em função e em relação ao que se poderá passar à zona de Coimbra e nós aí temos mais um aliado que é precisamente a Lousã.

A Lousã também não queria ir para Coimbra. A Pampilhosa também, na altura, preferia ficar porque era mais fácil e foi dito aqui, foi dito pelo Presidente. Eram os Presidentes que decidiam. Com os Presidente é que nasciam as coisas. Não tinham custos diretos a própria administração desta CIM. E agora não!

Segundo a Lei não vai haver representantes dos Municípios. Não vai haver, como dizia o Vereador Zé Francisco, na brincadeira, já te acabou mais um tacho, vai deixar de existir a Assembleia Intermunicipal.

Isto vai ficar na mão de quem quiser. Este é que é o grande problema!

Vai ser escolhido! A pessoa não é eleita. É nomeada.

Espero que a ADIBER, pelos vistos é impossível voltar atrás, espero bem que a força que foi feita entre Tábua, Oliveira do Hospital, Arganil e Góis surta alguns efeitos. Que consiga ir buscar alguns, Lousã, Pampilhosa da Serra, para poderem fazer ali um mini-núcleo para tentar, e desculpem-me o palavrão, “deixar de ser comidos” por Coimbra, Cantanhede, Figueira e, ainda por cima, vamos ter a Mealhada. Está bem! É a ligação. Vamos ter borrego à “leitão” ou à “Bairrada”!

E é isto! Queriam-se acabar com os Distritos. Este é o Distrito mais dois. Dezassete Concelhos passam a dezanove com a Mealhada e com Mortágua! Pronto. Tudo bem!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A força que o Sr. Presidente tentou fazer com a ADIBER espero que dê resultados porque de outra maneira não sei! Podemos perder dinheiro. E em função *per capita*, como dizia o Carlos Artur, este é que é o problema. É que nós vamos fazer mais pobres os de Coimbra e portanto eles, se calhar, vão-nos “comer as papas em cima”.

Se é por obrigatoriedade, se nos foi imposto, fica nas mãos do nosso Presidente da Câmara ter a capacidade, que ele tem, de lutar juntamente com estes concelhos. De lutar contra. Mas tem que ser mesmo.

Lutar contra a situação dos Concelhos grandes porque isto é quase meio milhão de pessoas. Nós representamos quase uma gota de água e nós estamos habituados a que quando vem dinheiro, e eu continuo a dizer aquilo que já dizia há vinte anos, nós aqui não damos marisco a comer e eles gostam mais de marisco.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria mesmo registar aqui dois ou três pontos que eu considero relevantes.

Em primeiro lugar a introdução que o Sr. Presidente da Assembleia faz quando meteu este Ponto à discussão.

Na realidade isto é um dado adquirido. É um não-assunto. Mas, não é só este Ponto. É este e são os outros dois que se seguem que estão decididos.

Concordo com o que o Prof. Mário Alves dizia, que o Dr. Rodrigues Gonçalves pronunciou.

Na realidade isto está decidido. Isto é mais para nos andarmos aqui a entreter e gastar aqui mais algum tempo.

Mas, também registo outra coisa, que é a vontade da pronúncia.

Quando nos deram a oportunidade em relação às Freguesias nós não nos quisemos pronunciar e agora já toda a gente se queria pronunciar em relação a isto. É importante registar. Isto é exatamente igual.

No que diz respeito a esta coisa que o Sr. Carlos Inácio referiu aqui, este sentimento de que Coimbra roubou sempre tudo a Oliveira do Hospital. Eu, sinceramente e naturalmente que o Senhor é mais velho do que eu e terá registo, se calhar, de mais coisas, mas, eu acho que é um sentimento que não... Meu caro amigo, eu não discuto o contrário.

Pergunto-lhe eu: Falávamos da dimensão. Já toda a gente viu claramente que quem recebe mais verbas, da transferência da Comunidade Europeia para Portugal, no país todo, é a região mais desenvolvida que é a região de Lisboa. Mas pergunto eu: As maiores verbas são atribuídas pelo índice de pobreza ou pelo índice de desenvolvimento?

Naturalmente que se nós, porque parece-me a mim que nós não nos identificamos minimamente com Figueira de Castelo Rodrigo nem com Meda. Efetivamente o Eng.º Carlos Maia e o Eng.º Carlos Inácio foi o que disse tínhamos ligação aqui a cinco concelhos e é um facto.

Mas, vamos cair no mesmo problema, que o Senhor diz, com o que Coimbra nos fez. Porque a Covilhã e a Guarda, com certeza que, também não irão deixar nada para nós. E o Carlos Mendes diz, e tem razão, nós estamos aqui encravados, é um facto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas não deixamos de ser um pequeno Concelho numa grande região com a qual não nos identificamos minimamente. Nem com o Sabugal, nem com Meda, nem com Figueira de Castelo Rodrigo. Temos mais identificação com o resto.

Mais. Eu aposto sempre na diferenciação positiva. Efetivamente na região de Coimbra somos os únicos que oferecemos Serra da Estrela.

Não lhes interessa! Mas a quem?

Não sei se valorizam, se não? Eu acho que valorizam. E cabe-nos a nós sairmos deste isolamento que nós próprios por vezes criamos. O Senhor sabe perfeitamente e todos nós sabemos e os Senhores acusaram aqui os anteriores Executivos PSD de isolamento.

Toda a gente dizia: *“O Senhor está isolado. O Senhor não vai a Coimbra. O Senhor não vai a Lisboa”*. Se calhar ao longo dos anos Coimbra retaliou dessa forma. *“Ai eles não querem cá vir? Não querem saber? Então ficam lá quietinhos que nós ficamos cá com as coisas”*. É verdade!

Em contraponto, em determinada altura, ainda com outros Executivos PSD, dissemos, puxámos dos galões *“Entre a Serra e o Mar o Concelho que mais cresce.” “Olha! Eles agora estão armados em grandes”*. Vão levar.

Não sei se não estaremos e não sei se ao longo destes últimos anos, não estaremos ou não a sofrer represálias por essa atitude de arrogância.

Isto para dizer que simplesmente, na minha opinião, não é que isso seja importante para a aprovação ou não disto porque isto já está decidido, naturalmente que nos identificamos muito mais com Coimbra.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu hoje estou um bocadinho mal da garganta e não estava para falar muito, mas, não vou deixar, também, de meter aqui a minha colherada porque isto é tudo clarinho como água só que as pessoas não querem perceber. Não sei porquê?

Eu como digo, isto da política, para mim, é assim uma coisa transparentíssima. Mas, depois vejo tanta confusão!

O Sr. Dr. já disse aqui há bocadinho que para o ano fazemos quinhentos anos de Foral.

Afinal o que é que foi essa coisa de 1514? Até atribuírem os Forais, os Senhores que havia aqui na zona, os abades, os Senhores Condes, os Senhores Viscondes, cada um fazia o que queria.

O Rei começou a descobrir que a rapaziada por aqui andava assim com umas liberalidades. Então nesse ano de 1514, fruto de um trabalho que já vinha lá do D. João II com as suas célebres inquirições, saiu uma lei mais ou menos igual para todos e acabaram-se com os devaneios.

Portanto, isto sempre assim foi e sempre assim vai ser!

Quando o povo se organiza, desperta, se revolta. Ganha o poder e vai-o exercendo.

Quando o povo anda assim um bocado como a gente anda aqui todos a pensar que isto aqui com umas travessas, com umas cunhas, com uns amigos e tal isto vai-se resolver. Eles lá em baixo também não são burros. Vão dando uma azeitonas e uns carocinhos e a gente fica todos satisfeitos. Isto foi sempre assim.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves publicou há pouco um livro onde isto é clarinho como água.

No reino do absolutismo o que estava, estava, e respeitava-se o que lá estava e não se podia lá mexer, o costume fazia lei e iam-se respeitando as pessoas.

Estava-mos aqui a falar e vem aquela muito querida história da não pronúncia, já lá vamos daqui a um bocadinho. É lhe muito querida a não pronuncia.

Na pronúncia como neste caso, como disse o Sr. Prof. Mário Alves, e quando ele tem razão também não me custa nada reconhecer-lha, nós somos chamados a decidir sobre o que está decidido.

Mas atenção! Há um conjunto de leis, esta semana deu-me para me debruçar um bocadinho sobre isso, que é a Lei das Competências das Autarquias, que às vezes anda aqui, e nós não sabemos muito bem quais são os poderes que temos, eu próprio ainda tenho muita dúvida.

Mas, grosso modo, num conjunto de áreas, o Governo vem aqui se nós o autorizarmos. Porque as competências estão definidas e o Governo até está numa tendência de nos dar uma série de “direitos”.

Quer que as Câmaras tomem conta da saúde e querem que as Câmaras tomem conta da educação. Aparentemente estão aqui numa descentralização do poder. Eles não estão!

Aquilo que lhes dá despesas está a ser empurrado para cima das Câmaras como já está um outro conjunto de coisas e um conjunto de verbas que estão adstritas aos Municípios que lenta e progressivamente estão a ser retiradas porque as verbas é que dão o poder. Essa é que é a questão.

E está a ser tirada também da forma administrativa em que agora na CIMPIN os Srs. Presidentes de Câmara juntavam-se, reuniam e discutiam e agora vão ser nomeados. Uma espécie de Governador Civil com alguns poderes, também não vão ser todos porque Lisboa vai precisar de alguns, que depois são nomeados. Naturalmente que agora vai ser o PSD e a seguir vai ser o PS, porque qualquer deles, e como diz o Dr. Rodrigues Gonçalves, Deus manda-nos ser justos mas não nos manda ser parvos, e nós já todos sabemos que é assim que funciona. Não vale a pena estarmos com questões.

O que é verdade e que para mim é preocupante é que nós aqui, as populações, as Freguesias, os Concelhos que, de facto, fizemos aqui um avanço significativo na nossa qualidade de vida nos últimos trinta e sete anos estamos, a olhos vistos, não só por aí mas também e principalmente por aí, a ser retirados direitos fundamentais e situações fundamentais que nós tínhamos. Essencialmente o de podermos decidir a nossa terra e no nosso Concelho de acordo com a nossa vontade.

Porque somos nós cá do Concelho que estamos aqui a decidir sobre os nossos problemas.

E hoje e mais uma vez tenho que congratular.

Eu já vi aqui na bancada do PSD, hoje, duas posições diferentes e vi duas posições diferentes aqui no PS. O que para mim também é um sinónimo de democracia a que eu não ando habituado.

O que também se verifica aqui é que nas questões de fundo nós estamos sempre de acordo porque isto chega-nos à pele de todos e não é difícil pormo-nos de acordo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que eu quero chamar à atenção e acabamos por ir, como estamos aqui a concluir, a decidir sobre o que está decidido.

O que está aqui em causa é um ataque muito grande ao poder democrático, que é para mim, e sempre foi, a maior conquista que se conseguiu no 25 de Abril.

Quando acabarem de fechar agora estas leis, porque ainda não acabou, porque a seguir ainda vem a dos Municípios, e até já há aí alguns casos em que os próprios Municípios já se andam a fundir, acabará por ser dada uma machadada, não definitiva, porque há alguma vantagem que haja alguma administração ao nível local

Mas, que ninguém tenha ilusões que isto do Sr. Presidente da Freguesia a decidir do caminho e de outras coisa isso começa a ter os dias contados. Esse é que é o grande problema.

Como o João Dinis dizia há bocadinho *“mas vocês porque é que não se revoltam?”*

Eu acho, e disse um pouco a brincar, mas acho que há muitos motivos hoje em Portugal para se evocar o artigo 21º da Constituição e se resistir a um conjunto de coisas porque elas estão consagradas em lei.

Estamos aqui a discutir coisas que estão consagradas em lei como um direito dos Municípios.

Isto está a ser um avanço do poder central, eu dizia aqui há bocadinho a brincar com o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, isto é o centralismo democrático ou antidemocrático que se está a apoderar, como eu disse, lenta mas progressivamente desta grande conquista que é o poder local. Isto é que está aqui em causa.

Efetivamente eu estou de acordo com o Rui Abrantes. Estarmos aqui a chorar sobre o leite derramado a discutir o que está discutido.

Mas temos que ter consciência que nos estão a fazer isto e que não se diga: Olha ninguém me alertou, ninguém falou sobre este assunto.

Eu acho que não se perde nada em se falar, em se debater e em pelo menos tomarmos consciência para ver se no futuro não ficamos tão passivamente a deixar levar estas conquistas que eu considero bastante importantes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Já agora queria dar aqui uma achega sobre este assunto e dar alguns esclarecimentos.

O Deputado Carlos Mendes até teve oportunidade de participar em algumas reuniões comigo onde se debateu este assunto. Onde nos foram apresentados vários mapas a que os Deputados tiveram acesso na última Assembleia onde existiam outros NUT e outras propostas.

Eu não posso comungar com alguns Deputados do meu partido e digo porquê.

Se hoje nós fizéssemos parte das Águas de Coimbra, não estávamos nesta situação com que estamos nas Águas do Zêzere e Côa.

Se tivéssemos aderido às Águas de Coimbra em vez de aderirmos às Águas do Zêzere e Côa.

Nós cometemos um erro fatal que está a ter um custo enorme para o Concelho. E porquê? Porque o número de habitantes é pequeno.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E depois há outro problema que é a saída da Covilhã que fez com que esta empresa fosse insolvente e que estes Municípios, hoje sem capacidade financeira, estão a sustentar.

Se nós estivéssemos nas Águas de Coimbra hoje tínhamos lucros. Eles distribuem lucros porque têm um número de pessoas muito significativo.

Isto são dados relevantes.

Não podemos olhar só para isto e dizermos assim: Talvez aquela zona tenha mais dinheiros do Quadro Comunitário.

Mas quem é que nos garante. Quem é que nos garante que a Covilhã, o Fundão e os outros não possam fazer o mesmo que os outros?

Quem é que nos garante isso?

Até porque há aqui uma coisa que eu noto. Eu vou às reuniões a Coimbra, eu vou às reuniões do Planalto Beirão, onde reúno com dezoito Presidentes e onde reúno também nos conselhos das Águas do Zêzere e Côa. E digo-vos: Com aqueles que até tenho menos relação é precisamente com aqueles que estão daquele lado.

Há aqui outra coisa que eu também acho que nós, Oliveirenses, não devemos fazer que é desvalorizarmo-nos. Meus caros amigos não nos devemos desvalorizar.

Nós temos é que ter voz e presença em Coimbra e não nos baixarmos como que não sejamos ninguém. Oliveira do Hospital tem que ter voz porque é um Concelho.

Nas Comunidades Intermunicipais Oliveira do Hospital tinha voz.

Mas é verdade que independentemente dos Concelhos serem pequenos nunca deram nenhum protagonismo a Oliveira. Só quando era para Oliveira puxar pela Comunidade do Pinhal Interior é que diziam: AH! Mas Oliveira é muito importante para nós nisto.

Mas é verdade que Oliveira não foi convidada para fazer parte do Conselho Executivo da CIMPIN. Nem o seu Presidente.

Até percebo. A maioria era do PSD. E nestas coisas quem tem a maioria é que ganha as votações.

Eu sempre disse e defendi aqui também convosco que não me sentia bem nesta Comunidade.

O Presidente do Município de Oliveira do Hospital fez uma coisa interessante. Nenhuma desta NUT era a minha NUT e eu fiz uma estratégia de NUT.

A minha estratégia de NUT, era aglutinar Arganil, Tábua, Góis, trazer até a Pampilhosa, devido à relação afetiva que tenho com o Sr. Presidente da Pampilhosa, uma pessoa que eu estimo bastante, acho que é um homem muito sério é eleito pelas listas do PSD mas é um homem de grande seriedade. E depois, Seia, Gouveia, Celorico e Fornos. Isto dava. Dava os noventa mil habitantes que eram necessários para a NUT.

Sabem onde é que era o centro desta NUT? Era Oliveira do Hospital ou Seia. Seia estava interessada nisto porque queria a sede da NUT e Oliveira do Hospital estava interessada nisto porque estava interessada na sede da NUT.

Eu e Seia estávamos aliados nesta luta para depois decidirmos onde é que ficaria a sede.

Mas sabem o que é que aconteceu e porque é que esta NUT acabou por não existir? Ela reunia as condições que Bruxelas impõe. Mas alguém fez com que não houvesse continuidade geográfica e isso matou-nos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não venham cá, também, os meus amigos do Partido Socialista dizer que estes lugares das NUT são só para alguns do PSD. É para alguns do PSD e para alguns do PS. É que isto não é só para uns! Isto é para uns e para outros, do bloco central! É bom que perceba-mos melhor estas coisas! E eu não tenho dúvidas também em afirmar estas coisas porque sei o que digo.

Primeiro esta decisão foi tomada pelo Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro. O Carlos Mendes esteve nestas reuniões e até houve várias NUT que as foram espelhando.

Houve Municípios onde não houve discussão nenhuma. E o Carlos Mendes é testemunha porque falou com alguns que nem falaram nisto em nenhuma reunião da Assembleia Municipal. As Assembleias Municipais nenhuma reuniu extraordinariamente para decidir esta matéria. Nós ainda levámos este assunto à Câmara Municipal.

Nas reuniões do Conselho Regional do Centro só ouvi, nem abria aboca. Assisti a uma discussão muito interessante entre uma NUT que se chama Beira Baixa com a Covilhã e o Fundão.

A Covilhã e o Fundão não queriam que esta NUT se chamasse Beira Baixa. Porque a Beira Baixa é uma marca para eles, para o Fundão, por causa da cereja. Houve ali uma grande discussão.

Na reunião do Conselho Regional disseram que esta reorganização dos NUT é uma exigência de Bruxelas porque os NUT não têm, neste momento, o número necessário de pessoas e é preciso aumentar o número por causa da massa crítica.

Os NUT têm que ter noventa mil pessoas no mínimo e a CIMPIN não reúne esse número. Nesta discussão houve um acordo de princípio e de alguma solidariedade. Por exemplo o Sr. Presidente da Câmara da Lousã defendeu sempre que não queria ir para Coimbra mas a Dra. Fátima Ramos de Miranda queria ir para Coimbra e o Jaime Soares achava que devia ir para Coimbra.

Há aqui uma coisa que eu acho que vocês também estão a ver mal. Quando eu defendo esta ideia de Coimbra, e eu vou-vos ser muito sincero, primeiro há aqui uma coisa que é muito importante e que também nós temos que avançar com outra mentalidade para algumas áreas.

Nós temos que começar a ver estes assuntos em termos de projetos estruturantes, em termos de Região e não em termos de Concelhos.

Hoje, a nossa grande afinidade é com Tábua, com Arganil, e com Góis. Ninguém duvide disso!

Temos muito mais afinidade com estes Concelhos do que com Seia e com Gouveia. E por isso, na minha opinião, nós devemos estar unidos com estes três Concelhos. Estes Três Concelhos também decidiram, perante o quadro que era apresentado, e optaram por Coimbra. Tábua até queria integrar o NUT de Dão / Lafões e ficou em Coimbra.

Há também aqui uma coisa que não vale a pena negarmos. Eu estou a pensar ao contrário. O NUT de Coimbra vai ter massa crítica.

As linhas orientadoras para o QEC-Quadro Estratégico Comum de 2014/2020 são muito viradas para a inovação.

O que eu acho é que Oliveira do Hospital ao virar-se para Coimbra deve aproveitar porque há ali um grande Polo Universitário.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também percebi nitidamente, porque é que havia alguns Municípios, como disse no início da minha apresentação, que ofereciam resistência às nossas entradas. E isso foi um sinal positivo. Eu tive esse discurso com o Eng.º Carlos Artur de Coimbra e disse lá na reunião que em Oliveira do Hospital nós desconfiamos muito de vocês. Mas, pode ser que haja uma vida nova a partir de agora. Porque nós estamos cá e marcamos o território.

Por isso, meus caros amigos, nesta luta nós podemos ir para onde vocês acharem. A proposta ainda está aberta para a Assembleia da República.

O meu entendimento é que o NUT da Região de Coimbra, o nome também foi muito discutido e criou ali algumas divergências. Havia alguns que não queriam o nome de Região de Coimbra. Mas digo-vos porque é que se aproveitou o nome de Região de Coimbra o que acabou por se consensualizar a posição. Teve a ver com a força e a visão que Coimbra tem no estrangeiro. Coimbra é uma marca no estrangeiro e tem força e essa força pode-nos trazer alguns benefícios.

Estes são os dados que eu tenho. Há aqui muitas dúvidas e não há certezas.

Eu só fiz esta pergunta no Conselho Regional do Centro: Será possível haver discriminação positiva nos territórios do Interior em relação ao rendimento *per capita* de outros Concelhos? Só foi esta pergunta que eu fiz ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado disse-me que sim e o Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro também me disse que isso é possível. E que esta sub-região poderia ter verbas de forma diferenciada.

Mas, como eu disse isto é no mundo das teorias e há neste assunto muitas dúvidas. Há aqui muitas questões às quais eu não sei responder.

Eu não sei responder ao Carlos Inácio. Eu não sei responder ao Carlos Artur.

Dizem que isto tem que ser assim porque é uma imposição de Bruxelas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Manuel Fabrício Santos, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria fazer duas perguntas porque acho que são pertinentes.

Esta Organização é no fundo uma Organização Administrativa que vai surgir de novo para o território.

Os Serviços de Saúde de Oliveira do Hospital passam para onde?

Os Serviços de Educação de Oliveira do Hospital ficam situados a onde?

Os outros Serviços da Agricultura e outros onde ficam?

É esta a minha dúvida e é isto que eu gostava de perceber.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta pergunta do Prof. Fabrício Santos é uma pergunta inteligente. Esta pergunta foi feita no Conselho Regional. Neste momento a área da Saúde está estruturada no NUT do Pinhal Interior e é preciso uma remodelação total em relação a isto.

O Governo acaba de nomear algumas pessoas na área da saúde para determinados cargos ainda no âmbito do NUT do Pinhal Interior.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estas perguntas foram feitas no Conselho Regional e foi respondido que nesta fase a área da saúde ainda ficaria naquele território, porque a estrutura está montada ainda durante algum tempo, até se poder fazer a reformulação para o NUT novo. Para já e durante algum tempo estas áreas da saúde ficaram organizadas de acordo com os NUT antigos. Isso é importante.

Na área da educação como sabem acabou a Direção Regional de Educação a 31 de dezembro e agora há uma coisa que se chama Direção Regional do Estabelecimentos Escolares.

Não sei se sabem mas já não há Região de Turismo da Serra da Estrela, por isso estamos ligados ao Turismo do Centro.

Os Concelhos de Seia, Gouveia, Covilhã fazem parte da Região de Turismo do Centro onde nós estamos.”

Entrou-se, depois, no Ponto VIII - Análise da Proposta de Lei nº 122/XII que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só gostaria de ler a nota final do parecer da Associação Nacional de Municípios relativamente a esta Proposta de Lei: *“Para além de todas as questões jurídicas, administrativas, financeiras, contabilísticas, ou mesmo formais colocadas, a redução das receitas municipais prevista é impraticável e colocará os municípios numa situação insustentável.*”

Face ao exposto, e tendo em conta as considerações antecedentes, a ANMP emite parecer óbvia e inequivocamente desfavorável relativamente ao presente projeto de diploma.”

Eu quero só dizer-vos o seguinte: A maioria dos membros da Associação Nacional dos Municípios é do PSD.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Se me permitem, não posso deixar de fazer um comentário que é o seguinte: Quando se diz, e isto ainda sobre o NUT: *“Bruxelas é que diz que isto tem que ser assim”*.

E nós aceitamos isso tranquilamente!

Eu sinto-me envergonhado, revoltado, enojado perante coisas deste tipo. Mas, afinal, Bruxelas, quem? Mas quem é que vem dizer agora se Oliveira do Hospital fica na Serra, se fica em Coimbra, se fica em Lisboa!

Isto está a atingir níveis piores do que quando foi a perda da independência com os Filipes de Espanha! E também nessa altura houve quem nunca se calasse e quem nunca se subordinasse a estas traições sucessivas à pátria, à nossa dignidade, aos nossos direitos.

Bruxelas agora é que diz que nós temos... Mas o que é isto? Vocês não se sentem nem um bocadinho indignados com isto? Revoltados?

E depois, isto está decidido! Mas está decidido o quê?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas se o Governo cair? Se estes governantes levarem um bilhete só de ida para a China ou para Angola de que eles gostam muito.

Se for só para a ida de avião eu contribuo, mesmo estando com dificuldades financeiras, para lhes comprar um bilhete só de ida para a China ou para Angola de que eles gostam muito.

Será que estas Leis não vão borda fora, sobretudo, se o PS vier a fazer aquilo que diz defender? Aí é que eu também tenho grandes dúvidas! Já cá ando há tanto tempo! Gato escaldado de água fria tem medo!

Mas, de qualquer das maneiras o que é preciso é deitar o Governo abaixo!

Olhem! Eu, hoje, às nove da manhã estava numa pequena manifestação em Aveiro. No dia dois vou estar numa manifestação não sei onde. Amanhã, vocês sabem onde é que há alguma? Eu quero lá ir. Eu vou!

Eu vou porque eu não me resigno. Eu não me resigno, que comandem a minha vida, que me façam sofrer a mim, aos meus próximos, às pessoas! Não me resigno a isso! Chegou o tempo de dizermos não a esta cáfila! A este bando de traidores à pátria! De subservientes! De capatazes das Troikas! Os que lá estiveram e os que lá estão!

Neste Ponto as novas Comunidades Intermunicipais e na Lei das Finanças Locais, isto é mais um passo no empobrecimento da nossa democracia, na representatividade e na participação dos cidadãos.

É um simulacro da regionalização. A regionalização que é um desiderato constitucional. Esse sim da Constituição da República!

E porque é que não se avança com a regionalização tal como a Constituição a preconiza?

São um embuste político e administrativo, estas novas Comunidades Intermunicipais. Num projeto conhecido e que anda agora a ser re-cozinhado entre PSD e CDS, outra vez, mas naquilo que se conhece vão esvaziar os atuais Municípios de funções e competências. Para quê? Para os agregar. Para os eliminar, a seguir. Como, também se sabe, está no acordo da troika. A gestão, naquilo que é conhecido, fica a cargo de três cidadãos não eleitos, a gestão destas futuras Comunidades fica a cargo de três cidadãos não eleitos. Três figurões que mais não serão do que Comissários Político-partidários do Governo e do próprio Partido que esteja no Governo. Agora, pelo menos, ainda têm que ser eleitos os Presidentes do Município. E isso não é pouca coisa! Ou é? A gente ainda poder eleger as pessoas? E somos nós os Comunistas é que não somos os democratas! Dizem-nos!

Se os deixarem estes três figurões vão decidir da nossa vida sobre projetos estruturantes para a nossa região ou para a região deles.

E quando a gente agora anda aqui nisto da NUT, nós reivindicamos o IC6 onde? Em Coimbra ou aqui deste lado? Eu também deixo esta questão? Onde é que há força para reivindicar o IC6? Vai continuar para aquele lado ou vai continuar para ali?

E, panela de barro quando bate numa panela de ferro quem se parte é a panela de barro.

E nós com Coimbra somos panela de barro, por muito que a gente possa cantar. A não ser que a região de Coimbra fique nas tais regiões de transição e venha a beneficiar de algum cheque dos tais mil milhões de euros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas acoplado a estas coisas das novas Comunidades está a Lei das Finanças Locais. E como eu disse há bocado, cada vez mais espoliadas. Em três anos foram roubados mil e quatrocentos milhões de euros aos Municípios e às Freguesias por não cumprimento da Lei.

E agora como curiosidade, também, atenção que por exemplo esta lei de refinanciamento dos Municípios em crise financeira, não é o nosso felizmente, mas esses sessenta ou setenta Municípios que estão nessa situação, a lei obriga-os a irem refinar-se à banca. E onde é que a banca está a refinar-se, por obra e mão destes gentis-homens que estão nos Governos em Portugal e na União Europeia? A banca está-se a refinar com dinheiro público. A menos de 1% de juro. E agora vão à banca privada. E pagá-la a quanto? Não levam lá menos de seis a sete por cento. E portanto, ande lá isto por onde andar, o dinheiro é sempre para os mesmos. Para meia dúzia de banqueiros. E para a meia dúzia de famílias que, de facto, mandam nesta gente.

Aquilo que se prepara é mais um ataque à democracia. Mais um retrocesso brutal.

Mas, atenção! Antes da nacionalidade os cobradores de impostos do Condado Portucalense na Cidade de Coimbra, e honra lhes seja feita, foram corridos.

Nós havemos de correr estes cobradores de impostos que estão em Lisboa que obedecem a este Senhores das troikas que vêm cá governar este país.

Ao ponto a que a gente chegou! É uma vergonha completa.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este ponto, o Presidente da Câmara já referiu aqui como nota final a conclusão da Associação Nacional de Municípios que está frontalmente contra.

No entanto, a Associação Nacional de Municípios está contra, e concordo inteiramente, com a criação deste fundo de apoio municipal mas não financiado obviamente pelo próprio dinheiro dos Municípios. Obviamente!

E diz nomeadamente que o financiamento deste fundo cria graves desigualdades entre os Municípios. E já se entende porquê! Prejudicando os Municípios cumpridores.

Oliveira do Hospital vai ser um Município que vai ser penalizado por ter cumprido ao longo dos últimos anos. Vamos ser penalizados por sermos bons alunos.

Assim como também o Governo Português está a ser penalizado e fortemente penalizado pelos Senhores nossos parceiros da Troika, e desta Europa, porque para além de já nos terem limpo 15 % no próximo Quadro Comunitário de Apoio e disse o Primeiro-ministro e o Ministro das Finanças dizem Ámen a tudo isto.

Mas agora, leia-se e veja-se. Finalmente! Porque há meses que o Partido Socialista anda a dizer isto: Que vem exigindo que este Governo exija à Troika a renegociação da dívida.

E finalmente o Suprassumo, o homem que manda, porque é, efetivamente ele, o homem que manda no país e neste Governo, o Sr. Ministro das Finanças, acabou finalmente, há dois ou três dias por vir a reconhecer que efetivamente vai ser necessário termos mais um ano. E podermos ir de mão estendida à Troika pedir-lhes por favor que nos concedam mais um ano para nós ajustarmos o nosso défice. E fica-se por aí!

Porque o nosso Ministro das Finanças, que pode ser tudo menos conhecedor da realidade do país, não faz e devia ter feito, uma coisa, que era para além de exigir mais tempo,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveria exigir tal como foi dado à Grécia juros muito mais benéficos do que aquilo que tinham.

Foi noticiado há dois ou três dias que se nós beneficiássemos dos juros que a Grécia hoje está a beneficiar para ultrapassar o seu problema nós iríamos pura e simplesmente meter ao nosso bolso, ao bolso dos Portugueses, doze mil milhões de euros.

Eu não vejo nem o Primeiro-ministro nem o Ministro das Finanças a tocar neste assunto.

Os portugueses estão bem atentos.

São incapazes de reivindicar isto junto da Troika e junto dos parceiros Europeus. Nós temos um Governo incapaz que nos está a levar para o fosso. Temos que reconhecer, todos, isto.

Como alguém disse aqui, seguramente que no final deste ano vamos estar bem piores do que estamos hoje. Porque vamos estar! E todos nós vamos impavidamente e serenamente assistir a isto. Ao nosso cada vez maior empobrecimento.

E não vejo ninguém dos que foram eleitos para nos dirigir para o bom caminho e para resolver os problemas deste país a resolver o problema. Estão é a levar-nos a todos para a miséria. E é por isso que depois são fracos com os fortes mas sabem ser fortes com os fracos.

Agora vêm aqui aos Municípios dizer que vão ter que decrescer o FEF em 24% das receitas líquidas para criarem um fundo, dizem eles, para resolver o problema dos Municípios.

Isto é ser forte com os fracos. Como têm sido fortes com todos os Portugueses que os estão a espoliar. Nas pensões, reformas, imposto de todo o tipo.

É este o Governo que nós temos neste país, meus amigos!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“A questão central que está aqui hoje a ser discutida, é que o poder central e claramente este Governo não gostam do poder local e a única maneira de resolverem o problema é asfixiar o poder local pela via da parte financeira. É isto que está em causa neste momento.

Li uns documentos. Li o parecer da Associação Nacional de Municípios e o que sinto é assim: Não conseguimos acabar com o poder local. Então, asfixiamos em termos financeiros e o poder local deixa de existir.

Eu pergunto e é a questão que também o Sr. presidente da Câmara colocou: Com estas restrições todas que estamos a ter, com a menor transferência de verbas, o que é que as Autarquias vão fazer no futuro?

Já estão a fazer o papel social que o Governo não faz e vão continuar a fazê-lo porque as circunstâncias são o que são.

O dinheiro não chega, porque não há transferências. Então vamos acabar com o poder local desta maneira.

Por outro lado, não vejo que haja neste documento, um princípio que é fundamental na democracia e na vida das entidades e organismos que é o princípio da transparência e da igualdade de tratamento. Não está cá!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também esta questão do Fundo de Apoio Municipal: Os que cumprem são tratados do mesmo modo que aqueles que prevaricam. E é isso que está a acontecer. É isso que não podemos aceitar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Já agora, para responder ao João Dinis, e como falou na independência, eu também lhe quero lembrar que em 1580 mais de metade dos alcaides-mores entregaram o país aos Espanhóis.

Depois quando foi da Guerra da Restauração as maiores festas que se fizeram em Évora foi quando o Duque de Alba entrou para invadir Portugal e os Portugueses em Évora com Missas *Te Deum* e tudo isso. Portanto, é preciso ver que, às vezes, as coisas não são o que parecem!

Já agora também uma outra nota preambular: Disse-se aqui que a questão anterior, esta e as seguintes, não são casos, que são, não-casos e que não vale a pena discuti-las.

Eu acho exatamente o contrário. Eu acho que devem ser discutidas. Aliás a citação que eu fiz há pouco da intervenção de um Vereador na reunião de Câmara, eu fiz essa citação numa perspectiva irónica.

É evidente que, o Governo quer é que nós não nos pronunciemos em relação a tudo isto. Mas nós temos o direito de nos pronunciarmos até para vermos todas estas mal feitorias.

Diz a Associação Nacional dos Municípios Portugueses que fez a análise à proposta desta lei e que, de momento, parece-me correta a preocupação: dizem eles que têm uma preocupação em relação à perda de receita.

Bom! O que é verdade é que não os vimos reagir publicamente quanto a isto!

Na reunião de Câmara também se disse que “*Associação Nacional de Municípios não está preocupada com os pequenos Municípios e que os pequenos Municípios deviam unir-se e defender uma lei que corte mais nos grandes Municípios do que nos pequenos*”.

Eu estou de acordo com isto. Mas, a exemplo do que sucedeu com as Freguesias eu atrevo-me a lembrar aqui Eça de Queirós: Parece-me que a nós “*já nem a força de um coice nos move*”.

Vamos ver se estas mal feitorias vão em frente.

Quanto às críticas da Associação Nacional de Municípios ao Governo, que não foram ouvidas, o processo decorreu em forte ambiente de secretismo por parte do Governo, dizem eles, era de esperar mais contestação à Lei da parte da Associação Nacional de Municípios que não a fez.

Agora em síntese e muito rapidamente, quanto aos pontos principais:

- Decréscimo do FEF em 18,5% - A Associação Nacional de Municípios opõe-se.

Todos os Senhores Autarcas e população geral se deviam opor.

Mas nós estamos a imaginar, porventura, o que é um corte de 18,5% no FEF?

As juntas de Freguesia imaginem o que deixarão de fazer com menos 20% de receita?

Há claramente aqui uma tentativa de asfixia financeira que é intolerável.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Extinção do IMT - Já se disse que o IMT iria baixar. É evidente que, como sabem, as vendas de casas vão deixar de se fazer. Mas enquanto houver esta receita as Autarquias têm direito a ela. Segundo esta lei este imposto deve acabar.

Outra ideia peregrina desta Lei: Consignação do IMI rústico e 1% do IMI urbano às Freguesias. Em relação ao IMI rústico eu acho que isto é claramente um presente envenenado para as Freguesias.

Quanto ao 1%, vai ser uma desculpa que o Governo vai arranjar para posteriormente cortar receitas às Freguesias com o argumento de que já lhes deu este 1% do IMI. É só espera para ver!

Outra receita retirada aos Municípios: Consignação de 0,3% do FEF para financiamento da Comunidades Intermunicipais. Isto é inaceitável!

Se o Governo quer criar estas estruturas intermédias deve financiá-las. Muito mais o deve fazer se for para dar empregos aos tais Presidentes de Câmara que não se vão poder recandidatar.

Outra medida desta lei: Consignação de 4% do FEF e da receita adicional do IMI de 2014 e de 2015 ao Fundo de Apoio Municipal.

Já foi aqui referido. A Associação Nacional de Municípios concorda com a criação do Fundo de Apoio Municipal mas nunca financiado com verbas do Município.

Eu aqui acho que há três razões claras para isto não ir em frente: Primeiro - É um claro benefício do infrator; Segundo - É uma manifestação da incapacidade do estado em apurar as responsabilidades dos Autarcas perdulários; Terceiro - É uma opção pela solução mais simples. Paga o justo pelo pecador, como também já foi dito.

Se há Autarcas irresponsáveis que gastaram mais do que deviam o Estado que os responsabilize. O Estado que os prenda se cometeram ilegalidades. Agora, é inadmissível que sejam as Autarquias que fazem os investimentos desmesurados que hoje podem lá ter jardins, ruas, praças, etc. E agora, as outras Câmaras é que vão contribuir para viabilizar financeiramente essas Autarquias através deste Fundo de Apoio Municipal.

Isto a meu ver é perfeitamente insustentável. Aqueles que cumpriram, pouparam, não investiram, vão agora pagar o investimento dos outros.

E curiosamente, como aliás é hábito, capciosamente isto é feito pelo Governo sobre a capa da solidariedade. Mas, a solidariedade nunca foi isto!

A Associação Nacional de Municípios, e muito bem, concorda com a criação do Fundo de Apoio Municipal, mas, nunca financiado pelos Municípios.

Há claramente incoerências graves entre as posições assumidas publicamente pelos membros do Governo e posições escritas neste projeto de diploma.

Podíamos ir por aí mas não vale a pena. Devemos todos nós denunciar estas incoerências e lutar pela não aprovação deste diploma da forma que pudermos.

Há ainda uma questão que me deixou algumas dúvidas e que ainda não foi aqui falado que é a questão dos Auditores Externos sobre as Câmaras. Isto é: As Câmaras vão passar a ser policiadas.

Sobre isso já não me pronuncio porque sobre policiamento já bastaram quarenta e oito anos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não sei se sabem mas nas minhas intervenções tenho posto aqui algum tom, talvez por ser professor, tenho feito um discurso pedagógico para as pessoas perceberem.

Depois desta Lei entrar em vigor o poder autárquico, quer das Câmaras Municipais quer das Juntas de Freguesia, não volta a ser igual porque não tem meios. Percebam o que é que está neste documento!

Não é por acaso que a Associação Nacional de Municípios, com uma grande maioria de membros do PSD, rejeita esta Lei.

Isto é um ataque violento às Autarquias.

Esta nomeação de um Gestor para os Municípios que tiverem endividamentos excessivos. Os gestores não podem ir dizer aos políticos quais serão as opções deles. Isto é uma intromissão. Na minha opinião isto é inconstitucional.

Agora os Municípios que cumprirem vão dar 4% do seu FEF para um Fundo de Apoio Municipal.

Todos os Municípios se poderiam ter endividado e ter um conjunto de equipamentos. Oliveira do Hospital também o poderia ter feito, mas, o Prof. Mário Alves fez bem em ter esta gestão equilibrada e que eu continuo da mesma maneira.

Por isso se fosse no futebol dizia-se que há aqui um benefício ao infrator. Isto não pode ser. Se esta Lei for para a frente, que ninguém tenha dúvidas, o poder autárquico, seja municipal ou seja das freguesias, não volta a ser o mesmo. É uma mudança brutal.

Isto tem muito mais coisas que não são visíveis aqui na lei.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“E como diria Fernando Ulrich *“o povo aguenta”*.”

Entrou-se, depois, no Ponto IX - Análise da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante na Lei nº 22/2012 de 30 de maio.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“De novo sobre esta matéria das Freguesias. Ainda e Sempre!

Eu proponha uma Moção nos seguintes termos:

Moção - Está promulgada a Lei nº 11/A-2013, de 28 de janeiro, que engloba o “índice” com a listagem das Freguesias a agregar e/ou a extinguir, incluindo as cinco Freguesias do nosso Município nessa situação.

Esta Lei nº 11/A-2013 completa a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que deu enquadramento legal a este atentado contra o Poder Local Democrático e os direitos das Populações com a pomposa designação de “Reorganização Administrativa Territorial Autárquica”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se aplicadas, estas Leis, entre outras consequências, fazem desaparecer vinte mil eleitos.

Em ambos os casos, o Governo, a maioria parlamentar, o Presidente da República, não tiveram em conta a vontade e a opinião, contra este processo de agregação e/ou extinção de Freguesias, tão consensual e repetidamente expressadas de Norte a Sul de Portugal.

No contexto, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital delibera:

1 - Recomendar à Câmara Municipal que utilize todos os meios legais ao alcance para dar combate jurídico ao processo de agregação e/ou de extinção das nossas Freguesias;

2 - Expressar, de novo, o protesto ativo e público do nosso Município perante esta situação atentatória dos direitos das Populações;

3 - Exortar os Autarcas Locais, a ANAFRE e a própria ANMP a informarem e a mobilizarem as Populações, pois “até ao lavar dos cestos é vindima”...

Esta Moção é para apreciação e votação.”

Não havendo intervenções relativas à presente Moção, a Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, tendo a mesma sido aprovada por maioria com cinco votos contra e oito abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de falar sobre este Ponto IX só queria dizer que votei a favor a Moção porque, obviamente, desde o início eu sou contra este processo de agregação de Freguesias sejam elas quais forem.

O processo da maneira como foi feito e pela Lei 22/2012 de 30 de maio, que foi reconhecido, pela grande generalidade das pessoas e dos Autarcas deste país, como uma lei má.

Tal como esta Lei 22/2012 de 30 de maio, também é má esta Lei 11/A-2013, de 28 de janeiro, do processo que se segue.

Esta Lei também é má! É má, fundamentalmente, aqui num ponto.

Eu diria mais: Não é má, é perversa! Porque diz aqui no artigo 5º, nº1, “*No prazo de 90 dias após a instalação dos órgãos que resultem das eleições gerais das autarquias locais, a realizar em 2013*”, nas próximas eleições autárquicas, “*a assembleia de freguesia*”, futura, “*delibera a localização da sede.*”

Mais uma vez, hipocritamente este Governo legisla desta maneira. Como que dizendo: - Meus amigos, nós daqui lavamos as nossas mãos. Vocês entendam-se. Andem à chapada, se quiserem, mas definam vocês a sede da Freguesia.

Isto é uma forma perversa de pôr populações contra populações. Isto é um descaramento. Ao ponto a que se chega!

Nós temos que denunciar isto veemente e convido as pessoas que são do PSD a denunciar publicamente isto. Não tenham vergonha. Não sejam cobardes. Digam cara a cara ao vosso Governo que aquilo que está a fazer com os Portugueses é perverso. É mau! É mau de mais para ser verdade!”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação à Moção que foi aprovada, eu não sei se o João Dinis entrou em consideração nos vinte mil com a diminuição dos Membros da Assembleia Municipal que vai resultar. Se contou só a redução de Autarcas, Presidentes de Junta. Porque a aprovação desta lei vai arrastar uma diminuição muito significativa do número de membros da Assembleia Municipal que, como sabem, é sempre o dobro do número de Freguesias. Havendo menos Freguesias a Assembleia Municipal terá muito menos gente. Eu tenho a impressão que são muito mais de vinte mil eleitos que vão deixar de exercer funções.

Eu também acho que já foi quase tudo dito nesta matéria, só havia duas ou três questões em que eu me queria pronunciar.

Já agora começo por me pronunciar em relação à questão da não pronúncia.

Eu acho que as pessoas têm que se começar a habituar à democracia.

A Assembleia Municipal deliberou não se pronunciar. Ponto final parágrafo.

Agora, não vamos ficar toda a vida com esta pedra no sapato.

Até porque, e isto já tem por trás muita demagogia, muita falta de frontalidade, eu fui confirmar, perdoe-me Sr. Presidente da Assembleia Municipal, as percentagens que vêm na página 86 da Ata, e reparo numa coisa curiosa.

Oliveira do Hospital perdeu 23,66%. Foi dos Concelhos que menos Freguesias perdeu.

Arganil, com pronúncia perdeu 25%.

Muitos outros Concelhos, com pronúncia, perderam 30%, 32% e houve até Concelhos que perderam mais.

Não encontrei um único caso, na listagem anexa à lei, em que tivesse sido aceite a tal proposta que andou aí na Comunicação Social.

Eu estive a analisar a lista das Freguesias que vem anexa à Lei e, portanto, estes números resultam da lista.

A Comunicação Social difundiu comportamentos, a meu ver, pueris, para não dizer mais, em relação há hipótese de passarmos de cinco para três nos termos do nº 2 do artigo 7º, da lei 22 de 2012.

Eu estive a ver a listagem anexa e não encontrei um único caso em que isso se tivesse verificado.

Era melhor que as pessoas viessem dar a mão à palmatória, ou então, façam o favor, consultem a lista anexa das Freguesias, como ainda temos mais duas secções de Assembleia Municipal até ao fim deste mandato, e venham aqui dizer qual foi o Concelho onde isto se verificou?

Agora, duas questões sérias, finais:

A nova Lei propõe que sejam os eleitores a escolherem a localização da sede, que já foi aqui referido.

Eu acho que é uma atitude profundamente maquiavélica, para além daquilo que já foi dito. Como se fosse possível, no caso de São Paio ou Oliveira do Hospital, São Paio reivindicar a sede para São Paio.

Vejam onde chega a vergonha deste Governo!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas, atenção! Em Freguesias com número muito idêntico de eleitores a coisa pode não ser tão fácil. Aí o problema que o Eng.º Maia referiu vai levantar-se e isto é exatamente o que o Governo queria. Atirar as pessoas, umas, contra as outras.

Penso que as pessoas devem levantar-se contra esta medida e não devem mexer uma palha para escolher a sede.

Como já foi dito, tudo isto diminui o exercício da democracia. As populações deixam de ter quem as represente.

Eu vi na Comunicação Social um Presidente de Junta a dizer que não vai mais votar.

Eu acho que isto é um claro benefício do infrator.

Esse Sr. Presidente de Junta e as pessoas da Juntas que foram agregadas devem votar contra quem pôs cá fora esta lei.

Devem pôr um placar nas vossa Freguesias a dizer: Este Governo matou esta Freguesia.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Em princípio isto será o cair do pano sobre esta discussão das Freguesias. Efetivamente, há estas posições que não se percebem. Efetivamente não há nenhum caso neste país...”

Oh! Sr. João Dinis, O Sr. tem tempo para falar e costumam-lhe dar a palavra em todos os Pontos, e portanto, faça o favor, mas, não é por nada, mas, está a falar o Sr. Presidente da Assembleia, que também tem alguns direitos. Se não fosse muito incómodo e me pudesse fazer essa concessão eu agradecia.

Dizia eu, que penso que não há nenhum caso, e o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves acabou de o fazer agora, foi um estudo, e eu também tenho feito alguma pesquisa sobre isto, para ver se, efetivamente, houve aí algum caso no país que desse a tal percentagem dos arautos, que andam para aí, que dizem que se nós tivéssemos feito bem o trabalho teriam caído duas Freguesias.

O que eu tenho aqui é um artigo do jornal assinado pelo Sr. Bruno Simões, não tenho o prazer de conhecer, e o que o Senhor diz é que nem Tomar, o meu colega é o Sr. Dr. Miguel Relvas, não Presidiu à Assembleia que decidiu sobre este assunto e houve apenas um voto a favor da pronúncia.

Presumo que se o Sr. Dr. Miguel Relvas é o Presidente da Assembleia Municipal o Partido dele deve ter lá a maioria - Pode não ser, como é o nosso caso.

Tomar tinha dezasseis Freguesias. Perdeu cinco. Tem onze Freguesias. Portanto tinha menos cinco do que nós e perdeu rigorosamente as mesmas cinco que nós.

Eu penso que já disse isto na última Assembleia.

Penela tinha seis Freguesias, com os 25%, calhava-lhe uma e meia, mas como não se pode partir meia Freguesia, mas como se pronunciaram tinham a majoração dos 20%, era mais uma ponto dois e dava duas Freguesias virgula sete. Como não pode ficar os sete, mas perdia duas.

Pois, Penela só conseguiu poupar uma Freguesia. Portanto, tem quatro Freguesias, eles pensavam ficar com cinco, ficou com quatro. Perdeu 33%.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomar perdeu 31,25%.

Oliveira do Hospital conseguiu uma dupla vitória.

Desanexar Nogueira do Cravo e independentemente disso, no global nós perdemos 23,8%.

Eu não estou aqui para me gabar, nem a mim nem à Mesa. Os Senhores são testemunha disso, que houve a máxima discussão possível. Se mais não houve foi porque não se quis.

Houve toda a transparência. Existiram também pressões ilegítimas mas que fomos capazes de as ultrapassar.

Portanto eu penso que nós, revoltados como estamos com esta injustiça, mas em termos globais teremos que ter alguma satisfação porque fomos dos Concelhos que menos perdemos percentualmente.

Eu volto a dizer, da minha parte estou com a consciência muito tranquila relativamente a este processo.

Penso que a Mesa, toda ela no seu conjunto tem que ter este sentimento. E penso que esta Assembleia no seu conjunto, porque, em boa verdade, também não há razões de queixa da Assembleia no seu conjunto.

Há, de facto, pelo menos de uma direção política que veio com essa conversa das duas Freguesias. Não sei como! E de que maneira!

De facto, uma discussão política séria, e acho que essa tem que ser travada, terá que concluir que nós em caso algum ficaríamos com menos de cinco Freguesias.

Para mim isto é um assunto encerrado. Hoje veio aqui para fazermos uma última análise porque a Lei está publicada.

Tenho os meus receios. A associação Nacional de Municípios chegou a dizer que todos os intervenientes se deviam recusar à implementação das novas Freguesias.

Não sei se o vão fazer ou não. Parafraseando o João Dinis, de facto, no nosso país assiste-se hoje a uma estranha passividade e a uma estranha aceitação de um conjunto de coisas porque como o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, os malefícios desta Lei das Finanças Locais vai ter um efeito imediato na vida de todos vós.

Faz-me impressão esta passividade com que se reage a nível nacional a estas coisas.

Mas, a vida é o que é e não vale a pena estarmos aqui com desejos. Temos é que ver se vamos ganhando consciência coletiva de que estas coisas não poder ser desta maneira.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Sobre as Freguesias e como também estamos a encerrar este capítulo quero dizer cumprirei com as recomendações que estão na Moção que foi aprovada.

Eu como Presidente do Executivo respeito as deliberações da Assembleia Municipal e por isso tenho aqui algumas recomendações para que a Câmara utilize todos os meios legais ao seu alcance para dar combate jurídico ao processo de agregação/extinção das nossas Freguesias.

Sei que a Lageosa apresentou uma providência cautelar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como Presidente do Município sou um executor da Lei. No desempenho do meu cargo tenho que cumprir a Lei.

Mas não deixo de dar aqui uma nota que eu considero importante. Essa nota tem a ver com a postura desta Assembleia.

Esta Assembleia teve, na minha opinião, uma postura de grande dignidade, As pessoas podem ter ideias completamente diferentes mas houve uma postura de grande dignidade.

Eu sempre fui favorável à não pronúncia. Achei que não deveríamos ser nós a matar as próprias Freguesias.

Sou contra e sinto-me derrotado porque este Concelho estava equilibrado com as vinte e uma Freguesias.

Esta foi uma falsa questão que não resolve os problemas ao país.

Mantive-me coerente e sinto-me derrotado neste processo mas a partir daqui e como Presidente do Município tenho uma Lei que tenho que cumprir porque essa é a minha obrigação.

Relativamente à Moção irei ver o que é que se pode fazer. Respeito as pessoas que têm uma opinião divergente mas a maioria da Assembleia foi clara.

A grande vitória de Oliveira do Hospital, sem pronúncia, foi reduzir uma. Se a lei fosse cumprida como alguns defendiam, Nogueira não poderia ser salva. Mas foi salva porque o poder político e o próprio Instituto Nacional de Estatística verificou que havia ali um erro. E bem.

A Lei dizia que tinham que ser seis freguesias e só foram cinco porque eles sabem que cometeram uma irregularidade em relação a Nogueira do Cravo. Por isso nós ganhámos uma Freguesia.

Se Nogueira fosse considerada rural desde o início, têm razão as pessoas, eram vinte e uma freguesias. É preciso saber fazer contas. Vinte e cinco por cento de vinte e uma freguesias dá cinco freguesias. Se houvesse pronúncia passaria para quatro.

Mas o que a Lei diz desde que ela foi considerada urbana são seis Freguesias.

Há aí algumas pessoas com intoxicação política que pensam que estão a falar para mentecaptos e dizem que se não fosse este Executivo ou este Município poderiam ser duas. Mas o povo não é atrasado e eles sabem quantas é que eles queriam acabar.

O povo sabe e não se esquecerá de quem é que lhes acabou com as Freguesias.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º Carlos Artur, volto a dizer que não conheço nenhum caso onde tenha havido arredondamentos para baixo.

Já lhe dei o caso de Penela que dava 2,7 freguesias e se fosse assim iam poupar três.

Quando houve arredondamentos foi sempre para cima. Não conheço nenhum caso em que o arredondamento fosse para baixo.”

Entrou-se, depois, no Ponto X - Análise da proposta de Agregação das Escolas do Concelho pelo Ministério de Educação e Ciência no âmbito do disposto no Despacho nº 5634-F/2012, de 26 de abril.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra à Vereadora, Prof.^a Graça Silva, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é no sentido de explicar os vários momentos em que foi abordado este assunto que agora vou passar a apresentar da seguinte forma:

Em abril, o Sr. Presidente, os Srs. Diretores dos quatro agrupamentos e da Escola Secundária e eu, estivemos na DREC com a Sra. Diretora Regional, Dra. Cristina Oliveira, a fim de ser discutida a proposta de Agregação para o nosso Concelho.

Essa proposta, ao ser apresentada pela Sra. Diretora Regional, foi levada aos diferentes órgãos das Escolas, consistia em três agregações, que já foi, também, aqui apresentada e discutida nesta Assembleia.

A primeira proposta da Sra. Diretora Regional, foi um agrupamento a Norte e um agrupamento a Sul, não fazendo a agregação da Escola Secundária.

Como disse, esta proposta foi levada aos vários órgãos das Escolas. Foi discutida pelos Srs. Professores, foi discutida em Conselhos Gerais, foi discutida em Conselho Pedagógico, foi discutida pelos vários Diretores e todos eles foram unânimes, assim como a Câmara Municipal, em que, em abril de 2012, perante a proposta da Sra. Diretora Regional, nos uníssemos a não concordar com a proposta da Sra. Diretora Regional.

O que pedimos à Sra. Diretora foi que essa proposta fosse adiada, uma vez que, em janeiro de 2012, o Executivo em permanência tinha tomado a decisão de implementar um projeto inovador no Concelho de Oliveira do Hospital, que ainda se encontra a decorrer, e que vai continuar a decorrer, que é o Projeto Educativo Local.

Em maio, o Sr. Secretário de Estado de Ensino e da Administração Escolar, optou pelo adiamento da agregação de escolas para o nosso Concelho. Ouviu os Oliveirenses, ouviu a Comunidade Escolar a quem agradecemos o facto por ser sensível a este tema.

A treze de dezembro, O Sr. Presidente, os Srs. Diretores das Escolas e os Presidentes dos Conselhos Gerais das Escolas estiveram aqui nesta mesma sala a convite da Sra. Diretora Regional, onde também tive a oportunidade de estar presente, e foi discutido, mais uma vez, este assunto.

Nesta data, fomos surpreendidos com uma nova proposta. Mas antes, o Sr. Presidente apresentou à Sra. Diretora Regional qual era a proposta do Executivo, qual era a proposta da Câmara, qual era a proposta das Escolas porque também tínhamos assumido o compromisso que até ao final de dezembro, portanto, até 31 de dezembro, o Concelho de Oliveira do Hospital, num espírito de sacrifício, apesar de ser contra esta Lei das Agregações, mas num espírito de sacrifício face à austeridade em que se encontra o país, também nós queríamos contribuir fazendo parte integrante desta Lei apresentando a nossa proposta.

A proposta que apresentámos foi aquela que decorre daquilo que é o Projeto Educativo Local, aquela que foi a mais equilibrada e a mais consensual e que defendia e tem por base, e continuamos a acreditar que é a melhor proposta, a defesa da qualidade pedagógica. É nisso que centrámos a proposta do Projeto Educativo Local depois de ser apresentado a todos os órgãos também das Escolas e no Conselho Municipal de Educação a primeira abordagem à Carta Educativa. Portanto, houve um documento que já resultou do Projeto Educativo Local que foi a primeira abordagem à Carta Educativa que assenta em estudos demográficos,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essencialmente, e que com essa proposta, com essa primeira abordagem também nós pudéssemos fundamentar essa proposta. A proposta de toda a Comunidade Escolar tem um estudo, uma base sustentável.

A proposta apresentada foi: Fazer a agregação do Agrupamento Vale do Vale do Alva com o Agrupamento Bás Garcia e a agregação do agrupamento da Cordinha com o Agrupamento Lagares da Beira não incluindo a Escola Secundária.

Nessa reunião de 13 de dezembro foi, como disse, apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara esta proposta com a concordância de toda a Comunidade Escolar, de todo o território educativo.

Nessa reunião, também a Sra. Diretora Regional trazia uma proposta. A proposta que trouxe nesse dia foi surpreendente para todos e pela primeira vez a apresentou.

Foi a proposta da criação de um Agrupamento para o Concelho de Oliveira do Hospital. Propondo a todos os que estavam na sala, e vou repetir, era o Sr. Presidente, estava eu, estavam os Presidentes dos Conselhos Gerais, os Diretores das Escolas e o Diretor da Escola Secundária e pediu a todos que rapidamente se debruçassem sobre uma nova proposta que antes nunca foi pedida.

Claro que o resultado dessa análise foi que todos foram contra a proposta recentemente apresentada pela Sra. Diretora Regional.

Dizer que, e como desfecho de tudo isto, no dia 18 de dezembro, soubemos por um fax que foi enviado, embora, como está a dizer o Sr. Presidente, e muito bem, já toda a gente sabia pela Comunicação Social.

Oficialmente a Câmara Municipal soube apenas no dia 18 de dezembro, embora já no dia 16 de dezembro, todos que conhecem as redes sociais e que consultam os sites dos noticiários, todos sabíamos já qual era a decisão e a sentença para o Município de Oliveira do Hospital.

É lamentável esta situação acontecer e não serem capazes de o terem feito oficialmente até antes de poderem anunciar pelos jornais e bastava apenas um telefonema.

Esta foi a decisão do Ministério da Educação e Ciência para o Concelho de Oliveira do Hospital no dia 18 de dezembro, isto oficialmente: Um só Agrupamento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Prof. António Morgado Ferreira Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu apenas queria dizer o seguinte: Na qualidade de Ex-Professor, mas que trabalhei durante quase quarenta anos com crianças e com adultos, em várias circunstâncias, na Escola Preparatória, na Escola Primária e em vários setores do ensino, quero dizer que isto é uma aberração que se vai fazer em termos absolutos e de processo educativo.

Juntar três mil crianças apenas num Agrupamento tão disperso, parece-me uma situação anacrónica em relação ao processo educativo. A não ser que, eventualmente, a estrutura se modifique completamente em termos pedagógicos, em termos sociais e em termos humanos para que, de facto, isto dê algum resultado.

Mas eu desconfio que, e eu sei bem, por exemplo em Lagares, os dezasseis anos que estive em Lagares, chegámos a ter lá duzentos e setenta alunos e sabemos de grosso modo a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldade que já era gerir duzentas e setenta crianças numa escola que até nem tinha grandes condições, nesse tempo.

Agora, vamos transplantar isso para três mil!

Por isso a minha posição pessoal, como professor, como educador é que voto contra esta proposta, não aceito esta proposta e acho que ele devia ser revista.

Não, porque o Município assim o quer ou porque assim o propôs. Não por isso! Não está em causa, nem para mim está em causa, o problema político desta situação. Está apenas e só, a condição humana de uma criança que precisa de ter carinho, assistência pedagógica e humana, o carinho das pessoas e do professor para estar ao lado dele. Esta é a minha posição.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão do Mega-Agrupamento das Escolas aqui no Município de Oliveira do Hospital, dizer que, na anterior sessão desta Assembleia Municipal, a 15 de dezembro, foi aprovada uma Moção em que por larga maioria se contestou este processo de constituição de um Mega- Agrupamento de Escolas no nosso Município.

Da nossa parte, o melhor era continuarmos com os cinco Agrupamentos que ainda temos.

Afinal, digam-me, por que razão válida, no nosso Município, um Agrupamento de Escolas com trezentos alunos, mesmo com duzentos alunos, não há de poder continuar a ser um Agrupamento autónomo?

Pois vem agora assumida a imposição, por parte do Ministério da Educação, tendente para a constituição do tal Mega-Agrupamento.

Ou seja, o Governo simplesmente despreza e afronta a vontade e a opinião, largamente consensuais, das nossas Autarquias e dos nossos Autarcas, das Escolas e das Comunidades Educativas Locais. Com isso, também pode comprometer o futuro das novas gerações.

Temos que reafirmar o nosso inequívoco protesto contra a criação, imposta pelo Ministério da Educação ao Município, do Mega-Agrupamento de Escolas!

Num processo em que a consulta realizada ao Município foi simplesmente um faz de conta.

E, à data, as coisas já estavam decididas enquanto se anda aí a ouvir a opinião do Município, e à data, esta é a minha posição central neste processo.

Todavia, não posso deixar de dizer aqui:

O debate sobre esta matéria está a ser puxado para o campo eleitoral que já mexe e muito. Está a ser puxado, deliberadamente, para um confronto entre PS e PSD; para uma “luta de personalidades” entre o candidato à Câmara Municipal pelo PS e a candidata, de quem se fala, pelo PSD.

Ora, esta tendência não é a melhor. É desviante. É partidarizante. É instrumentalizadora.

Assinalo que o argumentário do representante da ex-DREC, portanto, representante do Ministério da Educação, apresentado durante a última reunião do Conselho Municipal de Educação, em janeiro deste ano, para “justificar” o Mega-Agrupamento, esse argumentário até



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretende atirar, para cima do Município, a responsabilidade pela criação do agrupamento único, que de facto o Ministério da Educação impõe...

Assinalo que essa tentativa de responsabilização direta do Município, do Presidente da Câmara e já candidato do PS, é depois reproduzida pela liderança do PSD em Oliveira do Hospital.

É, afinal, a técnica já utilizada no processo de extinção de Freguesias. Fazem e aprovam as leis, fazem o mal, impõem as decisões e depois dizem que somos nós os culpados pelo resultado.

Assinalo, a propósito, que a “Moção” aprovada nesta Assembleia Municipal a 15 de dezembro de 2012, também deliberava e cito: *“Exortar a Câmara Municipal a integrar-se num movimento público de contestação efetiva do projeto da DREC”*.

Ora, aqui pergunto hoje, que faz a Câmara para se integrar, até para dinamizar, esse *“movimento público de contestação”* ao Mega-Agrupamento?

Faço parte, indigitado por esta Assembleia Municipal, do Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias, e aqui presto contas.

A última proposta que a Câmara Municipal apresentou a esta Assembleia Municipal em 15 de dezembro de 2012, e que, a essa data, também tinha chegado ao Conselho Municipal de Educação, e que tinha ido até aos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, a última posição conhecida da Câmara Municipal, dizia, era para a constituição de três Agrupamentos. Cordinha mais Lagares, Brás Garcia mais Vale do Alva e Escola Secundária.

Pois, em janeiro deste ano, na última reunião do Conselho Municipal de Educação, fomos aí confrontados e pela informação vinda do representante da ex-DREC, portanto por um representante do Ministério da Educação, que, afinal, a Câmara Municipal tinha feito uma última proposta, à última da hora, para a constituição não de três mas, apenas, de dois Agrupamentos.

Protesto contra esta situação em que o Conselho Municipal de Educação é informado, por um representante do Ministério da Educação, da última posição da Câmara, aliás uma posição que a Câmara, ou alguém por ela, se precipitou a fazer sem cuidar de medir todas as responsabilidades e consequências.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Este ofício da DREC que nós temos aqui à nossa frente vem exatamente demonstrar, mais uma vez, como disse há pouco, para além dos processos anteriores que nós já aqui discutimos, qual é a postura dos responsáveis políticos deste país.

Dizem-nos aqui, preto no branco, que *“foram desenvolvidas, ao longo dos últimos dois meses, importantes reuniões de reflexão e discussão sobre a reorganização da rede escolar em todo o país entre o Ministério de Educação e Ciência, as autarquias e escolas, no respeito pelas responsabilidades e competências de cada um dos parceiros envolvidos”*.

Primeiro ponto: Estamos todos esclarecidos quanto a isto, acho eu!

Penso que ninguém terá qualquer dúvida acerca daquilo que eu disse e que continuo a afirmar!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Obviamente que isto é de uma hipocrisia a todo o tempo e de todo o tamanho!

Então esta gente anda-nos aqui a ludibriar, a dizer-nos, vamos reunir. Vêm cá duas ou três vezes com processos de boas intenções. Fazem-nos andar aqui, e eu faço parte de um Conselho Geral de Escola, fiz três ou quatro reuniões com outras pessoas que também o integram, a debatermos estas questões. A analisarmos os prós e os contras. A analisar o que de menos gravoso poderia haver, fundamentalmente, para os alunos, já para não falar para os pais, para os professores e para o pessoal não docente, das consequências disto tudo.

Depois, fazem-nos andar a entreter nisto, e vem uma Senhora dar o dito por não dito e a desdizer-se a ela própria, a uma proposta que ela própria apresentou a este Município em devido tempo. Aguardou por um Projeto Educativo Local que estava a ser feito e apoiou-o.

Depois tem a distinta lata de brincar com todos nós, com a cara de todos nós, e vir aqui em dezembro a esta sala reunir com quem de direito quando na véspera ela disse pelo jornal de Coimbra que havia de acabar com as “capelinhas” em Oliveira do Hospital. E acabou!

Que gente é esta? Que personalidade é esta?

Ainda por cima, uma pessoa originária deste Concelho!

Foi ela! Porque eu não tenho qualquer espécie de dúvida. A proposta saiu dela para o Secretário de Estado e para o Ministro. Não tenho qualquer espécie de dúvida em o afirmar.

E andam-nos aqui a enganar! E anda com processos de boas intenções a brincar com a nossa cara?

É esta pessoa que vai ter a coragem, se é que a vai ter, de se apresentar aos Oliveirenses daqui a algum tempo a pedir-lhes o voto?

Mas que gente é esta? Mas que pessoa é esta?

Dizem eles que isto “*favorecendo uma transição adequada entre ciclos de escolaridade, promovendo, desse modo, o sucesso escolar e prevenindo o abandono escolar, bem como superar, em algumas situações, o isolamento de escolas e promover uma melhor racionalização e gestão de recursos humanos e materiais*”.

Só há uma verdade, naquilo que é dito aqui. A única verdade que há aqui é quando se diz “*promover uma melhor racionalização e gestão de recursos humanos e materiais*”. Aqui é que está o problema! Porque não promove mais nada.

Recentemente percorri os cinco Agrupamentos, numa visita feita a este Concelho por deputados do Partido Socialista, e desde a Ponte das Três Entradas até à Cordinha nós ouvimos de todos, sem exceção, que isto era um processo contra tudo aquilo que é possível imaginar para termos uma boa educação para os nossos filhos e para os filhos dos Oliveirenses. Toda a gente foi unânime a dizer isto.

A única razão, que está aqui, não é mais do que despedir gente. É economicista. Não há mais nenhum tipo de razão a não ser esta, para esta Senhora fazer aquilo que fez.

Foi dito também: “*Em alguns distritos e concelhos o trabalho continuará a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ciência no sentido de, como determina a legislação aplicável, até ao final do ano letivo de 2012-2013, se concluir o processo de agregação das escolas*”.

Então porque é que esta Senhora deu este processo já acabado no final de dezembro de 2012 para Oliveira do Hospital? Porquê?

Ela terá que responder a isto se tiver a coragem de se apresentar neste Concelho!”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre algumas coisas que foram ditas eu quero dizer o seguinte:

Isto é claro como a água por uma razão. É que estas coisas têm nome.

Não sei se o João Dinis queria que eu responsabilizasse, por exemplo, o Diretor Geral da Economia pela decisão da proposta dos Agrupamentos.

É que fazer uma leitura político partidária, de confronto político, porque um é candidato e o outro é candidato, é demasiado simples.

O João Dinis deveria reconhecer também aqui e dizer. O Sr. Presidente a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira devia ter reconhecido aqui que tive algumas tensões com o Sr. Secretário de Estado do Partido Socialista quando as agregações começam a nível do país e quando quiseram fazer o mesmo que estes fizeram. Eu estive contra. E não se chamava Dra. Cristina Oliveira tinha outro nome, a Sra. Diretora Regional. Sr. Presidente da Junta, chamava-se Dra. Helena Libório.

Por isso há uma maneira muito simples de ver. Não, o Presidente agora está a contestar porque ela vai ser a candidata. Isto é uma coisa absolutamente ignóbil da sua parte. É ignóbil porque se lá fosse o Diretor Regional que me tivesse feito isto fosse o João Dinis ou fosse o Eng.º José Vasco, candidato do CDS, eu teria o mesmo posicionamento.

O Senhor sabe que eu luto pela defesa dos interesses do Concelho de Oliveira do Hospital, seja contra quem for.

Foi no tempo do Partido Socialista e foi agora.

Acidentalmente agora a Sra. Diretora Regional do Cento é candidata do PSD. Eu disso não tenho culpa.

Mas deixe-me referir a algumas coisa que também disseram aqui.

Para algumas pessoas a democracia é só a deles. Somos todos democratas mas a deles é que é a democracia. Mesmo que a maior parte esteja contra a deles é que vale. Eu conheço esse tipo de gente e nós conhecemos.

Esses são, na minha opinião os grandes iluminados. O problema é que nas urnas valem um voto não valem mais do que um. Valem o mesmo do que qualquer cidadão, do que qualquer munícipe.

O que houve aqui connosco foi uma simulação de negociação da parte da Sra. Diretora Regional da Educação do Centro. Simulou que andava a negociar quando a decisão já estava tomada.

Eu tenho aqui as provas. Tenho aqui uma entrevista no dia em que a Sra. Diretora Regional esteve aqui, com os Presidentes dos Conselhos Gerais, com os Diretores dos Agrupamentos e com o Diretor da Escola Secundária. Tenho aqui uma entrevista com o que ela dizia. “A DREC quer acabar com “capelinhas” em Oliveira do Hospital”.

Eu não sei que “capelinhas”! Como andavam aí a falar no Messias eu pensei que era alguma virgem que vinha e que ela queria acabar com as capelas por ela não ser católica.

Mas ainda dizia uma coisa interessante na sua entrevista. “Diretora Regional tem a sua proposta mas está disponível para alternativas apresentadas pelo Projeto Educativo Local”.

Estava tudo feito, Sr. João Dinis.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas digo-lhe porque é que sou contra. Eu sou contra esta forma e conta um só agrupamento.

Oliveira é o único caso a nível nacional neste mapa de reorganização escolar onde se juntam mais de trinta escolas num só Mega-Agrupamento.

Já tínhamos aí uma razão mais do que suficiente para sermos contra. Mas serei contra porque tenho uma vida e um passado dedicado à educação. Tenho também eu e sei por onde passei, fui professor e tive muita honra e estive em cargos diretivos e por isso sei.

Com ordens centrais esta gente está a acabar com a proximidade entre as pessoas.

Para este Governo, em muitas áreas, são os números que contam as pessoas não contam para nada. Este é um problema grave.

Quem trabalhou nestas escolas sabe que a proximidade é importante e que também é importante que as direções estejam perto porque muitos dos pais não vão à escola são os próprios diretores que têm que ir a casa deles.

O que se vai fazer em termos educativos em Oliveira do Hospital é caso único no país. Noutros locais eles ainda não tiveram coragem para o fazer.

Poderia citar-lhe dois ou três concelhos. Um até é socialista. O Sr. Presidente da Câmara disse-lhes que se me fizerem a agregação como estão a dizer eu não fico com nada do que estava delegado neste momento pelo Ministério da Educação. Deixo-vos a falar sozinhos. Ficam sem refeições os miúdos e vocês têm que assumir as responsabilidades.

Aquilo que nós pensamos fazer é uma providência cautelar.

É preciso percebermos que a grande responsável por esta proposta, Sr. João Dinis, não foi o Diretor Geral da Economia, não foi o Eng.º José Vasco, foi a Sra. Diretora Regional que por acaso até é candidata em Oliveira do Hospital.

Eu acho que ele começa Bem! Se quer a minha opinião!

Não tenho medo de a defrontar nas eleições e não tenho medo de dizer que neste momento é um combate numa perspetiva não do candidato mas do Presidente do Município em relação à Ex-Diretora Regional, e agora Diretora Geral dos Equipamentos.

Há aqui uma coisa que o João Dinis disse e que eu acho que é verdade. A nossa proposta sempre foi três agrupamentos.

Depois desta reunião e da Sra. Diretora Regional propor um só Mega-Agrupamento eu pedi aos Srs. Diretores para reunirem os Conselhos Gerais dos agrupamentos e depois digam-me o que é que pensam da proposta.

Há aqui uma ligeira alteração. Não foi de traição!

João Dinis, eu não sou homem de trair ninguém nem trair, sobretudo, as minhas convicções.

Aquilo que aconteceu foi que o Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas, um grande agrupamento, e o Conselho Geral da Escola Secundária anteveem na proposta e dizem, na ata, se não for três pelo menos que se façam dois.

Que se minimizem os estragos e que a Secundária fique ligada ao agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas com o Vale do Alva e que a Escola de Lagares fique ligada à Cordinha.

São os agrupamentos, a Escola Secundária, os seus Conselhos Gerais que deixam a porta entreaberta.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando eu percebo que há um braço de ferro e para tentar minorar os prejuízos causados por esta decisão, eu dou a possibilidade à Sra. Diretora Regional dizendo, caso não consigamos manter os três agrupamentos, Sra. Diretora, tenho aqui uma proposta que abre a porta a dois, e até saímos todos mais ou menos disto, e o Concelho não fica nessas condições péssimas. Eu acho que isto é razoável.

Uma pessoa numa mesa de negociações quando percebe que as coisas estão difíceis vai cedendo para tentar encontrar consensos.

O que eu não contava é que houvesse na proposta da Sra. Diretora Regional, uma determinada irracionalidade em relação a isto.

Isso demonstra claramente que eu não sou homem para dizer fica tudo igual como o Sr. João Dinis defendia.

O Sr. João Dinis defendeu aqui que ficasse tudo como está. Eu não.

Temos que ter em conta a realidade do país, as modificações demográficas. O número de alunos que tem vindo a diminuir e que é preciso fazer alguns reajustamentos e nisso estamos de acordo.

Não somos contra as mudanças. E era possível minorar estes prejuízos na qualidade educativa.

Como eu disse, nestas decisões as pessoas contam muito pouco e contam muito mais os números.

Este é para mim um problema de uma política difícil de entender como cidadão e como Presidente do Município.

Como disse o Prof. Morgado, e bem, isto é um disparate pegado mas há professores que defendem isto, e há também outras pessoas que defendem isto! Têm esta visão, têm ideias diferentes da minha e também tiveram passados como eu na área da educação e estão na área da educação.

Mas, eu não sou obrigado a concordar tenho a certeza que todos os Conselhos Gerais e a Associação de Pais foram contra esta proposta.

Isto foi ao arrepio daquilo que as pessoas decidiram e por isso parece que as pessoas não valem nada e não vale nada aquilo que elas pensam.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“De facto já é tarde e eu não me devo ter feito entender porque o Sr. Presidente da Câmara não me quis entender naquilo que eu disse.

O Sr. Presidente da Câmara utiliza expressões manifestamente exageradas. Diz que é um comportamento ignóbil da minha parte. Diz, o Sr. Presidente que não trai.

A palavra trair é talvez a mais feia que há no léxico português.

Diz que eu defendo tudo como estava.

Eu pergunto ao Sr. Presidente outra vez: Há de me dar uma razão válida para que um agrupamento no nosso Município com trezentos alunos não possa continuar a ser um agrupamento autónomo?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A gente tem é que aperfeiçoar as coisas e não mudar. Porque assim isto é válido para tudo!

Porque é que a gente há de juntar a Cordinha a Lagares da Beira? Explique-me!
Eu até gostava de o lá ver agora! E juntar-se por exemplo ali a Lagares da Beira!
Mas pronto! Creio que não me fiz entender!

O que eu disse e repito, e intervenções aqui já feitas provam exatamente isso, a intervenção do Eng.º Carlos Artur prova exatamente aquilo que eu disse.

Está a ser utilizado isto, está a ser transformado já, numa batalha eleitoral entre PS e PSD. Está a ser puxado para ser uma luta entre duas personalidades. O candidato José Carlos Alexandrino Mendes, pelo Partido Socialista e a candidata Cristina Oliveira pelo PSD.

Eu não estou a dizer que seja o Presidente que puxe.

Mas foi por acaso?

Leiam-se as declarações e a visita do Partido Socialista aqui a Oliveira do Hospital. Por acaso preocuparam-se com o IC6 e IC7? Foram ver onde é que estavam as extensões de saúde do Ervedal e de Avô?

Não! Foram discutir este assunto dos agrupamentos.

O principal culpado por isto é o Primeiro-ministro a seguir é o Ministro da Educação, a seguir é o Secretário de Estado da Educação, a seguir e seguramente, a Sra. Cristina também o é.

E que, seguramente, a ser candidata está a pagar a fatura para continuar a ser a Diretora lá desse sucedâneo que criaram.

Agora, eu é que não sou nenhum ingénuo.

E mais, e disse depois aqui a seguir e o Sr. Presidente da Câmara não ouviu e disse: Assinalo que esta tentativa de responsabilização direta do Município, do Presidente da Câmara, por parte do PSD é depois reproduzida pela liderança do PSD local. Aliás, estão naturalmente já na batalha.

A liderança foi dizer que a culpa é do Município.

Aliás o representante da ex-DREC disse-o aqui nesta sala na reunião do Conselho Municipal.

Três dias depois estava a liderança do PSD a dizer a mesma coisa. A papaguear a mesma coisa.

E portanto estamos, de facto, a instrumentalizar já, numa luta político-partidária, eleitoral, porque temos eleições no dia treze de outubro deste ano. Não é daqui a cinco anos. E foi isto que eu disse!

Eu pergunto, aqui, à Câmara e volto a perguntar, Sr. Presidente, e responda. O que é que a Câmara já fez para dinamizar um movimento de protesto público conta o Mega-Agrupamento?

E volto a dizer e repetir que fui confrontado como membro deste Conselho Municipal de Educação, indigitado por esta Assembleia Municipal, e com informação vinda aqui ao Conselho Municipal de Educação em janeiro deste ano por um representante da ex-DREC que vem dizer que a Câmara a última proposta que tinha feito era de dois agrupamentos e não dos três que tinham estado em discussão nesta Assembleia Municipal no dia 15 de dezembro, que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estiveram nos Conselhos Gerais nos agrupamentos de Escolas, onde eu participei no da Cordinha.

Não era de dois, era de três.

Mas olhe, Sr. Presidente, quanto às negociações. Mas quais negociações! Quanto mais a gente se baixa mais se vêm as cuecas.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte intervenção:

“Só mesmo para concluir porque a hora já vai adiantada.

Há aqui algumas coisas que numa reorganização do território fazem algum sentido.

Havia uma proposta da junção dos agrupamentos da Cordinha e de Lagares da Beira. Como havia uma proposta feita com base no Projeto Educativo que tem a ver com os números que juntava o agrupamento do Vale do Alva com o agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas ficando a Escola Secundária sozinha.

Mas como eu disse, a nossa alteração e não há nenhuma proposta formal, foi numa conversa informal com a Sra. Diretora para que sensibilizasse o Sr. Secretário de Estado.

O problema é que no dia que se fez a reunião aqui com os Srs. Diretores e com os Srs. Presidentes a proposta de um só agrupamento já estava mais do que decidida.

Eu não gosto de me sentir usado.

Nós fomos enganados porque estivemos aqui a negociar de boa-fé.

Quero-lhe dizer que da minha parte não é uma questão político-partidária porque eu já lhe disse e torno a afirmar, quando estiverem em causa os interesses do Concelho e as convicções que eu tenha luto seja contra quem for. Seja nesta ou noutra área.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Façam o favor de se sentar ainda há muito trabalho para fazer. Isto de servir o povo nunca foi fácil é preciso alguns sacrifícios.

É preciso assinar as retificações ao orçamento”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo duas horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de janeiro, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Segundo Secretário) _____